DF DIÁRIO OFICIAL

Brasília, 14 de julho de 1988

ANO XIII — Nº 132

SUMÁRIO

ATOS DO GOVERNADOR 1

SECRETARIA DO GOVERNO 1
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO .. 3
SECRETARIA DE FINANÇAS 6
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO 7
SECRETARIA DE SAÚDE 8
SECRETARIA DE SERVIÇOS SOCIAIS 8
SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS ... 8
SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS 9
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA 9
SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL 10
SECRETARIA EXT. DOS ASSUNTOS DE HABITAÇÃO 11
PROCURADORIA GERAL 11

ATAS, CONTRATOS, CONVÊNIOS E BALANÇOS 12
EDITAIS, AVISOS E DECLARAÇÕES .. 23

ATOS DO GOVERNADOR

DECRETO Nº 11.161, DE 13 DE JULHO DE 1988

Suspende, por 120 (cento e vinte) dias, a execução do Decreto que menciona.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso II, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, e considerando o que consta dos Decretos nºs 95.904, de 07 de abril de 1988, 96.017, de 06 de maio de 1988, 96.263, de 1º de julho de 1988, editados pelo Governo Federal,

DECRETA:

Art. 1º — Fica suspensa, por 120 (cento e vinte) dias, a execução do Decreto nº 11.132, de 13 de junho de 1988.

Art. 2º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de julho de 1988
100º da República e 29º de Brasília

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA
Governador do Distrito Federal

MARCO AURÉLIO MARTINS ARAÚJO

ARLÉCIO ALEXANDRE GAZAL

DECRETO DE 13 DE JULHO DE 1988

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Nomear WADJÔ DA COSTA GOMIDE para exercer o cargo em Comissão de Secretário de Serviços Públicos do Distrito Federal.

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA
Governador do Distrito Federal

SECRETARIA DO GOVERNO

Divisão de Administração Geral

ADICIONAL DA LEI Nº 6.732/79, CONFORME DISCRIMINAÇÃO NO PROCESSO ABAIXO:

PROCESSO Nº: 030.008090/84
INTERESSADO: MIRIAM INÁCIO DE FREITAS
MATRÍCULA: 12.270-X
DESPACHO: Autorizo a alteração do Adicional Lei nº 6.732/79, conforme discriminação abaixo:

a) de 01.05.80 a 30.04.81: 1/5 da dif. do FC-1 p/o venc/ref.
b) de 01.05.81 a 30.04.82: 2/5 da dif. do FC-1 p/o venc/ref.
c) de 01.05.82 a 30.04.83: 3/5 da dif. do FC-1 p/o venc/ref.
d) de 01.05.83 a 29.04.84: 4/5 da dif. do FC-1 p/o venc/ref
e) de 30.04.84 a 09.07.84: 5/5 da dif. do FC-1 p/o venc/ref.
f) de 10.07.84 em diante: 5/5 da dif. do DAS-1 p/o venc/ref.

PAULO ROBERTO GUIMARÃES DE CASTRO

Coordenação do Sistema de Planejamento

ORDEM DE SERVIÇO DE 04 DE JULHO DE 1988

O COORDENADOR DO SISTEMA DE PLANEJAMENTO DA SECRETARIA DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo item 1, alínea "b", da Portaria nº 002'/83-SEG, de 13 de janeiro de 1983, com a nova redação dada pela Portaria nº 012/84-SEG, de 24 de julho de 1984,

RESOLVE:

DESIGNAR RAIMUNDO DA PAIXÃO SOARES DE OLIVEIRA, matrícula nº 18.782-8, para substituir o Chefe do Serviço de Acompanhamento e Avaliação de planos, Código LT-DAS-101.1, da Coordenação do Sistema de Planejamento da Secretaria do Governo do Distrito Federal, por motivo de férias do titular, no período de 04 a 23.07.88.

Brasília, 04 de julho de 1988

GLAUCO ALVES LACERDA

Administração da Cidade-Satélite do Núcleo Bandeirante

ORDEM DE SERVIÇO DE 05 DE JULHO DE 1988

O ADMINISTRADOR DA CIDADE SATÉLITE DO NÚCLEO BANDEIRANTE, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o disposto no item I, alínea "a" da Portaria nº 03/83-SEG, de 19 de janeiro de 1983,

RESOLVE:

DISPENSAR JOSÉ PEREIRA DOS SANTOS, Fiscal de Posturas, matrícula 00.134-1, Código NM-821.S-32M, da função de Chefe da Seção de Fiscalização de Obras, Código DAI-111.3, da Divisão Regional de Licenciamento e Fiscalização de Obras, da Administração da Cidade Satélite do Núcleo Bandeirante, da Secretaria do Governo do Distrito Federal

Núcleo Bandeirante, 05 de julho de 1988

PAULO CEZAR GONTIJO

ORDEM DE SERVIÇO DE 05 DE JULHO DE 1988

O ADMINISTRADOR DA CIDADE SATÉLITE DO NÚCLEO BANDEIRANTE, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o disposto no item I, alínea "a" da Portaria nº 03/83-SEG, de 19 de janeiro de 1983,

RESOLVE:

DISPENSAR WALTER CARLOS ALARCÃO, Agente de Serviço de Engenharia/DER, matrícula 17.824-1, da função de Chefe da Seção de Fiscalização de Posturas, Código DAI-111.3, da Divisão Regional de Licenciamento e Fiscalização de Obras, da Administração da Cidade Satélite do Núcleo Bandeirante, da Secretaria do Governo do Distrito Federal:

Núcleo Bandeirante, 05 de julho de 1988

PAULO CEZAR GONTIJO

ORDEM DE SERVIÇO DE 05 DE JULHO DE 1988

O ADMINISTRADOR DA CIDADE SATÉLITE DO NÚCLEO BANDEIRANTE, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o disposto no item 1, alínea "a", da Portaria nº 03/83-SEG, de 13 de janeiro de 1983,

RESOLVE:

DESIGNAR JOSÉ PEREIRA DOS SANTOS, Fiscal de Posturas, matrícula 00.134-1, Código NM-821.S-32M, para exercer a função de Chefe da Seção de Fiscalização de Posturas, Código DAI-111.3, da Divisão Regional de Licen-

ciamento e Fiscalização de Obras, da Administração da Cidade Satélite do Núcleo Bandeirante, da Secretaria do Governo do Distrito Federal

Núcleo Bandeirante, 05 de julho de 1988

PAULO CEZAR GONTIJO

ORDEM DE SERVIÇO DE 05 DE JULHO DE 1988

O ADMINISTRADOR DA CIDADE SATÉLITE DO NÚCLEO BANDEIRANTE, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o disposto no ítem I, alínea "a" da Portaria nº 03/83-SEG, de 13 de janeiro de 1983,

RESOLVE:

DESIGNAR WALTER CARLOS ALARCÃO, Agente de Serviço de Engenharia/DER, matrícula 17.824-1, para exercer a função de Chefe da Seção de Fiscalização de Obras, Código DAI-111.3, da Divisão Regional de Licenciamento e Fiscalização de Obras, da Administração da Cidade Satélite do Núcleo Bandeirante, da Secretaria do Governo do Distrito Federal.

Núcleo Bandeirante, 05 de julho de 1988

PAULO CEZAR GONTIJO

Administração Regional do Gama

ORDEM DE SERVIÇO DE 04 DE JULHO DE 1988

O ADMINISTRADOR REGIONAL DO GAMA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 3º, alínea "d", do Decreto nº 5.004, de 20 de dezembro de 1979,

RESOLVE:

DESIGNAR, nos termos do artigo 1º, e item I do artigo 2º, do Decreto nº 5.004, de 20 de dezembro de 1979, ROSA HELENA DE SOUZA, Agente Administrativo, matrícula 22.325-5, Código LT-SA-401, Classe "C", Referência NM-27, da Tabela de Pessoal do DF, para substituir JOSÉ BENEDITO ALVES DE SOUZA, Chefe da Seção de Material e Patrimônio, matrícula 21.584-8, Código LT-DAI-111.3, por motivo de férias relativas ao exercício de 86/87, no período de 04 a 23.07.88.

Gama-DF, 04 de julho de 1988

CÍCERO MIRANDA FILHO

Administração Regional de Sobradinho

ORDEM DE SERVIÇO DE 06 DE JULHO DE 1988

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE SOBRADINHO, no uso das atribuições que lhe confere o disposto no Parágrafo único, do artigo 6º, do Decreto 4.903/80, combinado com os Decretos 5.166/80 e 7.212/82.

RESOLVE:

CONCEDER ao servidor ISAIAS SANTOS DA SILVA, Agente de Serviço de Engenharia, NM-808.S, Referência, 32, matrícula número 00017-5, Indenização de Transporte prevista nos Decretos acima citados, no valor de Cz$ 9.793,47 (nove mil setecentos e noventa e três cruzados e quarenta e sete centavos), a partir de 01 de junho de 1988.

Cabendo à Chefia do referido servidor a observância das normas estabelecidas pelo Decreto nº 4.903/80 de 13 de novembro de 1979.

Sobradinho-DF, 06 de julho de 1988

HIRAM FERREIRA

ORDEM DE SERVIÇO DE 08 DE JULHO DE 1988

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE SOBRADINHO, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o disposto no item I, alínea "a", da Portaria nº 003/83-SEG, de 13 de janeiro de 1983,

RESOLVE:

DISPENSAR, JOSÉ FRANCISCO DO NASCIMENTO, Agente Administrativo, matrícula 19.802-1, Código LT SA 401, Referência 26M, da função de Encarregado da Turma de Conservação e Reparos, Código DAI 111.2, da Divisão de Obras da Administração Regional de Sobradinho.

HIRAM FERREIRA

ORDEM DE SERVIÇO DE 08 DE JULHO DE 1988

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE SOBRADINHO, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o disposto no item I, alínea "a", da Portaria nº 003/83-SEG, de 13 de janeiro de 1983,

RESOLVE:

DISPENSAR, VALTER ROMÃO FERREIRA, Artifice de Mecânica/Contra Mestre, matrícula 01.471-0, Referência 19M, da função de Encarregado de Carpintaria e Marcenaria, Código DAI 111.2, da Divisão de Obras da Administração Regional de Sobradinho.

HIRAM FERREIRA

ORDEM DE SERVIÇO DE 08 DE JULHO DE 1988

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE SOBRADINHO, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o disposto no item I, alínea "a", da Portaria nº 003/83-SEG, de 13 de janeiro de 1983,

RESOLVE:

DESIGNAR VALTER ROMÃO FERREIRA, Art. Mecânica — C. Mestre, matrícula 01.471-0, Código TP 602, Referência 19M, para exercer a função de Encarregado da Turma de Conservação e Reparos, Código DAI-111.2, da Divisão de Obras da Administração Regional de Sobradinho.

HIRAM FERREIRA

ORDEM DE SERVIÇO DE 08 DE JULHO DE 1988

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE SOBRADINHO, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o disposto no item I, alínea "b", da Portaria nº 003/83-SEG, de 13 de janeiro de 1983,

RESOLVE:

DESIGNAR, SALVADOR NUNES DE LIMA, Agente de Portaria, matrícula 11.577-0, Código TP 602.4 — Ref 25M, Classe "C", do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para responder pela Chefia da Seção de Administração de Sedes, Código DAI 111.3, até a designação do titular.

HIRAM FERREIRA

ORDEM DE SERVIÇO DE 08 DE JULHO DE 1988

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE SOBRADINHO, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o disposto no item I, alínea "a", da Portaria nº 003/83-SEG, de 13 de janeiro de 1983,

RESOLVE:

DESIGNAR, JOSÉ FRANCISCO DO NASCIMENTO, Agente Administrativo, matrícula 19.802-1, Código LT SA 401, Referência 26M, para exercer a função de Encarregado de Carpintaria e Marcenaria, Código DAI 111.2, da Divisão de Obras da Administração Regional de Sobradinho.

HIRAM FERREIRA

Administração Regiona de Planaltina

ORDEM DE SERVIÇO DE 04 DE JULHO DE 1988

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE PLANALTINA, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista o disposto no item 1, alínea "a", da Portaria nº 005/83-SEG, de 13 de janeiro de 1983,

RESOLVE:

NOMEAR, a contar de 03.07.88, ADENIR JOSÉ DE OLIVEIRA SOUSA, Agente Administrativo, matrícula 08.488.3, Código SA-401.S, Referência NM-32, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para exercer o Cargo em Comissão de Assessor, Código DAS-102.2, da Administração Regional de Planaltina, da Secretaria do Governo do Distrito Federal.

Planaltina-DF, 04 de julho de 1988

PEDRO MENDES

ORDEM DE SERVIÇO DE 04 DE JULHO DE 1988

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE PLANALTINA, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o disposto no item 1, alínea "a", da Portaria nº 003/83 - SEG, de 13 de janeiro de 1983,

RESOLVE:

DISPENSAR, a partir de 01.07.88, AILTON RICARDO DA SILVA, Motorista Oficial, matrícula 23.149.5, Código LT-TP-601.B, Referência 25, Chefe da Seção de Administração de Sedes, Código LT-DAI-111.3, da Divisão de Administração Geral da Administração Regional de Planaltina, da Secretaria do Governo do Distrito Federal.

Planaltina-DF, 04 de julho de 1988.

PEDRO MENDES

ORDEM DE SERVIÇO DE 04 DE JULHO DE 1988

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE PLANALTINA, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o disposto no item 1, alínea "a", da Portaria nº 003/83-SEG, de 13 de janeiro de 1983,

DF DIÁRIO OFICIAL

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor Responsável:
Wanderley Diniz

Editor:
Antonio Castelo Branco

Conselho Diretor:
Cezar Bado — Clemente Luz
e
Osvaldo Peralva

Telefones:

Redação: (direto) 225-7803
PABX: 225-6830 — Ramal 312

MATÉRIA PAGA:

Página Inteira ..... Cz$ 49.332,00
Centímetro de Coluna ..... Cz$ 411,10

RESOLVE:

DISPENSAR, a partir de 01.07.88, SEBASTIÃO FONSECA DE MELO, Motorista Oficial, matrícula 24.689.1, Código LT-TP-601.B, Referência 23, da função de Encarregado de Turma de Conservação e Reparos, Código LT-DAI-112.2, da Seção de Obras e Reparos da Divisão de Obras da Administração Regional de Planaltina, da Secretaria do Governo do Distrito Federal.

Planaltina-DF., 04 de julho de 1988
PEDRO MENDES

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA DE 01 DE JULHO DE 1988

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o disposto no artigo 2º do Decreto nº 3.857/77, de 19 de setembro de 1977,

RESOLVE:

1. AUTORIZAR os servidores relacionados no quadro anexo, prestarem serviços extraordinários até o limite máximo de 60 (sessenta) horas mensais, no período de 01 a 31 de julho de 1988.

2. Determinar que a chefia imediata mantenha rigoroso controle sobre a efetiva realização dos citados serviços.

SALVANDIR FERREIRA DE LIMA
Substituto

ANEXO A QUE SE REFERE A PORTARIA DE 01 DE JULHO DE 1988

MATRÍCULA	NOME	CARGO	CÓDIGO	REFERÊNCIA	PERÍODO
25.021-X	ANSELMO DE ALCÂNTARA LEITE	Agente de Portaria	LT-TP-602.B	NM-14	01 a 31.07.88
25.125-9	JOSÉ DOS SANTOS	Motorista Oficial	LT-TP-601.B	NM-19	01 a 31.07.88
25.126-7	MARIA MADALENA ALVES DE ARAÚJO	Agente de Portaria	LT-TP-602.B	NM-15	01 a 31.07.88
25.130-5	LUIZ CARLOS DOS SANTOS CAMARGO	Motorista Oficial	LT-TP-601.B	NM-21	01 a 31.07.88
25.136-4	LAURI AMÂNDIO	Motorista Oficial	LT-TP-601.B	NM-20	01 a 31.07.88
25.178-X	FRANCISCA VANDA MARQUES DE SOUZA	Agente Administrativo	LT-SA-401.C	NM-26	01 a 31.07.88
25.327-8	MARIA ORTINA FERREIRA LEITE	Datilógrafo	LT-SA-402.S	NM-22	01 a 31.07.88
25.335-9	CLEUSA APARECIDA R. GALVÃO	Aux. Operac. S. Div.	LT-NM-806.B	NM-06	01 a 31.07.88
25.365-6	AMADEU BARROS LIMA	Motorista Oficial	LT-TP-601.B	NM-21	10 a 31.07.88
25.394-4	ORLANDO BATISTA FRANCO	Motorista Oficial	LT-TP-601.B	NM-20	01 a 31.07.88
25.854-7	JANETE ALIZANDRINA DA SILVA	Agente Administrativo	LT-SA-401.A	NM-18	01 a 31.07.88
25.971-3	JUAREZ RODRIGUES DIAS	Motorista Oficial	LT-TP-601.A	NM-08	01 a 31.07.88
26.001-0	MARIA DAS GRAÇAS ALVARENGA	Datilógrafo	LT-SA-402.A	NM-10	01 a 31.07.88
26.177-7	MARILENE DE BRITO S. CAMPOS	Agente Administrativo	LT-SA-401.A	NM-18	01 a 31.07.88
26.188-2	ROSECLER MACÊDO	Datilógrafo	LT-SA-402.A	NM-10	01 a 31.07.88
26.320-6	MARCO ANTONIO E. VIEIRA	Agente Administrativo	LT-SA-401.A	NM-18	01 a 31.07.88
26.400-8	MARIA RITA ROCHA DE S. BATISTA	Agente de Portaria	LT-TP-602.A	NM-02	01 a 31.07.88
26.526-8	VALDIVINO DIAS MACHADO	Agente Administrativo	LT-SA-401.A	NM-18	01 a 31.07.88
26.639-6	WILSON NOGUEIRA	Motorista Oficial	LT-TP-601.A	NM-08	01 a 31.07.88
26.644-2	ANTONIO CARVALHO DE OLIVEIRA	Motorista Oficial	LT-TP-601.A	NM-08	01 a 31.07.88
26.649-3	CERILO ALVES MACHADO	Motorista Oficial	LT-TP-601.A	NM-08	01 a 31.07.88
26.756-2	REGINA CÉLIA RETANEIRO DO AMARAL	Agente Administrativo	LT-SA-401.A	NM-18	01 a 31.07.88
26.844-5	EUCLIDES CAMARGO GOMES	Motorista Oficial	LT-TP-601.A	NM-08	01 a 31.07.88
26.847-X	MARTA ALVES MARTINS	Agente Administrativo	LT-SA-401.A	NM-18	01 a 31.07.88
26.889-5	EDILSON GOMES	Agente Administrativo	LT-SA-401.A	NM-18	01 a 31.07.88
26.914-X	ADÉLIO DA SILVA GAMA	Motorista Oficial	LT-TP-601.A	NM-08	01 a 31.07.88
27.234-5	CLÁUDIA PEREIRA DOS SANTOS REIS	Agente Administrativo	LT-SA-401.A	NM-17	01 a 31.07.88
27.236-1	SILVIA DE FÁTIMA ROSA	Agente de Portaria	LT-TP-602.A	NM-01	01 a 31.07.88
27.340-6	GILMAR PEREIRA DE ARRUDA	Motorista Oficial			01 a 31.07.88
27.349-X	JOSÉ MEDEIROS	Motorista Oficial	LT-TP-601.A	NM-07	01 a 31.07.88
27.357-0	VANDILEUZA MARIA S. SILVA	Agente de Portaria	LT-TP-602.A	NM-01	01 a 31.07.88
27.408-9	MARIA DE FÁTIMA BISPO DOS SANTOS	Datilógrafo	LT-SA-402.A	NM-09	01 a 31.07.88
27.410-0	NÉVITON AMORIM GAMA	Datilógrafo	LT-SA-402.A	NM-09	01 a 31.07.88
27.412-7	HAMILTON J. V. DE SOUZA	Datilógrafo	LT-SA-402.A	NM-09	01 a 31.07.88
27.419-4	JOÃO VICENTE RABELO DA SILVA	Motorista Oficial	LT-TP-601.A	NM-07	01 a 31.07.88
27.445-3	MARIA EDNEUSA PAIVA	Datilógrafo	LT-SA-402.A	NM-09	01 a 31.07.88
27.463-1	MANOEL AVELINO BARRETO	Datilógrafo	LT-SA-402.A	NM-09	01 a 31.07.88
27.475-5	MARIA JOSÉ CORDEIRO DA SILVA	Datilógrafo	LT-SA-402.A	NM-07	01 a 31.07.88
27.682-0	ELIANE MAGALHÃES ROCHA	Datilógrafo	LT-SA-402.A	NM-09	01 a 31.07.88
26.676-0	ANTONIO ADAILDO DOS S. RODRIGUES	Agente Administrativo	LT-SA-401.A	NM-18	01 a 31.07.88
27.730-4	LIBERTINO RODRIGUES DA SILVA	Motorista Oficial	LT-TP-601.A	NM-07	01 a 31.07.88
27.735-5	JOSÉ ROMILDO DOS SANTOS	Motorista Oficial	LT-TP-601.A	NM-07	01 a 31.07.88
27.736-3	VANDERLEY MARTINS BELCHIOR	Motorista Oficial	LT-TP-601.A	NM-07	01 a 31.07.88
27.806-8	EVA PINHEIRO DA COSTA	Datilógrafo	LT-SA-402.A	NM-09	01 a 31.07.88
28.872-1	GERALDO DANTAS DOS SANTOS	Motorista Oficial	LT-TP-601.A	NM-07	01 a 31.07.88
01.260-2	JOSÉ MARTINS DIAS	Motorista Oficial	TP-601.C	NM-28	01 a 31.07.88
01.304-8	FRANCISCO ARAÚJO DA SILVA	Motorista Oficial	TP-601.C	NM-29	01 a 31.07.88
01.407-9	JOSÉ FAUTINO DE SOUZA	Art. Manut. Rest. Veículo	ART-502.C	NM-18	01 a 31.07.88
01.746-9	ANTONIO PEREIRA DOS SANTOS	Art. de Obras Civis	ART-504.A	NM-08	01 a 31.07.88
02.539-9	FRANCISCO RIBEIRO DA SILVA	Motorista Oficial	TP-601.C	NM-28	01 a 31.07.88
05.362-2	MARIA ROSALI DE SOUSA	Aux. de Enfermagem	NM-801.S	NM-31	01 a 31.07.88
05.434-8	NELY ROSSI	Aux. de Enfermagem	NM-801.S	NM-32	01 a 31.07.88
05.784-3	FRANCISCO PINTO DE OLIVEIRA	Agente de Portaria	TP-602.C	NM-24	01 a 31.07.88
08.933-8	ÉRCOLIS ANTONIO MILANEZ	Artífice de Mecânica	ART-501.S	NM-30	01 a 31.07.88
09.700-4	LUIZ ALVES DE CARVALHO	Agente Administrativo	SA-401.S	NM-32	01 a 31.07.88
10.947-9	FRANCISCO RUMÃO	Art. Obras Civis	ART-504.A	NM-08	01 a 31.07.88
11.072-8	ANÍZIO PEREIRA DOS SANTOS	Agente Administrativo	SA-401.S	NM-32	01 a 31.07.88
11.349-2	MANOEL NUNES DE MORAES	Agente de Portaria	TP-602.C	NM-22	01 a 31.07.88
11.400-6	AGOSTINHO BENTO DOS SANTOS	Art. Obras Civis	ART-504.S	NM-30	01 a 31.07.88
11.503-7	JOSÉ DE OLIVEIRA MACHADO	Agente Administrativo	SA-401.S	NM-32	01 a 31.07.88
12.230-0	ENÉAS RODRIGUES DE OLIVEIRA	Agente de Portaria	TP-602.S	NM-25	01 a 31.07.88
12.260-2	OTACÍLIO BASTOS DOS SANTOS	Agente Administrativo	SA-401.S	NM-32	01 a 31.07.88
12.690-7	MARIA ABADIA LOPES	Agente Administrativo	SA-401.B	NM-22	01 a 31.07.88
12.729-9	OCEANO PEREIRA SAMPAIO	Agente de Portaria	TP-602.B	NM-16	01 a 31.07.88
12.774-4	ODI CARNEIRO DA SILVA	Motorista Oficial	TP-601.C	NM-28	01 a 31.07.88
12.835-9	HILDEBRANDO BATISTA DE SOUZA	Ag. de S. de Engenharia	NM-808.S	NM-32	01 a 31.07.88
13.312-4	TEREZINHA RODRIGUES DA SILVA	Agente Administrativo	SA-401.S	NM-32	01 a 31.07.88
13.498-8	JOSÉ AGRIPINO DE ARAÚJO	Artífice de Mecânica	ART-501.D	NM-25	06 a 31.07.88
14.319-7	AUGUSTO FAUSTINO	Art. Manut. Rest. Veículo	ART-502.D	NM-25	01 a 31.07.88
14.320-0	EUCLIDES LIMA	Art. Manut. Rest. Veículo	ART-502.D	NM-25	01 a 31.07.88
14.464-9	WILMA PARAVIDINE RAMALHO	Agente Administrativo	SA-401.S	NM-32	01 a 31.07.88
14.638-2	OSVALDO GUEDES DA ROCHA	Art. Carp. e Marc.	ART-503.D	NM-25	01 a 31.07.88
15.386-9	JOSUE ANANIAS DA NÓBREGA	Agente de Portaria	TP-602.S	NM-25	01 a 31.07.88
15.743-0	ANTONIO CARLOS LIMA	Motorista Oficial	TP-601.C	NM-27	01 a 31.07.88
15.796-1	SEBASTIÃO JOSÉ DA SILVA	Motorista Oficial	TP-601.C	NM-27	01 a 31.07.88
15.819-4	CLODOALDO PIRES DE MORAES	Motorista Oficial	TP-601.S	NM-32	01 a 31.07.88
15.825-9	FRANCALINO DA SILVA	Motorista Oficial	TP-601.S	NM-32	01 a 31.07.88
15.944-1	JOSÉ FRANCISCO PEREIRA DA SILVA	Motorista Oficial	TP-601.S	NM-32	01 a 31.07.88
15.949-2	JUSTINIANO PEDREIRA BATISTA	Motorista Oficial	TP-601.S	NM-32	01 a 31.07.88
15.969-7	ZENON BREZEZOWSKI	Motorista Oficial	TP-601.S	NM-32	01 a 31.07.88
16.470-4	JOSÉ ALVES PEREIRA	Art. de Obras Civis	ART-504.D	NM-24	01 a 31.07.88
16.552-2	JOSÉ SOARES DA SILVA	Art. de Obras Civis	ART-504.D	NM-25	01 a 31.07.88
16.840-8	PARIZETE DOS SANTOS MARQUES	Agente de Portaria	TP-602.C	NM-23	01 a 31.07.88
21.555-4	OSVALDO SANTANA	Motorista Oficial	LT-TP-601.C	NM-24	01 a 31.07.88
21.869-3	JURANDY BATISTA DA COSTA	Motorista Oficial	LT-TP-601.C	NM-24	01 a 31.07.88
21.898-7	OSVALDO PEREIRA NOVAIS NETO	Motorista Oficial	LT-TP-601.C	NM-24	01 a 31.07.88
21.907-X	MOACIR CAMELO MELO	Motorista Oficial	lt-TP-601.C	NM-24	01 a 31.07.88
22.228-3	HÉLIO NUNES DO AMARAL	Agente Administrativo	LT-SA-401.C	NM-27	01 a 31.07.88
22.229-1	IRON FERRO DE MORAIS	Art. Manut. Rest. Veíc.	LT-ART-502.C	NM-18	01 a 31.07.88
22.333-6	NATALINA RODRIGUES BONVAKIADES	Agente de Portaria	LT-TP-602.C	NM-17	01 a 31.07.88
22.666-1	AILTON DOS SANTOS	Motorista Oficial	LT-TP-601.B	NM-23	01 a 31.07.88
22.691-2	LUIZ DA SILVA OLIVEIRA	Artífice de Mecânica	LT-ART-501.C	NM-18	01 a 31.07.88
22.725-0	ILEDE ALMEIDA DA SILVA	Motorista Oficial	LT- TP-601.B	NM-23	01 a 31.07.88
22.841-9	ABRÃO GOMES DE OLIVEIRA SOBRINHO	Art. de Elet. e Com.	LT-ART-505.C	NM-18	01 a 31.07.88
22.843-5	LYSES ALVES GUIMARÃES	Agente Administrativo	LT-SA-401.C	NM-26	01 a 31.07.88
22.988-1	GREGÓRIO ALVES DE LIMA	Motorista Oficial	LT-TP-601.B	NM-23	01 a 31.07.88
23.098-7	AGNALDO MARQUES DA SILVA	Motorista Oficial	LT-TP-601.B	NM-23	01 a 31.07.88
23.128-2	CEZENILDO QUEIROZ BATISTA	Motorista Oficial	LT-TP-601.B	NM-23	01 a 31.07.88
23.148-7	JOSÉ CLEUMAR DE OLIVEIRA SILVA	Motorista Oficial	LT-TP-601.B	NM-22	06 a 31.07.88
23.229-7	WALDEMAR MESSIAS	Motorista Oficial	LT-TP-601.B	NM-22	01 a 31.07.88
23.345-5	CARLOS ROBERTO ALVES LÚCIO	Motorista Oficial	LT-TP-601.B	NM-22	01 a 31.07.88
23.883-X	MARIA IZABEL ARAÚJO DA CRUZ	Datilógrafo	LT-SA-402.S	NM-23	01 a 31.07.88
23.895-3	NILVA SANTOS MARTINS ARAÚJO	Datilógrafo	LT-SA-402.S	NM-23	01 a 31.07.88
23.991-8	JOÃO PINHEIRO DE ALBUQUERQUE	Motorista Oficial	LT-TP-601.B	NM-22	01 a 31.07.88
24.162-8	MÁRCIO GUIMARÃES FERREIRA	Agente Administrativo	LT-SA-401.C	NM-26	01 a 31.07.88
24.426-0	DOUGLAS WANDERLEY DA SILVA	Art. Manut. Rest. Veíc.	LT-ART-502.B	NM-15	01 a 31.07.88
24.436-8	AGENOR ALVES DAMASCENO	Motorista Oficial	LT-TP-601.B	NM-21	01 a 31.07.88

ORDEM DE SERVIÇO DE 08 DE JULHO DE 1988

O CHEFE DO GABINETE DO SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, usando da competência que lhe foi subdelegada pelo item 2, alínea "a", da Portaria nº 86/84-SEA, de 11 de outubro de 1984, e o que consta do Processo nº 050.002218/88,

RESOLVE:

Rescindir, a pedido, com dispensa de aviso prévio, o Contrato de Trabalho de ANTONIO ALVES GOMES, matrícula nº 27.686-3, do emprego de Datilógrafo, Código LT-SA-402.A, Referência NM-09, da Tabela de Pessoal do Distrito Federal, a contar de 20 de junho de 1988.

SALVANDIR FERREIRA DE LIMA

Conselho de Política de Pessoal

PROCESSO Nº: 030.004.173/88
INTERESSADO: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS
ASSUNTO: Contratação de Pessoal
RELATOR: RONALDO DE OLIVEIRA

O Plenário do Conselho de Política de Pessoal acolhendo, por unanimidade, o voto do Relator,

RESOLVE:

1 - Indeferir a matéria constante dos autos, nos termos do voto do Relator.

2 - Submeter a presente Resolução à consideração do Excelentíssimo Senhor Governador.

Brasília, 30 de junho de 1988.

Presidente: SALVANDIR FERREIRA DE LIMA. Conselheiros: WALTER JOSÉ DE MOURA; CARLOS MURILO FELÍCIO DOS SANTOS; D'ALEMBERT JORGE JACCOUD; RONALDO DE OLIVEIRA; FRANCISCO JOSÉ FREIRE; WANDA DE MELLO LÔBO ROCHA; ANTONIO BARBOSA.

HOMOLOGO
Em: 04-07-1988
GUY AFFONSO DE ALMEIDA GONÇALVES
Governador do Distrito Federal
Substituto

PROCESSO Nº: 138.000.500/88
INTERESSADO: ADMINISTRAÇÃO DE CEILÂNDIA
ASSUNTO: Contratação de Pessoal
RELATOR: CARLOS MURILO FELÍCIO DOS SANTOS

O Plenário do Conselho de Política de Pessoal acolhendo, por unanimidade, o voto do Relator,

RESOLVE:

1 - Indeferir a matéria constante dos autos, nos termos do voto do Relator.

2 - Submeter a presente Resolução à consideração do Excelentíssimo Senhor Governador.

Brasília, 30 de junho de 1988.

Presidente: SALVANDIR FERREIRA DE LIMA. Conselheiros: WALTER JOSÉ DE MOURA; CARLOS MURILO FELÍCIO DOS SANTOS; D'ALEMBERT JORGE JACCOUD; RONALDO DE OLIVEIRA; FRANCISCO JOSÉ FREIRE; WANDA DE MELLO LÔBO ROCHA; ANTONIO BARBOSA.

HOMOLOGO
Em 04-07-1988

GUY AFFONSO DE ALMEIDA GONÇALVES
Governador do
Distrito Federal
Substituto

PROCESSO Nº: 030.003.030/88
INTERESSADO: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS
ASSUNTO: Preenchimento de vaga
RELATOR: RONALDO DE OLIVEIRA

O Plenário do Conselho de Política de Pessoal acolhendo, por unanimidade, o voto do Relator,

RESOLVE:

1 - Indeferir a matéria constante dos autos, nos termos do voto do Relator.

2 - Submeter a presente Resolução à consideração do Excelentíssimo Senhor Governador.

Brasília, 30 de junho de 1988.

Presidente: SALVANDIR FERREIRA DE LIMA. Conselheiros: WALTER JOSÉ DE MOURA; CARLOS MURILO FELÍCIO DOS SANTOS; D'ALEMBERT JORGE JACCOUD; RONALDO DE OLIVEIRA; FRANCISCO JOSÉ FREIRE; WANDA DE MELLO LÔBO ROCHA; ANTONIO BARBOSA.

HOMOLOGO
Em: 04-07-1988

GUY AFFONSO DE ALMEIDA GONÇALVES
Governador do
Distrito Federal
Substituto

PROCESSO Nº: 095.000.477/88
INTERESSADO: SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASÍLIA LTDA
ASSUNTO: Criação do Emprego de Técnico de Contabilidade
RELATOR: RONALDO DE OLIVEIRA

O Plenário do Conselho de Política de Pessoal acolhendo, por unanimidade, o voto do relator.

RESOLVE:

1 - Indeferir a matéria constante dos autos, nos termos do voto do Relator.

2 - Submeter a presente Resolução à consideração do Excelentíssimo Senhor Governador.

Brasília, 30 de junho de 1988.

Presidente: SALVANDIR FERREIRA DE LIMA. Conselheiros: WALTER JOSÉ DE MOURA; CARLOS MURILO FELÍCIO DOS SANTOS; D'ALEMBERT JORGE JACCOUD; RONALDO DE OLIVEIRA; FRANCISCO JOSÉ FREIRE; WANDA DE MELLO LÔBO ROCHA; ANTONIO BARBOSA.

HOMOLOGO
Em: 04-07-1988

GUY AFFONSO DE ALMEIDA GONÇALVES
Governador do
Distrito Federal
Substituto

PROCESSO Nº: 030.008.959/87
INTERESSADO: FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL
ASSUNTO: Contratação de Pessoal
RELATOR: RONALDO DE OLIVEIRA

O Plenário do Conselho de Política de Pessoal acolhendo, por unanimidade, o voto do Relator,

RESOLVE:

1 - Indeferir a matéria constante dos autos, nos termos do voto do Relator.

2 - Submeter a presente Resolução à consideração do Excelentíssimo Senhor Governador.

Brasília, 30 de junho de 1988

Presidente: SALVANDIR FERREIRA DE LIMA. Conselheiros: WALTER JOSÉ DE MOURA; CARLOS MURILO FELÍCIO DOS SANTOS; D'ALEMBERT JORGE JACCOUD; RONALDO DE OLIVEIRA; FRANCISCO JOSÉ FREIRE; WANDA DE MELLO LÔBO ROCHA e ANTONIO BARBOSA.

HOMOLOGO
Em 04.07.1988

GUY AFFONSO DE ALMEIDA GONÇALVES
Governador do Distrito Federal
Substituto

PROCESSO Nº: 030.004.823/88
INTERESSADO: SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS
ASSUNTO: Contratação de Pessoal
RELATOR: CARLOS MURILO FELÍCIO DOS SANTOS

O Plenário do Conselho de Política de Pessoal acolhendo, por unanimidade, o voto do Relator,

RESOLVE:

1 - Indeferir a matéria constante dos autos, nos termos do voto do Relator.

2 - Submeter a presente Resolução à consideração do Excelentíssimo Senhor Governador.

Brasília, 30 de junho de 1988.

Presidente: SALVANDIR FERREIRA DE LIMA. Conselheiros: WALTER JOSÉ DE MOURA; CARLOS MURILO FELÍCIO DOS SANTOS; D'ALEMBERT JORGE JACCOUD; RONALDO DE OLIVEIRA; FRANCISCO JOSÉ FREIRE; WANDA DE MELLO LÔBO ROCHA; ANTONIO BARBOSA.

HOMOLOGO
Em 04-07-1988

GUY AFFONSO DE ALMEIDA GONÇALVES
Governador do
Distrito Federal
Substituto

PROCESSO Nº: 030.003.353/88
INTERESSADO: FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL
ASSUNTO: Contratação de Pessoal
RELATOR: RONALDO DE OLIVEIRA

O Plenário do Conselho de Política de Pessoal acolhendo, por unanimidade, o voto do Relator,

RESOLVE:

1 - Indeferir a matéria constante dos autos, nos termos do voto do Relator.

2 - Submeter a presente Resolução à consideração do Excelentíssimo Senhor Governador.

Brasília, 30 de junho de 1988.

Presidente: SALVANDIR FERREIRA DE LIMA. Conselheiros: WALTER JOSÉ DE MOURA; CARLOS MURILO FELÍCIO DOS SANTOS; D'ALEMBERT JORGE JACCOUD; RONALDO DE OLIVEIRA; FRANCISCO JOSÉ FREIRE; WANDA DE MELLO LÔBO ROCHA; ANTONIO BARBOSA.

HOMOLOGO
Em: 04-07-1988

GUY AFFONSO DE ALMEIDA GONÇALVES
Governador do
Distrito Federal
Substituto

PROCESSO Nº: 095.003.418/87
INTERESSADO: SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASÍLIA LTDA
ASSUNTO: Criação de Emprego
RELATOR: RONALDO DE OLIVEIRA

O Plenário do Conselho de Política de Pessoal acolhendo, por unanimidade, o voto do Relator,

RESOLVE:

1 - Indeferir a matéria constante dos autos, nos termos do voto do Relator.

2 - Submeter a presente Resolução à consideração do Excelentíssimo Senhor Governador.

Brasília, 30 de junho de 1988.

Presidente: SALVANDIR FERREIRA DE LIMA. Conselheiros: WALTER JOSÉ DE MOURA; CARLOS MURILO FELÍCIO DOS SANTOS; D'ALEMBERT JORGE JACCOUD; RONALDO DE OLIVEIRA; FRANCISCO JOSÉ FREIRE; WANDA DE MELLO LÔBO ROCHA e ANTONIO BARBOSA.

HOMOLOGO
Em: 04-07-1988

GUY AFFONSO DE ALMEIDA GONÇALVES
Governador do
Distrito Federal
Substituto

PROCESSO Nº: 030.012.677/87
INTERESSADO: ASSOCIAÇÃO DOS AGENTES FISCAIS DE OBRAS E POSTURAS DO DISTRITO FEDERAL
ASSUNTO: Indenização de Transporte
RELATOR: D'ALEMBERT JORGE JACCOUD

O Plenário do Conselho de Política de Pessoal acolhendo, por unanimidade, o voto do Relator,

RESOLVE:

1 — Indeferir a matéria constante dos autos, nos termos do voto do Relator.

2 — Submeter a presente Resolução à consideração do Excelentíssimo Senhor Governador.

Brasília, 30 de unho de 1988

Presidente: SALVANDIR FERREIRA DE LIMA. Conselheiros: WALTER JOSÉ DE MOURA; CARLOS MURILO FELÍCIO DOS SANTOS; D'ALEMBERT JORGE JACCOUD; RONALDO DE OLIVEIRA; FRANCISCO JOSÉ FREIRE; WANDA DE MELLO LÔBO ROCHA; ANTONIO BARBOSA

HOMOLOGO
Em, 04.07.88

GUY AFFONSO DE ALMEIDA GONÇALVES
Governador do Distrito Federal
Substituto

PROCESSO Nº: 030.015.108/87
INTERESSADO: AISSBRA — ASSOCIAÇÃO DOS INSPETORES SANITÁRIOS E DE SAÚDE DE BRASÍLIA

ASSUNTO: Equiparação de Indenização de Transporte
RELATOR: RONALDO DE OLIVEIRA

O Plenário do Conselho de Política de Pessoal acolhendo, por unanimidade, o voto do Relator;

RESOLVE:

1 — Indeferir a matéria constante dos autos, nos termos do voto do Relator,

2 — Submeter a presente Resolução à consideração do Excelentíssimo Senhor Governador.

Brasília, 30 de junho de 1988

Presidente: SALVADOR FERREIRA DE LIMA. Conselheiros: WALTER JOSÉ DE MOURA; CARLOS MURILO FELÍCIO DOS SANTOS; D'ALEMBERT JORGE JACCOUD; RONALDO DE OLIVEIRA; FRANCISCO JOSÉ FREIRE; WANDA DE MELLO LÔBO ROCHA; ANTONIO BARBOSA

HOMOLOGO
Em, 04.07.88

GUY AFFONSO DE ALMEIDA GONÇALVES
Governador do Distrito Federal
Substituto

PROCESSO Nº: 113.001.591/87
INTERESSADO: EMIVAL JOSÉ DE PAULA
ASSUNTO: Preenchimento de vaga
RELATOR: RONALDO DEOLIVEIRA

O Plenário do Conselho de Política de Pessoal acolhendo, por unanimidade, o voto do Relator,

RESOLVE:

1 — Indeferir a matéria constante dos autos, nos termos do voto do Relator.

2 — Submeter a presente Resolução à consideração do Excelentíssimo Senhor Governador.

Brasília, 30 de junho de 1988

Presidente: SALVANDIR FERREIRA DE LIMA. Conselheiros: WALTER JOSÉ DE MOURA; CARLOS MURILO FELÍCIO DOS SANTOS; D'ALEMBERT JORGE JACCOUD; RONALDO DE OLIVEIRA; FRANCISCO JOSÉ FREIRE; WANDA DE MELLO LÔBO ROCHA; ANTONIO BARBOSA

HOMOLOGO
Em, 04.07.88

GUY AFFONSO DE ALMEIDA GONÇALVES
Governador do Distrito Federal
Substituto

Departamento de Administração de Pessoal

ORDEM DE SERVIÇO DE 27 DE JUNHO DE 1988

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria nº 011/88-SEA, de 09 de março de 1988, e o que consta do Processo nº 050.000.661/86,

RESOLVE:

Conceder, nos termos do artigo 1º, da Lei nº 6.782, de 19 de maio de 1980, pensão especial vitalícia a FRANCISCA DE OLIVEIRA SANTOS, genitora da ex-funcionária LUCY DE OLIVEIRA SANTOS, Assistente Social, Código NS-721.S, Referência NS-20, matrícula nº 00.971-7, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, com as vantagens de que tratam os artigos 5º, §1º, do Decreto-lei nº 1.776, de 17 de março de 1980, 1º e 4º do Decreto-lei nº 2.239, de 28 de janeiro de 1985, 1º do Decreto-lei nº 2.269, de 13 de março de 1985 e 1º, § 1º, alínea "e", do Decreto-lei nº 2.367, de 05 de novembro de 1987, e 2º, § 1º, da Lei nº 6.732, de 04 de dezembro de 1979, alterada pelos Decretos-leis nºs 1.746, de 27 de dezembro de 1979 e 2.153, de 24 de julho de 1984, em consonância com o artigo 1º da Lei nº 1.050, de 03 de janeiro de 1950, a contar de 08 de maio de 1987.

CORINTO MIRANDA JÚNIOR

ORDEM DE SERVIÇO DE 06 DE JULHO DE 1988

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria nº 011/88-SEA, de 09 de março de 1988,

RESOLVE:

CONCEDER APOSENTADORIA, nos termos dos artigos 176, item II, e 178, item I, letra "a", da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, combinados com o artigo 3º do Decreto-lei nº 2.224, de 09 de janeiro de 1985, observados os artigos 101, item III, Parágrafo único, e 102, item I alínea "a", da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, no cargo de Agente Administrativo, Código SA-401.S, Referência NM-32, a CÁTIA NIJELCHI, matrícula nº 12.167-3, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, com as vantagens previstas no artigo 2º, §§ 1º e 3º, da Lei nº 6.732, de 04 de dezembro de 1979, alterada pelos Decretos-leis nºs 1.746, de 27 de dezembro de 1979, e 2.153, de 24 de julho de 1984.

CORINTO MIRANDA JÚNIOR

Divisão de Pessoal

ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO CONCEDIDOS NOS TERMOS DO ART. 10 DA LEI Nº 4.345, DE 25 DE JUNHO DE 1964.

MATRICULA	D	LOT	NOME	%	A PARTIR
3.073	2	140	Magaly Valle de Sousa	25	16.06.88
3.135	6	210	Maria Cleone Ferraz	25	16.06.88
3.324	3	210	Marina Rocha Pires de Oliveira	20	16.06.88
4.568	3	130	Vega Senna Jeronymo	30	16.06.88
4.689	2	290	Antônio Eleutério da Silva	25	16.06.88
6.771	7	110	Wilson Custódio	25	31.05.88
8.979	6	210	Mariza Vasconcelos Prudente	20	16.06.88
11.684	X	250	João Holanda de Sá	30	16.06.88
11.329	8	130	Quintino Rodrigues de Castro	30	20.05.88
12.957	7	265	José Bezerra da Silva	25	05.05.88
11.162	7	450	Ney Carlos Esteves	30	26.06.88
11.167	8	280	Antônio Holanda Cavalcante	30	18.06.88
12.697	7	280	Francisco Machado de Faria	30	07.11.87
13.047	8	280	Antônio Pereira de Alcântara	25	20.06.88
13.113	X	160	Almir Soares dos Santos	30	20.08.87
13.258	6	290	Antônio Nacif de Lima	30	29.06.88
13.278	0	160	Rita de Cássia Amorim da Silva	25	01.04.88
13.311	6	110	Iraydes de Lima Oliveira	25	10.02.88
13.316	7	140	Luz Dalma de Souza Gonçalves	25	27.05.88
13.343	4	250	José Francisco de Souza	25	24.03.88
13.360	4	230	Willian Alves Batista	25	07.08.87
13.386	8	170	Maria Luiza Sette Rocha	25	05.05.88
13.417	1	170	Wilma Vivência Gomes	25	18.06.88
13.445	7	490	Cícero Messias do Nascimento	30	21.09.87
13.747	2	320	Francisco Cavalcante Peixoto	25	10.01.88
13.773	1	250	Waldomiro Pereira de Souza	25	03.02.88
13.869	X	140	Valkíria Teixeira Souto	25	09.04.88
13.883	5	250	Sebastiana Brito Rodrigues	25	27.02.88
13.884	3	130	Laura Amélia de Araújo	25	12.02.88
13.885	5	130	Agostinho Germano dos Santos	25	16.07.88
13.901	7	265	Zuleide Ribeiro Barbosa	25	04.10.87
13.916	5	130	Deuralice Ferreira de Brito	25	30.06.88
13.920	3	320	José Lívio Vianna Braga	25	19.04.88
13.923	8	250	José Solimar Cardoso Machado	25	24.02.88
14.005	8	320	Francisco de Araújo Pereira	30	08.12.87
14.019	8	260	João Pereira dos Santos	30	05.11.87
14.063	5	450	Teodoro Gonçalves Pereira	30	22.02.88
14.096	1	320	Normando Leite da Silva	25	08.12.87
14.124	0	450	José Napoleão	30	21.02.88
14.140	2	130	Antônio Lopes de Jesus	25	04.10.87
14.161	5	130	Libânio Fernandes da Silva	30	15.04.88
14.243	3	320	Irineu José Pereira	25	11.07.87
14.320	2	265	Magno Ferreira de Castro	30	25.03.88
14.311	1	280	Pedro Alves da Costa	30	22.06.88
14.317	0	260	Valdemir Alves de Oliveira	30	15.12.87
14.327	8	250	José Vieira	25	16.09.87
14.409	6	210	Maristela Dede Freire	15	25.04.88
14.416	9	210	Anne Shirley A. Pontes Andrade	20	18.11.87
14.418	5	210	Nilza de Faria Pereira	15	29.12.87
14.423	1	210	Maria Deilda Pereira	20	27.09.87
14.582	3	280	José Raimundo Agostinho	25	03.07.88
14.589	0	265	Manoel Martins de Oliveira	25	27.10.87
14.636	2	130	Miguel José Marques	30	08.04.88
14.652	8	250	Camerino de OUiveira Moura	30	16.03.88
14.054	6	490	Otacílio Ferreira Gomes	30	24.03.88
14.665	X	260	José Fontes Rocha	30	27.09.87
14.668	4	260	José Vicente Figueiredo	30	23.03.88
14.711	7	450	Almerindo dos Santos	25	02.11.87
14.714	1	260	Antônio Nery Parente	30	17.06.88
14.746	X	250	Nardival Ranulfo da Silva	25	04.02.88
14.813	X	450	Austen Fernando G. Branco	25	03.12.87
14.816	4	450	Francisco Valias Wenceslau	25	30.10.87
14.980	4	130	Helena Costa dos Santos	25	08.08.87
14.954	3	450	Jurandi de Cerqueira	25	02.05.88
14.970	5	490	Manoel Soares Santana	30	16.06.88
15.045	2	110	Maria da Penha Lima Bizerril	20	06.09.87

15.111	4	450	Gerson Filiu	30	15.07.87
15.123	P	130	Joaquim Cristiano Araújo Neto	20	05.03.81
15.179	3	490	Paul Wolney Filho	30	19.10.87
15.193	9	130	Wellington Xavier Bezerra	25	13.01.86
15.237	4	120	Ivo Benício Coelho	30	29.05.88
15.246	3	320	Abinal Oliveira Santos	25	17.11.87
15.260	9	250	Erisval Salú de Lima	20	13.03.87
15.266	8	450	Francisco das Chagas Mendes	25	18.09.87
15.329	X	130	Clementino Evaristo dos Santos	30	15.09.87
15.391	5	450	Luiz Rufino de Oliveira	30	15.02.88
15.448	2	320	Carlos Nunes Gonçalves	25	05.07.87
15.451	2	130	Pumão Saraiva Muniz	25	30.03.88
15.486	5	160	Sérgio Paimundo de Oliveira	25	13.03.87
15.489	X	640	Aquinelo da Silva Veloso	25	24.12.87
15.499	7	130	José Podrigues de Castro	25	17.01.88
15.549	7	320	Waldemar Fernandes da Costa	25	06.04.88
15.573	X	160	Zoroastro Bezerra Gomes	30	29.07.87
15.575	6	250	João Batista da Silva	30	03.09.87
15.579	9	230	Luiz Ribeiro Santiago	30	18.06.88
15.597	7	320	Wálter Ferreira da Silva	30	20.03.88
15.607	8	265	Adilson Silva Simões	30	29.05.88
15.734	1	130	Sebastião Borges da Silva	30	28.11.87
15.752	X	110	Edvaldo Vasconcelos	25	30.08.87
15.944	1	130	José Francisco P. da Silva	30	13.11.87
16.175	6	210	Antônio Tavares Teixeira	30	11.04.88
16.185	3	450	Dirce Costa do Carmo	30	01.07.88
16.232	9	120	Afonso Ferreira Mendonça	30	22.02.88
16.265	5	160	Lourival Bezerra da Silva	30	04.07.88
16.268	X	250	Raimundo Pereira	30	17.08.87
16.269	8	250	Sebastião Francisco Ribeiro	30	30.10.87
16.291	4	140	Nivaldo Pereira dos Santos	30	25.09.87
16.310	4	260	José Severino Fidelis	30	24.04.88
16.712	6	250	Geraldo Euzébio de Almeida	30	04.02.88
16.402	X	170	Abdoral Ferreira Calaça	25	01.02.88
16.409	7	260	Aurivaldo Manoel da Silva	25	17.01.88
16.446	1	290	Roseno Carlos dos Santos	25	14.03.87
16.508	5	130	Geraldo Cardoso do Vale	25	11.10.87
16.519	0	250	Orlando da Costa Belém	25	23.02.88
16.527	1	490	Geralda Bueno de Toledo	25	20.06.88
16.543	3	160	Francisco Clemente Nicácio	25	19.09.87
16.556	5	250	José Monteiro de Oliveira	25	27.07.88
16.627	8	160	Antônio Ferreira da Silva	25	20.11.87
16.736	3	280	João Frutuoso Gomes	25	11.02.88
16.753	3	270	Joaquim Martins dos Santos	25	19.08.87
16.790	8	130	José Paimundo de Oliveira	25	05.04.88
16.817	3	250	Marcos Izidoro dos Santos	30	14.12.87
16.858	0	270	Raimundo Gomes de Morais	30	25.04.88
16.949	8	130	Olivar Fernandes	30	04.07.88
16.931	1	130	Elci de Paula Matsuda	10	06.03.71
16.931	1	130	Elci de Paula Matsuda	15	04.09.85
17.240	5	160	Henrique Pereira Gomes	30	27.06.88
17.598	6	140	Antônio Alves	30	25.12.87
17.607	9	140	Manoel Goncalves de Souza	30	30.06.88
17.610	9	250	Waldevino Roberto da Silva	30	06.05.88
19.104	3	140	Alice Carlos Brito C. Sousa	10	15.11.87
19.134	5	140	Ana Lúcia Azevedo Kussimoto	10	23.03.88
19.386	0	230	Márcia de Sá Oliveira	10	04.07.88
12.255	6	170	Antônio Ribeiro da Costa	25	04.05.88RET
12.804	X	170	Irene Alves de Souza Silva	25	01.03.88RET
08.122	1	210	Adelcir Ribeiro Cortes	15	01.03.79RET
19.897	8	140	Adão Nunes da Silva	05	31.12.84
28.559	5	140	Agostinho Antônio do Nascimento	15	30.06.88
28.544	7	140	Maria Edwiges Pereira Garcia	10	28.02.88
03.799	0	140	Carlos Wagner Fernandes Valentino	25	10.06.88

Brasília, 11 de julho de 1988.

Luiz Carlos Wanderley Cesar
Divisão de Pessoal - DAP/SEA
Chefe

Coordenação do Sistema de Material

ORDEM DE SERVIÇO DE 08 DE JULHO DE 1988

O COORDENADOR DO SISTEMA DE MATERIAL DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, no uso da delegação de competência que lhe foi conferida pelo item 1, alínea "b", da portaria nº 52/SEA, de 29 de dezembro de 1982,

RESOLVE:

DESIGNAR, nos termos do artigo 1º, e item I do artigo 2º, do Decreto nº 5.004, de 20 de dezembro de 1979, MARLENE FRATTINI, Datilógrafo, matrícula 26.126-2, Código SA-401, Classe "A", Referência NM-11, do Quadro de Pessoal do GDF, para substituir JOEL SOUZA SANTOS, Chefe da Seção de Controle da Coordenação do Sistema de Material, matrícula 09.351-3, Código DAI-111.3, por motivo de férias, no período de 11.07 a 09.08.88.

Brasília, 08 de julho de 1988

ALDO LÍVIO DE ARAÚJO

Coordenação do Sistema de Transportes Internos

ORDEM DE SERVIÇO DE 01 DE JULHO DE 1988

O COORDENADOR DO SISTEMA DE TRANSPORTES INTERNOS, no uso da delegação de competência que lhe foi conferida pelo item 1, alínea "b", da Portaria nº 52/SEA, de 29 de dezembro de 1982,

RESOLVE:

DESIGNAR, nos termos do artigo 1º, e item I do artigo 2º, do Decreto nº 5.004, de 20 de dezembro de 1979, RAUL ALVES DE SOUZA, Chefe da Seção de Registro de Veículos da Divisão de Registro e Controle de Veículos — CSTI/SEA, matrícula 17.528-5, Código DAI-111.3, Classe "D", Referência NM-25, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para substituir NILTON CARLOS BORGES, Diretor da Divisão de Registro e Controle de Veículos, da CSTI/SEA, matrícula 18.520-5, Código LT-DAS-101.2, por motivo do titular estar substituindo o Coordenador do Sistema de Transportes Internos — CSTI/SEA, de 04 a 23.07.88.

Brasília, 01 de julho de 1988

JUAREZ ARRUDA GOMES DE SÁ

ORDEM DE SERVIÇO DE 04 DE JULHO DE 1.988

O COORDENADOR DO SISTEMA DE TRANSPORTES INTERNOS, no uso da delegação de competência que lhe foi conferida pelo item 1, alínea "b", da Portaria nº 52/SEA, de 29 de dezembro de 1.982,

RESOLVE:

Designar, nos termos do artigo 1º, e item I do artigo 2º, do Decreto nº 5.004, de 20 de dezembro de 1.979, JOSÉ SOARES DA SILVA, Artífice de Obras Civis, matrícula 16.552-2, Código Art-504-D, Classe: Mestre, Referência NM-24, do Quadro de Pessoal do DF, para substituir SÍLVIO DE FRANÇA BARBOSA, Encarregado de Vigilância, da Coordenação do Sistema de Transportes Internos — CSTI/SEA, matrícula 01.363-3, Código DAI-111.2, por motivo de férias, no período de 18.07 a 16.08.88.

Brasília, 04 de julho de 1988

JUAREZ ARRUDA GOMES DE SÁ

Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos

ORDEM DE SERVIÇO Nº 084/88, DE 05 DE JUNHO DE 1988

A SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS-IDR, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 3º, Parágrafo único, do Decreto nº 5.004, de 20 de dezembro de 1979,

RESOLVE:

DESIGNAR, nos termos do artigo 1º, e Parágrafo 3º do artigo 8º, do Decreto nº 5.004, de 20 de dezembro de 1979, alterado pelo Decreto nº 6.608, de 09 de dezembro de 1982, ARI NUNES DE SOUSA, Agente de Portaria, matrícula 137-6, Código LT-TP-602, Classe "C", Referência NM-19, da TEP/IDR, para substituir RONALDO OSÉAS DA SILVA, Encarregado de Zeladoria, Vigilância e Portaria, matrícula 368-9, Código LT-DAI.111.2M, por motivo de férias, no período de 04 a 23.07.88.

Brasília-DF, 05 de junho de 1988

JÚNIA DE OLIVEIRA FERREIRA GONTIJO CÉSAR

SECRETARIA DE FINANÇAS

PROCESSO Nº: 112.002.246/87

INTERESSADO: SEAPRO/DICON/DEFI/DAF

Tendo em vista os elementos constantes do presente processo e nos termos do artigo 87 do Decreto nº 10.974, de 31.12.87, Reconheço a dívida aqui referida, no valor de Cz$ 10.996,00 (dez mil, novecentos e noventa e seis cruzados), em favor da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil — NOVACAP, correndo a despesa à

conta do elemento 3.1.9.2 — Despesas de Exercícios Anteriores, do orçamento do Departamento de Turismo do Distrito Federal.

Publique-se e encaminhe-se o presente àquele órgão para as providências de sua alçada.

Brasília, 30 de junho de 1988

MARCO AURÉLIO
MARTINS ARAÚJO
Secretário de Finanças

PROCESSO Nº: 030.008086/88
INTERESSADO: GABINETE DO GOVERNADOR

Tendo em vista os elementos constantes do presente processo e nos termos do artigo 87 do Decreto nº 10.974/87, reconheço a dívida aqui referida, no valor de Cz$ 61.893,05 (Sessenta e um mil, oitocentos e noventa e três cruzados e cinco centavos), em favor do BRB — BANCO DE BRASÍLIA S/A, correndo a despesa à conta do elemento 3.2.9.2 — Despesas de Exercícios Anteriores, do orçamento do Gabinete do Governador.

Publique-se e encaminhe-se o presente ao Departamento da Despesa para as providências de sua alçada.

Brasília, 30 de junho de 1988

MARCO AURÉLIO
MARTINS ARAÚJO
Secretário de Finanças

PROCESSO Nº: 032.001.261/87
INTERESSADO: DEGANI & CIA LTDA.

Tendo em vista os elementos constantes do presente processo e nos termos do artigo 79 do Decreto nº 10.974, de 31 de dezembro de 1987, RECONHEÇO a dívida aqui referida, no valor de Cz$ 62.870,00 (sessenta e dois mil, oitocentos e setenta cruzados), em favor da firma DEGANI & CIA LTDA, correndo a despesa à conta do elemento 4.1.2.0, da atividade 2.051, fonte 55, do orçamento da Secretaria de Serviços Públicos.

Publique-se e encaminhe-se o presente àquela Pasta para as providências de sua alçada.

Brasília, 07 de julho de 1988

MARCO AURÉLIO MARTINS
ARAÚJO
Secretário de Finanças

PROCESSO Nº: 093.016.891/87
INTERESSADO: COMPANHIA DE ELETRICIDADE DE BRASÍLIA — CEB

Tendo em vista os elementos constantes do presente processo e nos termos do artigo 87 do Decreto nº 10.974, de 31 de dezembro de 1987, RECONHEÇO a dívida aqui referida, no valor de Cz$ 72.756,02 (setenta e dois mil, setecentos e cinquenta e seis cruzados e dois centavos), em favor da Companhia de Eletricidade de Brasília — CEB, correndo a despesa à conta de elemento 3.1.9.2 — Despesas de Exercícios Anteriores, do orçamento desta Secretaria.

Publique-se e encaminhe-se o presente ao Departamento da Despesa para as providências de sua alçada.

Brasília, 07 de julho de 1988

MARCO AURÉLIO
MARTINS ARAÚJO
Secretário de Finanças

Junta de Recursos Fiscais

RECURSO VOLUNTÁRIO Nº 54/88
RECORRENTE: OK BENFICA CIA. NACIONAL DE PNEUS
RECORRIDO: Departamento da Receita

OK BENFICA CIA. NACIONAL DE PNEUS, irresignada com a sentença de primeira instância proferida no processo fiscal nº 40.004994/87, pertinente ao auto de infração nº 05087 de 1987, interpôs recurso a esta Egrégia Junta em 13 de junho de 1988 (Registro de protocolo de fls. 32).

O recurso é tempestivo, eis que a intimação da decisão condenatória ocorreu em 20 de maio de 1988 (recibo de fls. 31), evidenciando-se, assim, a observância do prazo previsto no art. 257 da Lei nº 4.191/62, combinado com os artigos 34 e 35 do Regimento Interno deste tribunal administrativo.

Recebo, pois, o recurso
Audiência prévia da douta Representação da Fazenda
Distribua-se e publique-se

Brasília-DF, 17 de junho de 1988

JOÃO BISPO DOS SANTOS JÚNIOR
Presidente

RECURSO VOLUNTÁRIO Nº 56/87
RECORRENTE: ARQUÉTIPOS LETREIROS E FUNDIÇOES LTDA
RECORRIDO: DEPARTAMENTO DA RECEITA

Arquétipos Letreiros e Fundições Ltda, irresignada com a sentença de primeira instância proferida no Processo fiscal nº 132000577/88, pertinente ao auto de infração nº 17988 de 1988, interpôs recurso a esta Egrégia Junta em 03 de junho de 1988 (Registro de protocolo de fls. 21).

O recurso é tempestivo, eis que a intimação da decisão condenatória ocorreu em 20 de maio de 1988 (recibo de fls. 20), evidenciando-se, assim, a observância do prazo previsto no art. 257 de Lei nº 4.191/62, combinado com os artigos 34 e 35 do Regimento Interno deste tribunal administrativo.

Recebo, pois, o recurso.
Audiência prévia da douta Representação da Fazenda.
Distribua-se e publique-se.
Brasília-DF, em 20 de junho de 1988

JOÃO BISPO DOS
SANTOS JÚNIOR
Presidente

RECURSO VOLUNTÁRIO Nº 57/88
RECORRENTE: OK BENFICA CIA. NACIONAL DE PNEUS
RECORRIDO: Departamento da Receita

OK BENFICA CIA. NACIONAL DE PNEUS, irresignada com a sentença de primeira instância proferida no Processo Fiscal nº 40.004990/87, pertinente ao Auto de Infração nº 05079 de 1.987, interpôs recurso a esta Egrégia Junta em 13 de junho de 1.988 (Registro de protocolo de fls. 40).

O recurso é tempestivo, eis que a intimação da decisão condenatória ocorreu em 20 de maio de 1.988 (recibo de fls. 39), evidenciando-se, assim, a observância do prazo previsto no art.257 da Lei nº 4.191/62, combinado com os artigos 34 e 35 do Regimento Interno deste tribunal administrativo..

Recebo, pois, o recurso.

Audiência prévia da douta Representação da Fazenda.
Distribua-se e publique-se.
Brasília-DF, 22 de junho de 1988.
JOÃO BISPO DOS SANTOS JÚNIOR

Presidente

RECURSO VOLUNTÁRIO Nº 58/88
RECORRENTE: ARMARINHOS TIRADENTES LTDA
RECORRIDO: DEPARTAMENTO DA RECEITA
ADVOGADO: Dr. FRANCISCO JOSÉ DOS REIS

ARMARINHOS TIRADENTES LTDA. , irresignado com a sentença de primeira instância proferida no processo fiscal nº 132.001974/87, pertinente ao auto de infração nº 12918 de 1987, interpôs, via procurador habilitado (doc. fls. 09), recurso a esta Egrégia Junta em 20 de junho de 1988 (registro de protocolo de fls. 41).

O recurso é tempestivo, eis que a intimação da decisão condenatória ocorreu em 1º de junho de 1988 (recibo de fls. 38), evidenciando-se, assim, a observância do prazo previsto no art. 257 da Lei nº 4.191/62, combinado com os artigos 34 e 35 do Regimento Interno deste tribunal administrativo.

Audiência prévia da douta Representação da Fazenda.
Distribua-se e publique-se.
Brasília-DF, em 28 de junho de 1988.

JOÃO BISPO DOS SANTOS
JÚNIOR
Presidente

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 34, DE 29 DE JUNHO DE 1988.

O SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I, do artigo 37 do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.893, de 13.05.75, e tendo em vista o disposto no O.I. nº 048/88 do Conselho de Educação do Distrito Federal, conforme Processo nº 030.000080/88,

RESOLVE:

1. Autorizar, por 02 (dois) anos, a suspensão das atividades da ESCOLA VISCONDE DE SABUGOSA, localizada na QI 06-Conjunto Q - Casa 85 - Guará I, mantida pela firma individual F.M. Garcia, com sede no mesmo endereço, autorizada a funcionar, por 04 (quatro) anos, conforme Portaria nº 23, de 31 de maio de 1988.

2. Determinar ao Estabelecimento, caso não reinicie suas atividades escolares, até 26 de junho de 1990, que solicite a sua extinção, conforme legislação vigente.

Brasília-DF; 29 de junho de 1988.

FABIO VIEIRA BRUNO

PORTARIA Nº 35 DE 04 DE JULHO DE 1988

O SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I, do artigo 37 do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.893, de 13.05.75, e tendo em vista o disposto no O.I. nº 031/88 do Conselho de Educação do Distrito Federal, conforme Processo nº 030.002926/88,

RESOLVE:

1. Considerar extinto o CENTRO EDUCACIONAL RIO NEGRO, localizado na AV. W-5 Sul - Quadra 906 - Lote 07 - SGAS - Brasília - Distrito Federal, mantido pelo Colégio Mauá Ltda., com sede na QE 07 - Bloco "C" - Sala 211 - Guará - Brasília - DF., reconhecido, sob condição, pela Portaria nº 04 de 03 de janeiro de 1983 que fica revogada.

2. Determinar ao DIE que proceda ao recolhimento do acervo escolar do Centro Educacional Rio Negro, conforme legislação vigente.

Brasília-DF, 04 de julho de 1988.

FABIO VIEIRA BRUNO

Departamento de Inspeção do Ensino

ORDEM DE SERVIÇO DE 04 DE JULHO DE 1988

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE INSPEÇÃO DE ENSINO, no uso da delegação de competência que lhe foi conferida pelo item 1, alínea "a", da Portaria nº 28/SEC, de 21 de junho de 1985,

RESOLVE:

DESIGNAR, nos termos do Decreto nº 5.004, de 20 de dezembro de 1979,

MARIA LÚCIA SILVA MAIA, Assistente da DOA, matrícula 14.413-4, Código DAI-112.3-S, Referência NS-25, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para substituir ZULEIDE NEVES VITAL, Diretora da DOA, matrícula 04.442.3; Código DAS-101.2, por motivo de substituição do Diretor do Departamento de Inspeção do Ensino, no período de 04.07 a 02.08.88.

Brasília-DF, 04 de julho de 1988

JÚLIO GREGÓRIO FILHO

SECRETARIA DE SAÚDE

Instituto de Saúde do Distrito Federal

ORDEM DE SERVIÇO DE 06 DE JULHO DE 1988.

O DIRETOR DO INSTITUTO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL-ISDF, no uso de suas atribuições Regimentais,

RESOLVE:

DESIGNAR a servidora MIRIAN SANTOS FERNANDES, matrícula nº 671-TP/ISDF, para substituir o Gerente da Gerência de Controle de Zoonoses, Código LT-DAS-101.3, no período de 04 a 13 de julho, por motivo de o titular estar substituindo o Diretor do ISDF.

Brasília-DF, 06 de julho de 1988.

BELCHIOR CARLOS DE GODOY
Diretor-Substituto

Fundação Hospitalar do Distrito Federal

INSTRUÇÃO DE 01 DE JUNHO DE 1988

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere a alínea **d** do artigo 23 do Estatuto Promulgado pelo Decreto nº4.643, de 01 de maio de 1979, do Governador do Distrito Federal,

RESOLVE:

Contratar, MARGARETE LÚCIA BORGES, para exercer o Emprego em Comissão Símbolo EC-27, de Secretária da Unidade de Internação dos Serviços Médicos, Paramédicos e Complementares, do Hospital Regional da Asa Norte, da Tabela de Empregos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

Brasília-DF, 01 de junho de 1988

LAÉRCIO MOREIRA VALENÇA

SECRETARIA DE SERVIÇOS SOCIAIS

PORTARIA DE 08 DE JULHO DE 1988

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS SOCIAIS DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 25, inciso X e XI, do Decreto nº 4037-B, de 30 de dezembro de 1977,

RESOLVE:

Designar o servidor RENATO ROMANO, matrícula nº 22.211-9, como Executor Técnico do Contrato de Empréstimo CT 0959/86, celebrado entre a Caixa Econômica Federal, o Banco de Brasília S/A, o Governo do Distrito Federal e a Secretaria de Serviços Sociais do Distrito Federal.

Brasília, 08 de julho de 1988

ADOLFO LOPES JAMEL EDIN

PORTARIA DE 08 DE JULHO DE 1988

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS SOCIAIS DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 3º do Decreto nº 3.466, de 07 de dezembro de 1976,

RESOLVE:

Conceder a Gratificação pela Representação de Gabinete, ao servidor AURELINO MARCELINO DA SILVA, matrícula nº 04.714-7, Agente de Portaria, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, lotado no Gabinete desta Secretaria de Serviços Sociais pelo encargo de Auxiliar de Gabinete, a partir de 01/07/88.

Brasília, 08 de julho de 1988

ADOLFO LOPES JAMEL EDIN

ORDEM DE SERVIÇO DE 04 DE JULHO DE 1988

O CHEFE DO GABINETE DA SECRETARIA DE SERVIÇOS SOCIAIS DO DISTRITO FEDERAL, usando da competência que lhe foi delegada pelo item I, alínea "a", da Portaria nº 001/83-SSS, de 11 de abril de 1983, e alterada pela Portaria nº 003/86-SSS, de 03 de julho de 1986,

RESOLVE:

Designar VALDIVINA RODRIGUES DE SOUZA, matrícula nº 14.739-7, Auxiliar Operacional de Serviços Diversos, Código NM-806, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para substituir OTÍLIA REGINA DA SILVA RODRIGUES, matrícula nº 26.894-1, Chefe da Seção de Comunicação Administrativa, Código LT-DAI-111.3-M, da Divisão de Administração Geral desta Secretaria, no período de 01/07 a 20.07.88, por motivo de férias do titular.

Brasília, 04 de julho de 1988

JOSÉ ROBERTO LUGON

PROCESSO: 040.000.041/88
Nº REQUISIÇÃO: 009
INTERESSADO: MARLENE PARO MENDONÇA
ASSUNTO: CONCESSÃO DE DIÁRIAS

Autorizo a Concessão de 9 1/2 (nove e meia diárias) à servidora MARLENE PARO MENDONÇA, matrícula 07.428-4, Assessora do Secretário de Serviços Sociais do DF, Código LT.DAS-102.3, que irá participar da XI Feira Nacional do Artesanato no pavilhão da Fundação Bienal Parque Ibirapuera, São Paulo-SP, no período de 15 à 24.07.88..

PROCESSO: 040.000.041/88
Nº REQUISIÇÃO: 010
INTERESSADO: AURORA CRUSETA DELA GIUSTINA
ASSUNTO: Concessão de Diárias

Autorizo a Concessão de 91/2 (nove e meia diárias) à servidora AURORA CRUSETA DELA GIUSTINA, matrícula 27.492-5, Gerente de Projetos da Gerência de Trabalho da Secretaria de Serviços Sociais do DF, Código LT.DAS-101.2, que irá participar da XI Feira Nacional do Artesanato no pavilhão da Fundação Bienal Parque Ibirapuera, São Paulo-SP, no período de 15 a 24.07.88.

Brasília, 6 de julho de 1988.

JOSÉ ROBERTO LUGON
Chefe de Gabinete/SSS

Fundação do Serviço Social

INSTRUÇÃO DE 01 DE JULHO DE 1988.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições estatutárias;

RESOLVE:

Designar o servidor MIGUEL ARCANJO CHAVES, mat. 5867-X/TEP, para responder pelo Emprego em Comissão, EC-10, de Chefe do Núcleo de Atividades Múltiplas de Planaltina, da Diretoria de Operações desta Fundação.

Brasília, 01 de julho de 1988.

ADOLFO LOPES JAMEL EDIN

INSTRUÇÃO DE 01 DE JUNHO DE 1988.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições estatutárias,

RESOLVE:

Tornar sem efeito a Instrução de 01 de junho de 1988, que designou SÍLVIO ANGELO BERNARDES para exercer o Emprego em Comissão, símbolo EC-24, de Assistente III, do Centro de Triagem e Observação-CENTRO, da Diretoria de Operações, desta Fundação.

Brasília, 01 de junho 1988.

ADOLFGO LOPES JAMEL EDIN

Diretoria Executiva

ORDEM DE SERVIÇO DE 04 DE JULHO DE 1988

O DIRETOR EXECUTIVO DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o item VIII da Instrução nº 33, de 19 de maio de 1986,

RESOLVE:

Tornar sem efeito a Ordem de Serviço de 13.06.88, que designou ANTONIO GERALDO MENDONÇA BANDEIRA, matrícula 2912.2, para substituir durante o período de férias de 01 a 30/07/88, o Gerente da Divisão de Recursos Financeiros, da Diretoria de Administração e Finanças, desta Fundação.

Brasília, 04 de julho de 1988.

GUSTAVO AUGUSTO AURNHEIMER RIBEIRO

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS

Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal

INSTRUÇÃO DE 28 DE JUNHO DE 1988

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o item VI, do Art. 44, do Regimento aprovado pelo Decreto número 3.078, de 03 de dezembro de 1975,

RESOLVE:

DESIGNAR, nos termos do artigo 1º, e item I do artigo 2º, do Decreto nº 5.004, de 20 de dezembro de 1979, JOÃO ALVES RABELO, Agente de Serviços de Engenharia, matrícula

91.433, Código LT-NM-808, Classe "S", Referência NM-32, da TP/DER-DF, para substituir ARNALDO RIBEIRO DE FREITAS, Chefe da Seção de Conservação do 3° DR, matrícula 92.594, Código LT-DAI-NM-111.3,, por motivo de férias do titular, no período de 04 a 23.07.88.

Brasília-DF, 28 de junho de 1988

JOSÉ MASCARENHAS FILHO

SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

Conselho do Transporte Público Coletivo do Distrito Federal

RESOLUÇÃO Nº 497/88—CTPC/DF

O CONSELHO DO TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2°, inciso IX, do Decreto n° 9.269, de 13 de fevereiro de 1986, combinado com o artigo 4° inciso III, do Regulamento do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto n° 10.062, de 05 de janeiro de 1987, e tendo em vista a proposta do Departamento de Transportes Urbanos e o parecer da Conselheira Ivelise Maria Longhi Pereira da Silva, ambos constantes do Processo n° 030.008184/88,

RESOLVE:

1. Aprovar a criação, no serviço do tipo convencional, da linhas a seguir discriminadas, classificadas como de ligação, com os itinerários e horários constantes do anexo IV do Processo n° 030.008184/88:

DENOMINAÇÃO	Nº
Setor "O" — Via Leste/ W3 Norte	374
Setor "O" — Via N-2/ W3 Norte	375
Tag. Sul/W3 Norte (Via Estrutural)	376
Setor M Norte/W3 Norte	377
Setor P Sul/W3 Norte	378
Setor O — Via Hélio Prates /W3 Norte	379
Taguatinga Norte/SIG/ W3 Norte (integração)	808

2. Os preços de passagem iniciais são os seguintes, de acordo com o artigo 1°, inciso I, do Decreto n° 11.093, de 05 de maio de 1988:

I — Cz$ 75,00 (setenta e cinco cruzados), para a passagem integral;

II — Cz$ 37,50 (trinta e sete cruzados e cinqüenta centavos), para a passagem com desconto.

3. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 11 de julho de 1988

CARLOS MAGALHÃES DA SILVEIRA

Presidente: CARLOS MAGALHÃES DA SILVEIRA

Membros: IVELISE Mª PEREIRA LONGHI DA SILVA, CARLOS ANTÔNIO DE SOUZA DANTAS, MIGUEL RAMIREZ SOSA, DAMÁSIO BATISTA DE LUCENA, WILSON MACIEL RAMOS, ARTHUR COELHO DE MELLO,CLÁUDIO ANTÔNIO FONTES DIÉGUES e JOSÉ ANTÔNIO DE ALENCASTRO E SILVA.

(Republicado por haver saído com incorreção no DODF de 13.07.88)

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

Departamento de Administração Geral

ORDEM DE SERVIÇO DE 12 DE JULHO DE 1988

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso da subdelegação de competência que lhe foi conferida pelo item 2, alínea "a", da Portaria n° 027/85-SEP, de 08 de outubro de 1985,

RESOLVE:

CONCEDER APOSENTADORIA, nos termos do artigo 1°, item I da Lei Complementar n° 51, de 20 de dezembro de 1985, em consonância com o artigo 103 da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, no cargo de Agente de Polícia, Classe Especial, Padrão III, a DJALMA BARROS CAVALCANTE, matrícula n° 01.078-2, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, com as vantagens da Gratificação por Operações Especiais, nos termos dos artigos 2° e 3° do Decreto-lei n° 1.727, de 10 de dezembro de 1979, combinados com o artigo 1° da Lei n° 7.386, de 18 de outubro de 1985 e artigos 1° e 2° do Decreto-lei n° 2.387, de 18 de dezembro de 1987, da Gratificação de Função Policial, nos termos do artigo 7° do Decreto-lei n° 2.239, de 28 de janeiro de 1985, e da Gratificação instituída pelo artigo 2°, § único, alínea "b", do Decreto-lei n° 2.367, de 05 de novembro de 1987, e da Indenização de Habilitação Policial Civil, nos termos do artigo 8°, item II, § 2°, do Decreto-lei n° 2.266, de 12 de março de 1985.

Brasília, 12 de julho de 1988

ELI VALTER GIL FILHO

ORDEM DE SERVIÇO DE 22 DE JUNHO DE 1988

O DIRETOR-GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL, no uso da delegação de competência que lhe foi conferida pelo item 2, alínea "b", da Portaria n° 037/87-SEP, de 07 de outubro de 1987,

RESOLVE:

DISPENSAR, por ter sido designada para outra função, MARIA DA CONSOLAÇÃO DOS ANJOS ALVES, Perita Criminal, 1ª Classe, Padrão IV, matrícula n° 20.216-9, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, de responder pela função em Comissão, Código DAI-111.3, de Chefe da Seção de Fotografia e Desenho — DPE/IC/CPT/PCDF, a partir de 01 de julho de 1988.

Brasília-DF, 22 de junho de 1988

EVALDO CARNEIRO

ORDEM DE SERVIÇO DE 22 DE JUNHO DE 1988

O DIRETOR-GERAL DA POLÍCIA CIVIL D DISTRITO FEDERAL, no uso da delegação de competência que lhe foi conferida pelo item 2, alínea "b" da Portaria n° 037/87-SEP, de 07 de outubro de 1987,

RESOLVE:

DESIGNAR ARNALDO NADIM MIZIARA, Perito Criminal, Classe Especial, Padrão III, matrícula 21.19(-7 do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para exercer a Função em Comissão, Código DAI-112.3, de Assistente do Instituto de Criminalística-CPT/PCDF, a partir de 01 de julho de 1988.

Brasília-DF, 22 de junho de 1988

EVALDO CARNEIRO

ORDEM DE SERVIÇO DE 22 DE JUNHO DE 1988

O DIRETOR-GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL, no uso da delegação de competência que lhe foi conferida pelo item 2, alínea "b", da Portaria n° 037/87-SEP, de 07 de outubro de 1987,

RESOLVE:

DESIGNAR FELINTO ABREU DIAS, Perito Criminal, Classe Especial, Padrão III, matrícula 20.770-5, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para exercer a Função em Comissão, Código DAI-111.3, de Chefe da Seção de Merceologia-DPI/IC/CPT/PCDF, a partir de 01 de julho de 1988.

Brasília-DF., 22 de junho de 1988

EVALDO CARNEIRO

ORDEM DE SERVIÇO DE 22 DE JUNHO DE 1988

O DIRETOR GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL, no uso da subdelegação de competência que lhe foi conferida pelo item 3, alínea "a", da Portaria n° 037/87-SEP, de 07 de outubro de 1987,

RESOLVE:

DESIGNAR, nos termos do artigo 1°, item I do artigo 2°, do Decreto n° 5.004, de 20 de dezembro de 1979, NEUTON OLIVEIRA COSTA, Datiloscopista Policial, matrícula 20.822-1, Classe Especial, Padrão III, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para substituir CALIXTO MOREIRA DOS SANTOS, Diretor da Divisão de Identificação-II-CPT/PCDF, matrícula 21.109-5, Código DAS-101.1, por motivo de férias regulamentares, no período de 04.07 a 02.08.88.

Brasília, 22 de junho de 1988

EVALDO CARNEIRO

ORDEM DE SERVIÇO DE 22 DE JUNHO DE 1988

O DIRETOR GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL, no uso da delegação de competência que lhe foi conferida pelo item 2, alínea "b", da Portaria n° 037/87-SEP, de 07 de outubro de 1987,

RESOLVE:

DESIGNAR, nos termos do artigo 1°, item I do artigo 2°, do Decreto n° 5.004, de 20 de dezembro de 1979, MANOEL DE OLIVEIRA FILHO Datiloscopista Policial, matrícula 20.724-1, Classe Especial, Padrão III, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para substituir JOSÉ AIRES DA SILVA, Chefe do Posto de Identificação n° 04-DI/II/CPT/PCDF, matrícula 19.366-6, Código DAI-111.3, por motivo de férias regulamentares, no período de 04.07 a 02.08.88.

Brasília, 22 de junho de 1988

EVALDO CARNEIRO

ORDEM DE SERVIÇO DE 22 DE JUNHO DE 1988

O DIRETOR-GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL, no uso da delegação de competência que lhe foi conferida pelo item 2, alínea "b", da Portaria n° 037/87-SEP, de 07 de outubro de 1987,

RESOLVE:

DESIGNAR, nos termos do artigo 1°, item I do artigo 2° do Decreto n° 5.004, de 20.12.79, HAMILTON CASSEMIRO CARDOSO, Datiloscopista Policial, Classe Especial, Padrão III, matrícula 19.310-0 do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para substituir NEUTON OLIVEIRA COSTA, Chefe do Posto de Identificação n° 05-DI/II-CPT/PCDF, que se encontra substituindo o Diretor da Divisão de Identificação, no período de 04.07 a 02.08.88.

Brasília-DF, 22 de junho de 1988

EVALDO CARNEIRO

ORDEM DE SERVIÇO DE 22 DE JUNHO DE 1988

O DIRETOR-GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL, no uso da delegação de competência que lhe foi conferida pelo item 2, alínea "b", da Portaria nº 037/87-SEP, de 07 de outubro de 1987,

RESOLVE:

DESIGNAR RITA MARIA DE CERQUEIRA CARVALHO, Perita Criminal, 1ª Classe, Padrão II, matrícula 19.381-X do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para responder pela Função em Comissão, Código DAI-111.3, de Chefe da Seção de Perícias Documentoscópicas e Contábeis-DPE/IC/CPT/PCDF, a partir de 01 de julho de 1988.

Brasília-DF, 22 de junho de 1988
EVALDO CARNEIRO

ORDEM DE SERVIÇO DE 22 DE JUNHO DE 1988

O DIRETOR-GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL, no uso da delegação de competência que lhe foi conferida pelo item 2, alínea "b", da Portaria nº 037/87-SEP, de 07 de outubro de 1987,

RESOLVE:

DESIGNAR RAIMUNDA DE BARROS RABELO ROCHA, Perita Criminal, Classe Especial, Padrão III, matrícula 20.692-X, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para exercer a função em Comissão, Código DAI-111.3, de Chefe da Seção de Crimes Contra a Pessoa-DPE/IC/CPT/PCDF, a partir de 01 de julho de 1988.

Brasília-DF, 22 de junho de 1988

EVALDO CARNEIRO

ORDEM DE SERVIÇO DE 23 DE JUNHO DE 1988

O DIRETOR-GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL, no uso da delegação de competência que lhe foi conferida pelo item 2, alínea "b" da Portaria nº 037/87-SEP, de 07 de outubro de 1987,

RESOLVE:

DISPENSAR, por haver sido indicado para outra função, JOÃO ALEIXO TAVARES FILHO, Escrivão de Polícia, Classe Especial, Padrão III, matrícula 21.165-6, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, de exercer a função em Comissão, Código DAI-111.3, de Chefe do Cartório da 3ª Delegacia Policial-CPC/PCDF, a partir de 23.06.88.

Brasília-DF, 23 de junho de 1988

EVALDO CARNEIRO

ORDEM DE SERVIÇO DE 23 DE JUNHO DE 1988

O DIRETOR GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL, no uso da delegação de competência que lhe foi conferida pelo item 2, alínea "b" da Portaria nº 037/87-SEP, de 07 de outubro de 1987,

RESOLVE:

DESIGNAR, nos termos do artigo 1º, item I do artigo 2º do Decreto nº 5.004, de 20 de dezembro de 1979, WALMIR ANTONIO DOS SANTOS, Escrivão de Polícia, matrícula 23.011.1, Classe Especial, Padrão I do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para substituir AUDÁLIO LOPO DE OLIVEIRA, Chefe do Cartório da 15ª DP/CPC/PCDF, matrícula 18.754-2, Cód. DAI-111.3, por motivo de férias regulamentares, no período de 04.07 a 02.08.88.

Brasília, 23 de junho de 1988.

EVALDO CARNEIRO

ORDEM DE SERVIÇO DE 23 DE JUNHO DE 1988

O DIRETOR-GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL, no uso da delegação de competência que lhe foi conferida pelo item 2, alínea "b", da Portaria nº 037/87-SEP, de 07 de outubro de 1987,

RESOLVE:

DESIGNAR, nos termos do artigo 1º, item I do artigo 2º, do Decreto nº 5.004, de 20 de dezembro de 1979, EDMILSON DANTAS DE ARAÚJO, Escrivão de Polícia, matrícula 24.785-5, 1ª Classe, Padrão IV, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para substituir WELLINGTON JOSÉ RIBEIRO, Chefe do Cartório da DRFV-CPE/PCDF, matrícula 24.804-5, Código DAI-111.3, por motivo de férias regulamentares, no período de 04.07 a 02.08.88.

Brasília, 23 de junho de 1988

EVALDO CARNEIRO

ORDEM DE SERVIÇO DE 23 DE JUNHO DE 1988

O DIRETOR GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL, no uso da delegação de competência que lhe foi conferida pelo item 2, alínea "b" da Portaria nº 037/87-SEP, de 07 de outubro de 1987,

RESOLVE:

DESIGNAR, nos termos do artigo 1º, item I do artigo 2º do Decreto nº 5.004, de 20 de dezembro de 1979, ARNALDO PERES DA SILVA, Agente de Polícia, matrícula 25.578-5, 2ª Classe, Padrão I, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para substituir NEURACI HEBIO VIEIRA, Chefe da Seção de Acidentes de Veículos – 14ª DP/CPC/PCDF, matrícula 20.804-3, Código DAI-111.3, por motivo de férias regulamentares, de 04.07 a 02.08.88.

Brasília, 23 de junho de 1988.

EVALDO CARNEIRO

ORDEM DE SERVIÇO DE 23 DE JUNHO DE 1988

O DIRETOR-GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL, no uso da delegação de competência que lhe foi conferida pelo item 2, alínea "b", da Portaria nº 037/87-SEP, de 07 de outubro de 1987,

RESOLVE:

DESIGNAR, nos termos do artigo 1º, item I do artigo 2º do Decreto nº 5.004, de 20 de dezembro de 1979, CARLOS ALBERTO CARNEIRO NOBRE, Escrivão de Polícia, matrícula 23.065-0, Classe Especial, Padrão I, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para substituir JOÃO ALEIXO TAVARES FILHO, Chefe do Cartório da DRF/CPE/PCDF, matrícula 21.165-6, Código DAI-111.3, por motivo de férias regulamentares, no período de 04.07 a 02.08.88.

Brasília, 23 de junho de 1988

EVALDO CARNEIRO

ORDEM DE SERVIÇO DE 23 DE JUNHO DE 1988

O DIRETOR GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL, no uso da subdelegação de competência que lhe foi conferida pelo item 3, alínea "a", da Portaria nº 037/87-SEP, de 07 de outubro de 1987,

RESOLVE:

DESIGNAR, nos termos do artigo 1º, item I do artigo 2º do Decreto nº 5.004, de 20 de dezembro de 1979, TEODORO RODRIGUES PEREIRA, Delegado de Polícia - Assistente da DRFV, matrícula 23.594-6, 1ª Classe, Padrão IV, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para substituir EURÍPEDES ALVES BARBOSA, Delegado Chefe da Delegacia de Roubos e Furtos de Veículos-CPE/PCDF, matrícula 18.842-5, Código DAS-101.2, por motivo de férias regulamentares, de 04.07 a 02.08.88.

Brasília, 23 de junho de 1988.

EVALDO CARNEIRO

ORDEM DE SERVIÇO DE 30 DE JUNHO DE 1988

O DIRETOR GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL, no uso da delegação de competência que lhe foi conferida pelo item 2, alínea "b" da Portaria nº 037/87-SEP, de 07 de outubro de 1987,

RESOLVE:

DESIGNAR, nos termos do artigo 1º, item I do artigo 2º do Decreto nº 5.004, de 20 de dezembro de 1979, NELSON RODRIGUES DA CRUZ, Agente de Polícia, matrícula nº 24.460-6 2ª Classe, Padrão II, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para substituir CARMILTON PEREIRA DOS SANTOS, Chefe da Seção de Investigação da DH/CPE/PCDF, matrícula nº 01.072-3, Código DAI-111.3, por motivo de férias regulamentares, de 04.07 a 02.08.88.

Brasília, 30 de junho de 1988.

EVALDO CARNEIRO

Departamento de Trânsito do Distrito Federal

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 635/88 DE 27 DE JULHO DE 1988.

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 43, inciso XI do Regimento aprovado pelo Decreto nº 3535 de 29 de dezembro de 1976 e considerando o que consta no Processo nº 055.000210/88.

RESOLVE:

CASSAR a Carteira Nacional de Habilitação do condutor INÁCIO PEDRO DA SILVA, PGU nº 00.036.181-0, expedida pelo DETRAN/DF, com fulcro no artigo 200, inciso III do R.C.N.T.

Considerando que, pela Coordenadoria Regional de Perícias Médicas o INPS, conforme OF.623-006.2 nº 008, foi julgado incapaz para a condução de qualquer veículo automotor.

JONAS TORRACA

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

PROCESSO: 030.006795/88
INTERESSADO: LOURIVAL GUEDES PEREIRA
ASSUNTO: Relatório de Tomada de Contas

Em cumprimento ao disposto no inciso X, do artigo 24, do Ato Regimental nº 09/80, do Tribunal de Contas do Distrito Federal, e com base no pronunciamento prévio da Secretaria de Finanças, de fls. 19 a 22, considero regulares as contas do responsável pela Seção de Serviços Gerais da Divisão de Administração Geral, relativas ao orçamento de 1987. Encaminhe-se à apreciação do Colendo Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Brasília, 07 de julho de 1988

OSVALDO PERALVA
Secretário de Comunicação Social do Distrito Federal

SECRETARIA EXT. DOS ASSUNTOS DE HABITAÇÃO

Sociedade de Habitação de Interesse Social — LTDA — SHIS

RESOLUÇÃO DA DIRETORIA

Nº 033/88: Sessão: 1438ª Realizada em: 17.05.88
PROCESSO Nº: 163917/79
ASSUNTO: Homologação do Laudo de Avaliação nº 010/88-CPAI, referente ao imóvel sito à QNP 18, Conjunto "G" Casa 21 - Setor "P" Sul - Taguatinga/DF.
DECISÃO: A DIRETORIA, considerando o exposto no Relatório nº 022/88-DI,

RESOLVE:

Homologar o Laudo de Avaliação nº 10/88 da Comissão permanente de Avaliação de Imóveis CPAI, fixando em 454,838 OTN's, correspondentes, nesta data, a Cz$ 516.364,00 (Quinhentos e dezesseis mil, trezentos e sessenta e quatro cruzados) o valor de venda do imóvel sito à QNP 18 Conjunto "G" Casa 21 - Setor "P" Sul - Taguatinga/DF, na forma doSistema Financeiro da Habitação - SFH, vigente.

RELATOR: EUSTÁQUIO JOSÉ FERREIRA SANTOS

ÁTILA FERREIRA PAES LEME
Presidente

JOÃO DA CRUZ PIMENTA
Diretor Financeiro

EMMANUEL PEDROSA FILHO
Diretor Administrativo

LUIZ FERNANDO DE MORAES SILVA
Diretor Técnico

EUSTÁQUIO JOSÉ FERREIRA SANTOS
Diretor Imobiliário

Nº 035/88: Sessão 1438ª Realizada em : 17.05.88
PROCESSO Nº: 2283/66
ASSUNTO: Homologação do Laudo de Avaliação nº 06/88-CPAI, referente ao imóvel sito à Quadra 01, Conjunto "A" Casa 106 — Setor Norte — Gama/DF,
DECISÃO: A DIRETORIA, considerando o exposto no Relatório nº 012/88-DI,

RESOLVE:

Homologar o Laudo de Avaliação nº 06/88 da Comissão Permanente de Avaliação de Imóveis, CPAI, fixando em 445,023 OTN's, correspondentes nesta data, a Cz$ 505.221,26 (Quinhentos e cinco mil, duzentos e vinte hum cruzados e vinte e seis centavos) o valor de venda do imóvel sito à Quadra 01 Conjunto "A" Casa 106 - Setor Norte — Gama/DF, na forma do Sistema Financeiro da Habitação — SFH, vigente.
RELATOR: EUSTÁQUIO JOSÉ FERREIRA SANTOS

Presidente: ÁTILA FERREIRA PAES LEME

Diretor Financeiro: JOÃO DA CRUZ PIMENTA

Diretor Administrativo: EMMANUEL PEDROSA FILHO

Diretor Técnico: LUIZ FERNANDO DE MORAES SILVA

Diretor Imobiliário: EUSTÁQUIO JOSÉ FERREIRA SANTOS

Nº 036/88: Sessão: 1438ª. Realizada em : 17.05.88
PROCESSO Nº: 4069/70
ASSUNTO: Homologação do Laudo de Avaliação nº 008/88-CPAI, referente ao imóvel sito à Quadra 01, Conjunto "A" Casa 42 - Planaltina/DF.
DECISÃO: A DIRETORIA, considerando o exposto no Relatório nº 023/88-DI,

RESOLVE:

Homologar o Laudo de Avaliação nº 008/88 da Comissão Permanente de Avaliação de imóveis - CPAI, fixando em 427,38 OTN's, correspondentes, nesta data, a Cz$ 485.200,00 (Quatrocentos e oitenta e cinco mil e duzentos cruzados), o valor de venda do imóvel sito à Quadra 01 Conjunto "A" Casa 42 - Planaltina/DF, na forma do Sistema Financeiro da Habitação - SFH, vigente.

RELATOR: EUSTÁQUIO JOSÉ FERREIRA SANTOS

Presidente: ÁTILA FERREIRA PAES LEME; Diretor Financeiro: JOÃO DA CRUZ PIMENTA; Diretor Administrativo: EMMANUEL PEDROSA FILHO; Diretor Técnico: LUIZ FERNANDO DE MORAES SILVA e Diretor Imobiliário: EUSTÁQUIO JOSÉ FERREIRA SANTOS.

PROCURADORIA GERAL

PORTARIA Nº 09/88-GAB/PRG, DE 12 DE JULHO DE 1988

Constitui Comissão para desenvolver os trabalhos relativos à participação no XIV Congresso Nacional de Procuradores de Estado.

O PROCURADOR GERAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e

considerando a realização do XIV Congresso Nacional de Procuradores de Estado a ser promovido em Aracajú, no período de 05 a 09 de setembro de 1988;

considerando o empenho desta Procuradoria Geral para que o evento conte com a efetiva participação dos Procuradores do Distrito Federal;

considerando o propósito de colaborar com os colegas do Estado de Sergipe, no sentido de que o Congresso alcance pleno êxito, com reflexos positivos para a Classe de Procuradores de Estado,

RESOLVE:

Art. 1º — Constituir Comissão encarregada dos trabalhos preparatórios à participação dos Procuradores do Distrito Federal no XIV Congresso Nacional de Procuradores de Estado.

Art. 2º — A Comissão, coordenada pelo primeiro, será integrada pelos seguintes Procuradores:

I — Virgínia de Mello Batista Silva;
II — Ada Toledo Arantes;
III — Fernando Antonio Dusi Rocha;
IV — Carlos Mário da Silva Velloso Filho;
V — João Resende Filho;
VI — Maria Ester Mena Barreto Camino;
VII — José Luciano Arantes

Art. 3º — A Comissão deverá propor medidas e adotar providências e os trabalhos desenvolvidos serão considerados de natureza relevante.

Art. 4º — Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 12 de julho de 1988

MARIA DEIZE DALLA COSTA HORTA
Procuradora Geral
Substituta

PORTARIA DE 05 DE JULHO DE 1988

A PROCURADORA GERAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 3º, alínea b, do Decreto nº 5.004, de 20 de dezembro de 1979,

RESOLVE:

DESIGNAR, nos termos do artigo 1º, § único do art. 2º, do Decreto nº 5.004, de 20 de dezembro de 1979, MARCO AURÉLIO ALVES DE OLIVEIRA, Assistente Jurídico, matrícula nº 27.363-5, Código LT-SJ-902.A, Referência N.S-07, da Tabela de Pessoal do Distrito Federal, para substituir JUVENAL ANTUNES PEREIRA, Chefe do Núcleo de Assistência Judiciária de Sobradinho, Código DAS-101.2, do Centro de Assistência Judiciária, da Procuradoria Geral do Distrito Federal, no período de 04 a 21 de julho de 1988, por estar substituindo a Diretora do referido Centro.

Brasília, 05 de julho de 1988

MARIA DEIZE DALLA COSTA HORTA
Procuradora Geral
em exercício

1ª Subprocuradoria

PROCURADORIA GERAL

TERMOS REGISTRADOS NA 1ª SPR-DF - PUBLICAÇÃO CONFORME DECRETO FEDERAL Nº 78.382/76

OCUPAÇÃO DE ESPAÇOS EM PRÓPRIOS DO DISTRITO FEDERAL FEIRA PERMANENTE

PROCESSO Nº: 136.000.689/84 — OCUPANTE: LÍDIA SANTOS MARTINS. OBJETO: Ocupação do Box C-12, medindo 6,60m2 de área, localizado na Feira Permanente do Núcleo Bandeirante, destinado ao comércio no varejo, de Aves Vivas. VALOR: Cz$ 896,38 (oitocentos e noventa e seis cruzados e trinta e oito centavos) mensais, a partir da assinatura do Termo. PRAZO: 02 (dois) anos. TERMO PADRÃO 05/80. Data da assinatura. 27.06.88

PROCESSO Nº: 136.000.701/84 — OCUPANTE: DELMA MARIA SANTOS MARTINS. OBJETO: Ocupação do Box C-14, medindo 6,60m2 de área, localizado na Feira Permanente do Núcleo Bandeirante, destinado ao comércio no varejo, de Galinhas e Animais Domésticos. VALOR: Cz$ 896,38 (oitocentos e noventa e seis cruzados e trinta e oito centavos) mensais. PRAZO: 02 (dois) anos, a partir da assinatura do Termo. TERMO PADRÃO 05/80. Data da assinatura 27.06.88.

PROCESSO Nº: 135.572/82 — OCUPANTE: ANTONIO CARNEIRO DE MELO. OBJETO: Ocupação dos Boxes C-03 e C-04, medindo 6,60m2 de área, localizados na Feira Permanente do Núcleo Bandeirante, destinados ao comércio no varejo, de Queijos, Doces, Vinhos e Frios em geral. VALOR: Cz$ 896,38 (oitocentos e noventa e seis cruzados e trinta e oito centavos) mensais. PRAZO: 02 (dois) anos, a partir da assinatura do Termo. TERMO PADRÃO 05/80. Data da assinatura: 27.06.88.

PROCESSO Nº: 132.000.652/88 — OCUPANTE: GENARIO MEDEIROS DE ARAÚJO. OBJETO: **Rescisão do Termo de Ocupação do BOX B4/04, medindo 16,50m2, localizado na Feira Permanente de Taguatinga, firmado entre as partes em 01 de dezembro de 1986 e publicado no DODF — Suplemento, de 30.12.86. Data da assinatura do Termo Padrão nº 19/82, 22.06.88.**

PROCESSO Nº: 134.001.280/87 — OCUPANTE: ANATÓLIO ETTIN-

GER DE MENEZES. OBJETO: Revogação da Ocupação firmada entre as partes, do Box 08-Bloco "G" situado na Feira Modelo de Sobradinho. Conforme Ato Expresso do Senhor Governador às fls. 14 dos autos.

Brasília, 05 de julho de 1988

2ª Subprocuradoria

ORDEM DE SERVIÇO DE 27 DE JUNHO DE 1988

O PROCURADOR CHEFE DA 2ª SUBPROCURADORIA, DA PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 05/83-PRG, de 21.03.83,

RESOLVE:

DESIGNAR, nos termos do artigo 1°, item I, do artigo 2°, do Decreto nº 5.004, de 20 de dezembro de 1979; JOÃO DIAS NETO, Agente Administrativo, matrícula 21.385-3, Código LT-SA-401, Classe "C", Referência NM-27, da Tabela de Pessoal do Distrito Federal, para substituir SEBASTIÃO PEREIRA LOPES, Chefe da Seção de Sucessões e Recursos Fiscais/DATF, matrícula 17.595.1, Código DAI-111.3, por motivo de férias relativas ao exercício de 1987, no período de 1° a 30 de julho de 1988.

Brasília-DF, 27 de junho de 1988

NORALDINO LADEIRA
Substituto

ATAS, CONTRATOS, CONVÊNIOS E BALANÇOS

DÉCIMA ALTERAÇÃO CONTRATUAL E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA PLANALTO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO NACIONAL LTDA.

CGC/MF nº 00.505.222/0001-66

LINDBERG AZIZ CURY, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado em Brasília-DF., à MSPW Quadra 26, Conjunto 12, Lote 08, nascido em Anápolis-GO., em 01.10.34, portador da Cédula de Identidade RG nº 069.073, SSP/DF e CPF/MF nº 000.457.211-49;

MARTA BITTAR CURY, brasileira, casada, empresária, residente e domiciliada em Brasília-DF., à MSPW Quadra 26, Conjunto 12, Lote 08, nascida em Anápolis-GO., em 07.11.41, portadora da Cédula de Identidade RG nº 257.007, SSP/DF e CPF/MF nº 024.468.631-91;

LINO MARTINS PINTO, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado em Brasília-DF., na SHIS - QL 02, Conjunto 06, Casa 18, nascido no Rio de Janeiro-RJ., em 27.05.15, portador da Cédula de Identidade RG nº ..... 135.009, SSP/DF e CPF/MF nº 004.999.006-34;

LUIZ ESTEVÃO DE OLIVEIRA NETO, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado em Brasília-DF., na SHIS - QI 15 Chácara 52, nascido no Rio de Janeiro-RJ., em 06.07.49, portador da Cédula de Identidade RG nº 159.375, DPF/DF e CPF/MF nº 010.948.581-53; e

PLANALTO DE AUTOMÓVEIS S.A., sociedade comercial, com sede em Brasília-DF., no SEP/Norte Quadra 512, Conjunto C, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Distrito Federal, sob o nº..... 53.3.0000092.1, por despacho de 06.04.62, e, inscrita no CGC/MF, sob o nº ..... 00.008.193/0001-27, neste ato representada por seu Diretor Presidente, LINDBERG AZIZ CURY e o Diretor Superintendente, LUIZ ESTEVÃO DE OLIVEIRA NETO, já qualificados neste instrumento:

Únicos sócios da PLANALTO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO NACIONAL LTDA., com sede e fôro no SEP/Norte Quadra 512, Conjunto C, na cidade de Brasília-DF., inscrita no CGC/MF, sob o nº 00.505.222/0001-66, com seus atos constitutivos arquivados no Cartório do 1º Ofício do Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas, sob o nº 266, Livro "A" nº 01, do Registro de Pessoas Jurídicas e na Junta Comercial do Distrito Federal, sob nº 53.2.0025709.2, por despacho de 05.09.84, resolvem de comum acordo alterar o Contrato Social, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

PRIMEIRA - O Capital Social é de Cz$ 1.500.000,00 (hum milhão e quinhentos mil cruzados), fica elevado para Cz$ 19.000.000,00 (dezenove milhões de cruzados), com a incorporação de Cz$ 17.500.000,00 (dezessete milhões e quinhentos mil cruzados), utilizando-se a correção de expressão monetária do capital realizado, no valor de Cz$ 9.744.212,04 (nove milhões, setecentos e quarenta e quatro mil e duzentos e doze cruzados e quatro centavos), e de Cz$ 7.755.787,96 (sete milhões, setecentos e cinquenta e cinco mil, setecentos e oitenta e sete cruzados e noventa e seis centavos) de lucros suspensos, e assim distribuidos entre os sócios:

	Nº QUOTAS	Valor em Cz$	%
PLANALTO DE AUTOMÓVEIS S.A.	16.119.600	16.119.600,00	84,84 %
LINDBERG AZIZ CURY	720.100	720.100,00	3,79 %
MARTA BITTAR CURY	720.100	720.100,00	3,79 %
LINO MARTINS PINTO	720.100	720.100,00	3,79 %
LUIZ ESTEVÃO DE OLIVEIRA NETO	720.100	720.100,00	3,79 %
TOTAIS	19.000.000	19.000.000,00	100,00 %

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

PRIMEIRA - A Sociedade continuará girando sob a denominação social de PLANALTO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO NACIONAL LTDA., com sede e fôro no SEP/Norte Quadra 512, Conjunto C, na cidade de Brasília-DF., podendo por deliberação da maioria de Capital, criar agências, filiais, depósitos, escritórios e entrepostos em quaisquer outras localidades do Território Nacional, e, o seu prazo de duração é indeterminado.

SEGUNDA - A Sociedade tem por objeto social a constituição e administração de grupos de consórcio de acordo com a legislação específica disciplinadora dessa atividade.

TERCEIRA - O Capital Social é de Cz$ 19.000.000,00 (dezenove milhões de cruzados), divididos em quotas no valor nominal de Cz$ 1,00 (hum cruzado) cada uma, totalmente integralizado em moeda corrente nacional nesta data e assim distribuido:

	Nº QUOTAS	Valor em Cz$	%
PLANALTO DE AUTOMÓVEIS S.A.	16.119.600	16.119.600,00	84,84 %
LINDBERG AZIZ CURY	720.100	720.100,00	3,79 %
MARTA BITTAR CURY	720.100	720.100,00	3,79 %
LINO MARTINS PINTO	720.100	720.100,00	3,79 %
LUIZ ESTEVÃO DE OLIVEIRA NETO	720.100	720.100,00	3,79 %
TOTAIS	19.000.000	19.000.000,00	100.00 %

QUARTA - As quotas de Capital pertencentes a cada um dos sócios não poderão ser cedidas ou transferidas, no todo ou em parte, a terceiros, sem o expresso consentimento, por escrito, dos demais sócios que terão preferência na aquisição das mesmas, em igualdade de condições.

QUINTA - A Sociedade será administrada pelos sócios LINDBERG AZIZ CURY, MARTA BITTAR CURY, LUIZ ESTEVÃO DE OLIVEIRA NETO e LINO MARTINS PINTO, os quais sob a denominação de Diretor Presidente, Diretor Comercial, Diretor Superintendente e Diretor Financeiro, respectivamente, usarão sempre EM CONJUNTO DE DOIS (02), respeitada a seguinte ordem: o Diretor Presidente com o Diretor Superintendente e/ou o Diretor Financeiro; o Diretor Superintendente com o Diretor Comercial; e, o Diretor Comercial com o Diretor Financeiro, a denominação social, cabendo-lhes representar a mesma em juízo ou fora dele, com amplos e ilimitados poderes para praticarem todos os atos necessários ao interesse da sociedade, inclusive os da cláusula "ad-judicia" e todos os previstos no Art. 38 e suas ressalvas, do Código de Processo Civil Brasileiro, e, mais todos os poderes gerais e especiais para alienar, dispor, transferir, onerar, vincular, e hipotecar bens imóveis e móveis da Sociedade, quaisquer que sejam quanto a natureza e valor, podendo também constituir procuradores "ad-judicia" e "ad-negotia".

SEXTA - O uso da denominação social fica deferido aos sócios nos termos da cláusula QUINTA, os quais praticarão em sua plenitude, todos os atos indispensáveis à consecução dos objetivos sociais, respondendo os mesmos, pelos atos excessivos perante terceiros, bem como perante a própria sociedade, por todos ultrapasses que violarem a lei normativa e a este instrumento, pois dela poderão se servir apenas para negócios de interesse da Sociedade, ficando proibido o uso da denominação social em negócios estranhos à Sociedade notadamente em favor de terceiros ou dos próprios sócios, tais como avais, fianças, abonos e endosso de favor, salvo consenso, por escrito de todos os sócios.

SÉTIMA - Os Diretores terão retiradas mensal fixadas de acordo com a legislação do imposto sobre a renda, vigente.

OITAVA - O falecimento, interdição, retirada, inabilitação ou falência de qualquer sócio, não dissolverá a Sociedade, os haveres do sócio falecido, interdito, retirante, inabilitado ou falido, serão pagos ao próprio ou seus herdeiros ou sucessores, em 24 (vinte e quatro) prestações mensais, iguais e sucessivas, representadas por notas promissórias, vencendo-se a primeira, 30 (trinta) dias após o levantamento do balanço especial, que será realizado na ocasião do evento, acrescidas de juros de 1% (hum por cento) ao mês. Na hipótese de morte, os herdeiros optarão pela participação na Sociedade ou pelo recebimento da parte que lhes couber, na forma avençada.

NONA - A 31 de dezembro de cada ano, será levantado o Balanço Geral e suas respectivas demonstrações financeiras, cabendo aos sócios deliberarem os fundos de reservas, provisões e depreciações, de acordo com a legislação em vigor.

DÉCIMA - Os casos omissos neste instrumento serão resolvidos de acordo com a lei comercial vigente, ficando eleito o FORO da cidade de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Brasília-DF., 30 de junho de 1988.

PLANALTO DE AUTOMÓVEIS S.A.

LINDBERG AZIZ CURY
Diretor Presidente

LUIZ ESTEVÃO DE OLIVEIRA NETO
Diretor Superintendente

LINDBERG AZIZ CURY

MARTA BITTAR CURY

LINO MARTINS PINTO

LUIZ ESTEVÃO DE OLIVEIRA NETO

(DAR-CZ$36.096,00)

TESTEMUNHAS:

JAIRO TORRES
CPF Nº 004.344.421-00

JOAQUIM MORAIS ROCHA
CPF Nº 003.082.341-20

Fundação TELEBRÁS de Seguridade Social — SISTEL

ESTATUTO APROVADO PELO MPAS - PORTARIA Nº 2.984, DE 21/04/88.

CAPITULO I - DA FUNDAÇÃO TELEBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL - ART. 1o - A FUNDAÇÃO TELEBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL - SISTEL, doravante designada FUNDAÇÃO, criada pela TELECOMUNICAÇOES BRASILEIRAS S/A, doravante designada PATROCINADORA-INSTITUIDORA, é pessoa jurídica de direito privado, de fins previdenciais, assistenciais e não lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, sede e foro em Brasília, Distrito Federal, que tem por objetivos primordiais: I - suplementar as prestações previdenciais asseguradas pela previdência oficial aos grupos familiares dos empregados vinculados sob o regime da CLT às patrocinadoras da FUNDAÇÃO; II - promover o bem-estar social dos seus participantes conforme definição no Regulamento Básico. Parágrafo 1o - O patrimônio da FUNDAÇÃO é autônomo, livre e desvinculado de qualquer outro órgão ou entidade. Parágrafo 2o - A FUNDAÇÃO não distribuirá lucros de qualquer espécie, nem os seus participantes responderão por obrigações por ela contraídas. Parágrafo 3o - Nenhuma prestação de caráter previdencial e assistencial poderá ser criada, majorada ou estendida na FUNDAÇÃO, sem que, em contrapartida, seja estabelecida a respectiva receita de cobertura. Parágrafo 4o - A FUNDAÇÃO poderá manter representantes nas empresas patrocinadoras. Parágrafo 5o - A FUNDAÇÃO é um entidade fechada de previdência privada. ART. 2o - A FUNDAÇÃO reger-se-á pelo presente Estatuto, bem como pelo Regulamento Básico, instruções, planos de ação e demais atos que forem aprovados pelos órgãos competentes de sua administração, respeitados os dispositivos legais, regulamentares e normativos emanados do poder público. ART. 3o - A natureza da FUNDAÇÃO não poderá ser alterada, nem suprimidos seus objetivos primordiais. ART. 4o - O prazo de duração da FUNDAÇÃO é indeterminado. Parágrafo Único - A FUNDAÇÃO não poderá solicitar concordata, nem está sujeita a falência, mas, tão somente ao regime de liquidação extrajudicial, previsto em lei.

CAPITULO II - DOS MEMBROS DA FUNDAÇÃO - ART. 5o - São membros da FUNDAÇÃO: I - patrocinadoras; II - participantes, que abrangem: a) contribuintes; b) beneficiários. Parágrafo 1o - Consideram-se patrocinadoras a própria FUNDAÇÃO, a PATROCINADORA-INSTITUIDORA referida no artigo 1o deste Estatuto, as empresas controladas ou coligadas, bem como as entidades do Sistema TELEBRAS que, nas condições estabelecidas pelo Conselho de Curadores, para cada caso, firmarem o Convênio de Adesão previsto no parágrafo 2o do artigo 34 da Lei 6.435, de 15 de julho de 1977. Parágrafo 2o - Consideram-se contribuintes as pessoas físicas inscritas na forma dos artigos 9o e 10 deste Estatuto e do Regulamento Básico. Parágrafo 3o - Consideram-se beneficiários quaisquer pessoas que vivam, comprovada e justificadamente, sob a dependência econômica do contribuinte, nos termos dos artigos 7o e 8o. ART. 6o - Compõem a classe dos contribuintes da FUNDAÇÃO: I - os contribuintes-assistidos; II - os contribuintes-ativos. Parágrafo 1o - Considera-se contribuinte-assistido o contribuinte que estiver em gozo de qualquer das suplementações referidas no item II do artigo 15. Parágrafo 2o - Considera-se contribuinte-ativo o contribuinte que não se enquadre na condição do parágrafo precedente. ART. 7o - Para os efeitos do disposto no parágrafo 3o do artigo 5o, considera-se justificada a dependência econômica: I - de cônjuge; II - de filhos e enteados solteiros de qualquer condição desde que de menoridade, ou inválidos não amparados por qualquer tipo de aposentadoria previsto em lei; III - Pai e mãe, cujos rendimentos brutos mensais somados sejam inferiores a 2(dois) salários mínimos de referência ou, quando separados, a 1(um) salário mínimo de referência. IV - das pessoas de menoridade ou idade avançada, bem como das incapacitadas ou inválidas, que, sem recursos, vivam às expensas do contribuinte ou com ele coabitem por lapso de tempo superior a 2(dois) anos consecutivos. Parágrafo 1o - Para os efeitos deste Estatuto, são consideradas pessoas sem recurso aquelas cujos rendimentos brutos mensais sejam inferiores ao salário mínimo de referência vigente no País. Parágrafo 2o - Para os efeitos deste Estatuto, são consideradas pessoas de menoridade: a) as de idade inferior a 21(vinte e um) anos; b) as de idade inferior a 24(vinte e quatro) anos que estejam cursando estabelecimento de ensino superior oficial ou reconhecido. Parágrafo 3o - São consideradas pessoas de idade avançada as de mais de 55(cinquenta e cinco) anos. ART. 8o - Considera-se ainda justificada a dependência econômica da companheira do contribuinte, ou do companheiro da contribuinte, desde que comprovada coabitação, em regime marital, por lapso de tempo superior a 5(cinco) anos consecutivos. Parágrafo 1o - Para os efeitos deste artigo, não será computado o tempo de coabitação simultânea no regime marital, mesmo em tetos distintos, entre contribuinte e mais de uma pessoa. Parágrafo 2o - A existência de filho, resultante da associação marital, dispensa o período de carência referido neste artigo para a coabitação.

CAPITULO III - DA INSCRIÇÃO DOS MEMBROS - ART. 9o - Considera-se inscrição, para os efeitos deste Estatuto: I - em relação à patrocinadora, a celebração do convênio de adesão referido no parágrafo 1o do artigo 5o; II - em relação ao contribuinte, o deferimento do respectivo pedido de inscrição; III - em relação ao beneficiário, sua qualificação nos termos deste Estatuto, declarada pelo contribuinte e comprovada por documentos hábeis. Parágrafo 1o - A prova de inscrição como dependente do contribuinte para fins de aposentadoria e pensão junto ao órgão oficial de previdência social, dispensa qualquer outra documentação para a inscrição como beneficiário perante à FUNDAÇÃO. Parágrafo 2o - A inscrição na FUNDAÇÃO, como contribuinte ou beneficiário, é condição essencial à obtenção de qualquer prestação ou vantagem por ela assegurada. Parágrafo 3o - A inscrição da PATROCINADORA-INSTITUIDORA e da FUNDAÇÃO como patrocinadoras desta última é presumida. ART. 10 - A inscrição do contribuinte é facultada aos empregados das patrocinadoras, desde que não aposentados pelo INPS, ressalvado o disposto no artigo 93, paguem a jóia mencionada no artigo 37, e não estejam em gozo de auxílio-doença concedido pela previdência oficial, ressalvado o disposto no artigo 91. Parágrafo 1o - São considerados fundadores os contribuintes inscritos na FUNDAÇÃO até o dia 31 de janeiro de 1978, os quais ficarão dispensados do pagamento da jóia referida no item IV do artigo 37. Parágrafo 2o - Os contribuintes não incluídos entre os fundadores deverão pagar a jóia mencionada no item IV do artigo 37, ressalvado o disposto no convênio de adesão referido no parágrafo 1o do artigo 5o. Parágrafo 3o - Ao contribuinte-assistido será vedada nova inscrição como contribuinte-ativo. ART. 11 - Dar-se-á o cancelamento da inscrição da patrocinadora: I - que o requerer; II - que se extinguir, inclusive através de fusão ou incorporação a empresa não patrocinadora; III - que descumprir qualquer das cláusulas do convênio referido no parágrafo 1o do artigo 5o. Parágrafo 1o - Nos casos previstos neste artigo, a patrocinadora ou suas sucessoras ficarão obrigadas a prestar garantia à FUNDAÇÃO dos seguintes recolhimentos: a) valores das reservas de poupança pagas a ex-empregados da patrocinadora que dela se tenham funcionalmente desligado nos últimos 5(cinco) anos anteriores à data do cancelamento da inscrição da patrocinadora, acrescidos aos referidos valores os correspondentes juros e taxas de manutenção atuarialmente previstos neste Estatuto para os investimentos patrimoniais da FUNDAÇÃO; b) fundos atuarialmente determinados no regime de capitalização individual, necessários à cobertura dos benefícios assegurados por este Estatuto aos empregados da patrocinadora, inscritos na FUNDAÇÃO em data anterior à do cancelamento da inscrição desta última, bem como aos ex-empregados da mesma patrocinadora que dela se tenham funcionalmente desligado no curso dos últimos 5(cinco) anos anteriores ao referido cancelamento e tenham mantido suas inscrições como contribuintes da FUNDAÇÃO. Parágrafo 2o - A patrocinadora que tiver sua inscrição cancelada ficará exonerada das obrigações previstas no parágrafo 1o, se elas forem integralmente assumidas por alguma sucessora inscrita como patrocinadora. ART. 12 - Será cancelada a inscrição do contribuinte que: I - vier a falecer; II -requerer o cancelamento de sua inscrição; III -atrasar por 3 (três) meses seguidos o pagamento de suas contribuições, desde que não consignadas em folha; IV -deixar de ser empregado de qualquer patrocinadora, ressalvados os casos de aposentadoria e os daqueles que, de acordo com o parágrafo 1o deste artigo e nas condições estabelecidas no Regulamento Básico, tiverem assegurado o direito de manter a inscrição mediante recolhimento de contribuição especial. V -Por ação ou omissão, erro ou dolo, deixar de suprir quaisquer das condições básicas, descritas neste Estatuto, necessárias à habilitação como participante da FUNDAÇÃO. Parágrafo 1o - A perda do vínculo funcional com a patrocinadora não importará o cancelamento de inscrição do contribuinte que se manifestar até 5 (cinco) dias úteis após o comunicado do desligamento ou da entrega do pedido de demissão, requerer a manutenção da mesma inscrição desde que já tenha, no mínimo, 5 (cinco) anos de vinculação. funcional a patrocinadora ou a outras empresas do Sistema TELEBRAS e 12 (doze) meses de contribuição ininterruptos à FUNDAÇÃO, e se responsabilize pela parte relativa à contribuição da patrocinadora, nos termos do Regulamento Básico. Parágrafo 2o - O cancelamento de que trata o item III deverá ser precedido de notificação ao contribuinte, que lhe estabelecerá o prazo de 30 (trinta) dias para liquidação do seu débito. ART. 13 - Para a inscrição do beneficiário é indispensável a do contribuinte a que esteja vinculado por dependência econômica, nos termos do parágrafo 3o do artigo 5o. Parágrafo 1o - Ressalvados os casos de morte, detenção ou reclusão do contribuinte, o cancelamento de sua inscrição importará o cancelamento da inscrição dos respectivos beneficiários. Parágrafo 2o - A libertação do detento ou recluso cuja inscrição tenha sido cancelada importará o cancelamento da inscrição dos seus beneficiários. Parágrafo 3o - Ocorrendo o falecimento, detenção ou reclusão do contribuinte, sem que tenha sido feita a inscrição de beneficiários que dele dependiam, a estes será lícito promovê-la, não lhes assistindo direito a pagamentos vencidos em datas anteriores à da inscrição. ART. 14 - Será cancelada a inscrição, como beneficiário: I - do cônjuge, após a anulação do casamento, ou após a separação legal, em que se torne expressa a perda ou a dispensa, mesmo tácita, da percepção de alimentos; II - do cônjuge, companheira ou companheiro que, por tempo superior a 2 (dois) anos, abandonar sem justo motivo a habitação comum; III - da companheira ou companheiro que, mesmo com justo motivo, tenha deixado a habitação comum, por tempo superior a 2 (dois) anos e, no fim desse prazo esteja válido e com idade inferior a 55 (cinquenta e cinco) anos. IV -- da companheira ou companheiro que, tendo deixado a habitação comum, venha a perceber, de outras fontes, rendimento bruto mensal não inferior à metade do maior salário-mínimo vigente no país; V - dos filhos e enteados que perderem a condição justificadora da dependência econômica a que alude o item II do artigo 7o; VI - das pessoas inscritas como beneficiários na forma do item III do artigo 7o, para as quais for comprovado haverem deixado de atender à condição justificadora da dependência econômica referida naquele dispositivo. Parágrafo Único - O casamento de qualsquer beneficiários do contribuinte importará o cancelamento de sua inscrição.

CAPITULO IV - DAS PRESTAÇOES - ART. 15 - As prestações de previdência e crédito, asseguradas pela FUNDAÇÃO, abrangem: I - quanto aos contribuintes-ativos: a) crédito mútuo; II - quanto aos contribuintes-assistidos: a) crédito mútuo;b) suplementação da aposentadoria por invalidez; c) suplementação da aposentadoria por velhice; d) suplementação da aposentadoria por tempo de serviço; e) suplementação da aposentadoria especial; f) suplementação do auxílio-doença; g) suplementação do abono anual; III - quanto aos beneficiários: a) suplementação da pensão; b) suplementação do auxílio-reclusão; c) pecúlio por morte; d) suplementação do abono anual. Parágrafo 1o - A FUNDAÇÃO poderá promover novas modalidades de prestações em caráter facultativo mediante contribuição dos seus membros. Parágrafo 2o - O Regulamento Básico estabelecerá a forma de concessão do crédito mútuo referido neste artigo e de novas modalidades de prestação, estas submetidas à aprovação do MPAS. Parágrafo 3o - A FUNDAÇÃO poderá promover novas modalidades de serviços e planos assistenciais, em caráter facultativo mediante contribuição dos participantes, conforme definição no Regulamento Básico. ART. 16 - O cálculo das suplementações referidas nos itens II e III do artigo 15 far-se-á com base no salário-real-de-benefício do contribuinte, observado o disposto na Lei 6.462, de 09 de novembro de 1977. Parágrafo 1o - Entende-se por salário-real-de-benefício o valor que teria o salário-de-benefício do interessado, se fosse calculado segundo os critérios de médias e reajustes estabelecidos pelo INPS, com a substituição prévia do salário-de-contribuição definido pelas normas regulamentares desse Instituto pelo salário-de-participação referido no parágrafo 2o deste artigo. Parágrafo 2o - Entende-se por salário-de-participação: I - no caso de contribuinte-ativo, o total das parcelas de sua remuneração, pagas pelas patrocinadoras, que seriam objeto de desconto para o INPS, caso não existisse qualquer limite superior de contribuição para esse Instituto; II - no caso de contribuinte-assistido, o provento da aposentadoria previdencial ou auxílio-doença, concedido pelo INPS, acrescido de todas as rendas que lhe forem asseguradas por força deste Estatuto. Parágrafo 3o - Ressalvados os

casos de pensão ou aposentadoria por invalidez concedidos em decorrência de acidente pessoal involuntário, não serão considerados no cálculo do salário-real-de-benefício quaisquer aumentos do salário-de-participação, verificados no curso dos últimos 60 (sessenta) meses anteriores ao da concessão do benefício, que não provenham de reajustes aplicados em caráter geral para corrigir a distorção inflacionária, ou de promoções e adicionais previstos no manual de pessoal das patrocinadoras. Parágrafo 4o - O salário-de-participação não poderá ultrapassar 3 (três) vezes o maior valor-teto do salário-de-benefício da previdência social básica, fixado pelo MPAS. Parágrafo 5o - Nos casos de perda parcial ou total da remuneração paga pelas patrocinadoras, o contribuinte-ativo poderá manter o salário-de-participação para efeito de desconto e determinação do salário-real-de-benefício, de conformidade com o disposto no parágrafo 1o deste artigo, desde que apresente à FUNDAÇÃO o correspondente requerimento no prazo de 5 (cinco) dias subsequentes ao da perda salarial. Parágrafo 6o - O salário-de-participação mantido, total ou parcialmente, na forma do parágrafo precedente, será atualizado nas épocas e proporções em que forem concedidos os reajustes gerais dos salários dos empregados da patrocinadora. Parágrafo 7o - O 13o salário é considerado salário-de-participação isolado, referente ao mês do seu pagamento, não integrando as parcelas remuneratórias normais. Parágrafo 8o - A suplementação não será reduzida nos casos em que a aposentadoria tenha resultado de conversão de auxílio-doença ou de aposentadoria por invalidez. Parágrafo 9o - Quando no período básico de cálculo de qualquer suplementação assegurada por este Estatuto, ocorrer percepção de benefício por incapacidade, "o salário-de-participação desse período será o salário nominal que o contribuinte teria caso estivesse ativo na patrocinadora, devendo ser adotado o cálculo hipotético do benefício concedido pelo INPS, naquele período, utilizando os mesmos procedimentos." Parágrafo 10 - Quando for concedida pelo INPS a aposentadoria do ex-combatente, será concedida ao contribuinte a suplementação da aposentadoria especial por insalubridade desde que observado o preenchimento das carências estatutárias, e será calculado o benefício hipotético do INPS como se fosse decorrente da concessão da aposentadoria especial pelo referido Instituto. Parágrafo 11 - Para efeito da renda mensal inicial das suplementações, prevista nos capítulos próprios deste Estatuto, o valor a ser considerado não poderá ser inferior a 10% (dez por cento) do salário-real-de-benefício. Parágrafo 12 - No caso em que o contribuinte não possuir todos os salários-de-participação necessários ao cálculo das suplementações e pecúlio previstos neste Estatuto, o período básico de cálculo será completado com os salários-de-participação que seriam correspondentes ao seu nível salarial por ocasião da admissão do contribuinte na patrocinadora, nos meses anteriores.

CAPITULO V - DOS BENEFICIOS DE APOSENTADORIA - SEÇÃO I - Da Suplementação da Aposentadoria por Invalidez - ART. 17 - A suplementação da aposentadoria por invalidez será concedida ao contribuinte que a requerer e será mantida durante o período em que lhe for garantida a aposentadoria por invalidez pelo INPS, ressalvado o disposto no parágrafo único deste artigo. Parágrafo Único - A suplementação da aposentadoria por invalidez será suspensa quando, a juízo da FUNDAÇÃO, for verificado que o contribuinte está capacitado para o exercício da profissão, ficando ele obrigado a submeter-se a exames médicos periciais indicados pela FUNDAÇÃO. ART. 18 - A suplementação da aposentadoria por invalidez consistirá numa renda mensal correspondente ao excesso do salário-real-de-benefício, referido no parágrafo 1o do artigo 16, sobre o valor da aposentadoria por invalidez concedida pelo INPS. Parágrafo Único - Quando a aposentadoria por invalidez for concedida após 30 (trinta) anos de vinculação ao regime do INPS, a respectiva suplementação será acrescida de um abono de aposentadoria equivalente ao abono de permanência em serviço de 20% (vinte por cento) que seria concedido nos termos da legislação previdencial brasileira se o interessado o requeresse após haver completado aquele tempo de vinculação previdencial. SEÇÃO II - Da Suplementação da Aposentadoria por Velhice - ART. 19 - A suplementação da aposentadoria por velhice será paga ao contribuinte que a requerer com pelo menos 10 (dez) anos de vinculação ininterrupta à FUNDAÇÃO, desde que lhe tenha sido concedida a aposentadoria por velhice pelo INPS. Parágrafo 1o - Quando se tratar de contribuinte fundador, a vinculação funcional mínima de que trata este artigo será reduzida para 5 (cinco) anos. Parágrafo 2o - O período de vinculação funcional mínimo previsto neste artigo não se aplica ao caso em que a aposentadoria por velhice tenha resultado de conversão da aposentadoria por invalidez. ART. 20 - A suplementação da aposentadoria por velhice consistirá numa renda mensal vitalícia correspondente ao excesso do salário-real-de-benefício, referido no parágrafo 1o do artigo 16, sobre o valor da aposentadoria por velhice concedida pelo INPS. Parágrafo Único - Quando a aposentadoria por velhice for concedida após 30 (trinta) anos de vinculação ao regime do INPS, a respectiva suplementação será acrescida de um abono de aposentadoria equivalente ao abono de permanência em serviço de 20% (vinte por cento) que seria concedido nos termos da legislação previdencial brasileira se o interessado o requeresse após haver completado aquele tempo de vinculação previdencial. - SEÇÃO III - Da Suplementação da Aposentadoria por Tempo de Serviço - ART. 21 - A suplementação de aposentadoria por tempo de serviço será concedida ao contribuinte que a requerer com pelo menos 57 (cinquenta e sete) anos de idade, 10 (dez) anos de vinculação ininterrupta à FUNDAÇÃO, e 35 (trinta e cinco) anos de vinculação ao regime do INPS, desde que lhe tenha sido concedido a aposentadoria por tempo de serviço pelo mesmo Instituto. Parágrafo 1o - Quando se tratar de contribuinte fundador, a vinculação funcional mínima de que trata este artigo será reduzida para 5 (cinco) anos. Parágrafo 2o - A suplementação da aposentadoria por tempo de serviço será paga a partir do primeiro mês em que ocorrerem as condições referidas neste artigo. ART. 22 - A suplementação da aposentadoria por tempo de serviço consistirá numa renda mensal vitalícia constituída das seguintes parcelas: I - excesso do salário-real-de-benefício, referido no parágrafo 1o do artigo 16, sobre o valor da aposentadoria por tempo de serviço concedida pelo INPS. II - abono de aposentadoria equivalente ao abono de permanência em serviço de 20% (vinte por cento) que seria concedido nos termos da legislação previdencial brasileira se o interessado o requeresse logo após haver completado 34(trinta e quatro) anos de vinculação previdencial. ART. 23 - Mantidas as demais condições previstas nos artigos 21 e 22 e mediante recolhimento aos cofres da FUNDAÇÃO de fundos atuarialmente calculados, a suplementação de aposentadoria por tempo de serviço poderá ser concedida ao contribuinte que a requerer com: I - menos de 57 (cinquenta e sete) anos de idade, ou, II - 30 (trinta) anos ou mais de vinculação ao regime do INPS. Parágrafo Único - O contribuinte de que trata este artigo poderá optar por uma suplementação de aposentadoria reduzida, mediante a posição de fatores atuarialmente calculados, fixados em função das condições biométricas do contribuinte-requerente, em lugar do recolhimento do fundo de cobertura, de forma a não onerar o plano de custeio da FUNDAÇÃO. SEÇÃO IV - Da Suplementação da Aposentadoria Especial - ART. 24 - A suplementação da aposentadoria especial será concedida ao contribuinte que a requerer com pelo menos 53 (cinquenta e três) anos de idade, 10 (dez) anos de vinculação ininterrupta à FUNDAÇÃO, e 25 (vinte e cinco) anos de vinculação ao regime do INPS, desde que lhe tenha sido concedida a aposentadoria especial pelo mesmo Instituto. Parágrafo Único - A suplementação da aposentadoria especial será paga a partir do primeiro mês em que ocorrerem as condições referidas neste artigo. ART. 25 - A suplementação da aposentadoria especial consistirá numa renda mensal vitalícia correspondente ao excesso do salário-real-de-benefício sobre o valor da aposentadoria especial concedida pelo INPS, acrescido do abono referido no item II do artigo 22. ART. 26 - Mantidas as demais condições previstas nos artigos 24 e 25 e mediante recolhimento aos cofres da FUNDAÇÃO de fundos atuarialmente calculados, a suplementação de aposentadoria especial poderá ser concedida ao contribuinte que a requerer com menos de 53 (cinquenta e três) anos de idade. Parágrafo Único - O contribuinte de que trata este artigo poderá optar por uma suplementação de aposentadoria reduzida, mediante aposição de fatores atuarialmente calculados, fixados em função das condições biométricas do contribuinte-requerente em lugar do recolhimento do fundo de cobertura de forma a não onerar o plano de custeio da FUNDAÇÃO.

CAPITULO VI - DO PECULIO POR MORTE - ART. 27 - O pecúlio por morte consistirá no pagamento de uma importância em dinheiro igual ao décuplo do salário-real-de-benefício do contribuinte relativo ao mês precedente de sua morte. ART. 28 - Observado o disposto no parágrafo único deste artigo, o participante, por ocasião de sua aposentadoria supletiva, decorrente de invalidez, poderá requerer, a título de "pecúlio de aposentadoria", o pagamento antecipado de um percentual não superior a 50% (cinquenta por cento) do benefício previsto no artigo 27. Parágrafo Único - A importância calculada na forma deste artigo será reduzida, conforme cálculos atuariais, de modo a neutralizar o aumento de encargos da FUNDAÇÃO decorrente da antecipação do pagamento do pecúlio por morte. ART. 29 - Da importância calculada na forma do artigo 27, serão descontados os débitos do contribuinte para a FUNDAÇÃO, pagando-se o saldo em partes iguais aos beneficiários inscritos na época da morte. Parágrafo 1o - No caso de inexistirem beneficiários, o contribuinte poderá designar, exclusivamente para o fim de recebimento do pecúlio por morte, quaisquer pessoas, independentemente de vínculo de dependência econômica. Parágrafo 2o - A inscrição de quaisquer pessoas designadas para o recebimento do pecúlio por morte, na forma do parágrafo anterior, será cancelada, em qualquer época, automaticamente, no caso da existência de beneficiário nas condições previstas do CAPITULO III do Estatuto e Regulamento Básico, comprovada em até 60 (sessenta) dias após o falecimento do contribuinte.

CAPITULO VII - DA SUPLEMENTAÇÃO DO AUXILIO-DOENÇA - ART. 30 - A suplementação do auxílio-doença será paga ao contribuinte que a requerer, durante o período em que lhe for garantido o auxílio-doença pelo INPS, ressalvado o parágrafo único deste artigo. Parágrafo Único - A suplementação do auxílio-doença será suspensa, quando, a juízo da FUNDAÇÃO, for verificado que o contribuinte está capacitado para o exercício da profissão, ficando ele obrigado a submeter-se a exames médicos periciais indicados pela FUNDAÇÃO. ART. 31 - A suplementação do auxílio-doença consistirá numa renda correspondente ao excesso do salário-real-de-benefício sobre o valor do auxílio-doença concedido pelo INPS.

CAPITULO VIII - DA SUPLEMENTAÇÃO DA PENSÃO - ART. 32 - A suplementação da pensão será concedida, sob forma de renda mensal, ao conjunto de beneficiários do contribuinte que vier a falecer. Parágrafo Único - A suplementação da pensão será devida a partir do dia seguinte ao da morte do contribuinte. ART. 33 - A suplementação da pensão será constituída de uma cota familiar e de tantas cotas individuais quantos forem os beneficiários, até o máximo de 5 (cinco). Parágrafo 1o - A cota familiar será igual a 50% (cinquenta por cento) do valor da suplementação da aposentadoria que o contribuinte percebia, por força deste Estatuto, ou daquela a que teria direito se entrasse em aposentadoria por invalidez na data do falecimento. Parágrafo 2o - A cota individual será igual à quinta parte da cota familiar. ART. 34 - A suplementação da pensão será rateada em parcelas iguais entre os beneficiários inscritos, não se adiando a concessão do benefício por falta de inscrição de outros possíveis beneficiários. ART. 35 - A parcela de suplementação de pensão será extinta pelo casamento ou morte do beneficiário ou pela ocorrência de qualquer evento que motivaria o cancelamento da inscrição do beneficiário como dependente do contribuinte se este estivesse vivo, nos termos dos itens V e VI do artigo 14. ART. 36 - Toda vez que se extinguir uma parcela de suplementação, processar-se-á novo cálculo e novo rateio do benefício na forma dos artigos 33 e 34, considerados, porém apenas os benefícios remanescentes e sem prejuízo dos reajustes concedidos nos termos do artigo 85. Parágrafo Único - Com a extinção da parcela do último beneficiário, extinguir-se-á também a suplementação da pensão.

CAPITULO IX - DA SUPLEMENTAÇÃO DO AUXILIO-RECLUSÃO - ART. 37 - A suplementação do auxílio-reclusão será concedida ao conjunto de beneficiários do contribuinte detento ou recluso. Parágrafo 1o - A suplementação do auxílio-reclusão terá início a contar da data do efetivo recolhimento do contribuinte à prisão e mantida enquanto durar sua reclusão ou detenção. Parágrafo 2o - Falecendo o contribuinte detento ou recluso, será automaticamente convertida em suplementação de pensão a suplementação de auxílio-reclusão que estiver sendo paga aos seus beneficiários. Parágrafo 3o - A suplementação do auxílio-reclusão consistirá numa renda mensal, calculada nos termos dos artigos 33 e 34, aplicando-se a ela, no que couber, o disposto no CAPITULO VIII deste Estatuto.

CAPITULO X - DA SUPLEMENTAÇÃO DO ABONO ANUAL - ART. 38 - A suplementação do abono anual será paga aos contribuintes-assistidos ou beneficiários no mês de dezembro de cada ano, e seu valor corresponderá a 1/12 (um doze avos) do valor total percebido pelo

participante no curso do mesmo ano , a título de suplementação de aposentadoria, auxílio-doença, pensão ou auxílio-reclusão.

CAPITULO XI - DO PLANO DE CUSTEIO - ART. 39 - O plano de custeio da FUNDAÇÃO será aprovado anualmente pelo Conselho de Curadores, dele devendo obrigatoriamente constar o regime financeiro e os respectivos cálculos atuariais. Parágrafo Único - Independentemente do disposto neste artigo, o plano de custeio será revisto sempre que ocorrerem eventos determinantes de alterações nos encargos da FUNDAÇÃO. ART. 40 - O custeio do plano de suplementação será atendido pelas seguintes fontes de receitas: I - contribuição mensal dos contribuintes-ativos; II - contribuição mensal dos contribuintes-assistidos, que estiverem percebendo o abono de aposentadoria; III - contribuição mensal das patrocinadoras; IV -jóias dos contribuintes-ativos, determinadas atuarialmente em face da idade, remuneração, tempo de serviço prestado à patrocinadora, tempo de vinculação à previdência social e tempo de afastamento voluntário da FUNDAÇÃO; V - dotações iniciais das patrocinadoras, a serem fixadas atuarialmente; VI -receitas de aplicações do patrimônio; VII -doações, subvenções, legados e rendas extraordinárias, não previstas nos itens precedentes. Parágrafo 1o - O Regulamento básico estabelecerá critérios de cálculos das contribuições referidas nos itens de I a IV em função dos salários-de-participação dos contribuintes-ativos e dos benefícios assegurados aos contribuintes-assistidos pela FUNDAÇÃO e pela previdência oficial. Parágrafo 2o - A jóia nunca será inferior ao resultado da multiplicação do valor da contribuição mensal, prevista no item I para o mês da entrada do requerimento de inscrição, pelo dobro do número de meses transcorridos na vigência deste Estatuto, durante os quais o interessado, apesar de empregado de patrocinadora, se tenha conservado voluntariamente desligado do regime da FUNDAÇÃO. Parágrafo 3o - Em qualquer caso, a jóia poderá ser paga em forma de contribuição mensal adicional determinada atuarialmente e aprovada em ato regulamentar. Parágrafo 4o - As despesas administrativas de atendimento das prestações referidas no artigo 15, com excessão do crédito mútuo, não poderão ultrapassar o produto da taxa de 15% (quinze por cento) sobre os recursos previstos nos itens de I a IV deste artigo. ART. 41 - Os custos administrativos dos investimentos patrimoniais, bem como os das prestações de crédito mútuo ou de quaisquer outras que venham a ser criadas na FUNDAÇÃO, poderão ser cobertos por receitas específicas contabilizadas em rubricas próprias, mediante autorização do Conselho de Curadores.

CAPITULO XII - DA APLICAÇÃO DO PATRIMONIO - ART. 42 - A FUNDAÇÃO aplicará seu patrimônio, conforme diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, em planos que tenham em vista: I - rentabilidade compatível com os imperativos atuariais do plano de custeio; II -segurança dos investimentos; III - manutenção do poder aquisitivo dos capitais aplicados. Parágrafo 1o - O plano de aplicação do patrimônio, estruturado dentro das técnicas atuariais, integrará o plano de custeio. Parágrafo 2o - Os bens imóveis da FUNDAÇÃO só poderão ser alienados ou gravados por proposta do seu Diretor-Superintendente, aprovada pelo Conselho de Curadores e de acordo com o plano de aplicação do patrimônio. ART. 43 - Toda transação a prazo entre a FUNDAÇÃO e quaisquer pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado, participantes ou não, pela qual se torne a FUNDAÇÃO credora de pagamentos exigíveis em datas posteriores à da celebração do respectivo contrato, só poderá ser realizada com a garantia do recolhimento aos cofres da FUNDAÇÃO da taxa de manutenção para a cobertura dos serviços adicionais oriundos da transação e ainda para compensar a desvalorização da moeda. ART. 44 - Serão nulos de pleno direito os atos que violarem os preceitos deste CAPITULO, sujeitos os seus autores às sanções estabelecidas em lei.

CAPITULO XIII - DO REGIME FINANCEIRO - ART. 45 - O exercício financeiro da FUNDAÇÃO coincidirá com o ano civil. ART. 46 - A Diretoria Executiva da FUNDAÇÃO apresentará ao Conselho de Curadores, no prazo a ser fixado pelo Regulamento Básico, o orçamento para o ano seguinte, justificado com a indicação dos correspondentes planos de trabalho. ART. 47 - Dentro de 30 (trinta) dias após a apresentação, o Conselho de Curadores discutirá e aprovará o orçamento. ART. 48 - Para realização de planos cuja execução possa exceder um exercício, as despesas previstas serão aprovadas globalmente, consignando-se nos orçamentos seguintes as respectivas previsões. ART. 49 - Durante o exercício financeiro, por proposta da Diretoria Executiva da FUNDAÇÃO, poderão ser autorizados pelo Conselho de Curadores créditos adicionais, desde que os interesses da entidade o exijam e existam recursos disponíveis. ART. 50 - A FUNDAÇÃO deverá levantar balancetes ao final de cada mês. ART. 51 - O Conselho de Curadores deverá deliberar até 31 de março de cada ano, sobre o balanço geral, o relatório anual e as contas da Diretoria Executiva, instruídos com os pareceres contábil e atuarial, elaborados por profissionais legalmente habilitados, referentes ao exercício anterior, documentos estes que lhe serão submetidos até o dia 28 de fevereiro. ART. 52 - A FUNDAÇÃO divulgará entre os contribuintes até 31 de maio, o balanço geral, a demonstração de resultados do exercício, bem como os pareceres contábil e atuarial. ART. 53 - O balanço geral e os balancetes mensais consignarão: I - a reserva matemática de benefícios concedidos; II -a reserva matemática de benefícios a conceder; III - a reserva de contingência ou o déficit técnico; IV -fundos especiais e provisões previstos no artigo 40 da Lei 6.435/77. Parágrafo 1o - Reserva matemática de benefícios concedidos é a diferença entre o valor atual dos encargos assumidos pela FUNDAÇÃO em relação aos participantes em gozo de rendas iniciadas de aposentadorias ou pensões complementares e o valor atual das contribuições que por eles, ou pelas patrocinadoras, venham a ser recolhidas aos cofres da FUNDAÇÃO para a sustentação dos referidos encargos de acordo com o plano de custeio vigente. Parágrafo 2o - Reserva matemática de benefícios a conceder é a diferença entre o valor atual dos encargos a serem assumidos pela FUNDAÇÃO em relação aos contribuintes e respectivos beneficiários, que ainda não estejam em gozo de rendas iniciadas de aposentadorias ou pensões complementares, e o valor atual das contribuições que por eles, ou pelas patrocinadoras, venham a ser recolhidas aos cofres da FUNDAÇÃO para a sustentação dos referidos encargos, de acordo com o plano de custeio vigente. Parágrafo 3o - Reserva de contingência é a diferença entre o total dos bens do ATIVO e o total das obrigações do PASSIVO, no caso de ser positiva essa diferença. Parágrafo 4o - Déficit técnico é a diferença entre o total das obrigações do PASSIVO e o total dos bens do ATIVO, no caso de ser positiva essa diferença. Parágrafo 5o - No caso de ser a diferença referida no parágrafo 3o superior aos 25% (vinte e cinco por cento) da soma dos valores das reservas referidas nos parágrafos 1o e 2o, a reserva de contingência será consignada com o valor equivalente ao daquele limite percentual, e o excesso, sob o título de Reserva de Reajuste de Benefícios, observado o disposto no parágrafo único do artigo 34 do Decreto no 81.240, de 20 de janeiro de 1978.

CAPITULO XIV - DOS ORGÃOS ESTATUTARIOS - ART. 54 - São responsáveis pela administração e fiscalização da FUNDAÇÃO: I - o Conselho de Curadores; II -a Diretoria Executiva; III -o Conselho Fiscal. Parágrafo 1o - A inscrição como contribuinte da FUNDAÇÃO é condição essencial para o exercício de mandato de membro dos órgãos referidos nos itens I, II e III deste artigo, observados, ainda, o prazo de 6 (seis) anos de vinculação à FUNDAÇÃO. Parágrafo 2o - Caberá à PATROCINADORA-INSTITUIDORA, a nomeação ou a destituição dos membros dos órgãos referidos neste artigo, a qualquer tempo. Parágrafo 3o - Os membros dos órgãos referidos nos itens I e II deste artigo não serão responsáveis pelas obrigações que contraírem em nome da FUNDAÇÃO, em virtude de ato regular de gestão, respondendo, porém, civil e penalmente, por violação da lei ou deste Estatuto. Parágrafo 4o - Os Diretores e Conselheiros da FUNDAÇÃO não poderão com ela efetuar operações financeiras de qualquer natureza, direta ou indiretamente, excetuadas as que se enquadrem entre as prestações referidas no CAPITULO IV. Parágrafo 5o - São vedadas relações comerciais entre a FUNDAÇÃO e os Diretores e Conselheiros da FUNDAÇÃO, como pessoa física ou com empresas privadas em que funcione qualquer Diretor ou Conselheiro da FUNDAÇÃO como Diretor, gerente, cotista, acionista majoritário, empregado ou procurador, não se aplicando estas disposições às relações comerciais entre a FUNDAÇÃO e suas patrocinadoras. Parágrafo 6o - O exercício das funções de membros dos órgãos referidos neste artigo, observado o disposto no artigo 50 da Lei 6.435/77, não será remunerado pela FUNDAÇÃO a qualquer título, mas para todos os efeitos, considerado como serviço efetivo e relevante para as patrocinadoras. ART. 55 - O Conselho de Curadores é o órgão de deliberação e orientação superior da FUNDAÇÃO, cabendo-lhe precipuamente fixar os objetivos e políticas previdenciais, e sua ação se exercerá pelo estabelecimento de diretrizes fundamentais e normas gerais de organização, operação e administração. ART. 56 - O Conselho de Curadores compor-se-á de 09 (nove) membros efetivos, escolhidos da seguinte forma: I - 01 (um) membro, que será o seu Presidente, escolhido pela PATROCINADORA-INSTITUIDORA; II -04 (quatro) membros escolhidos pela PATROCINADORA-INSTITUIDORA; III -03 (três) membros indicados pelas demais patrocinadoras, observado o critério de rodízio entre as empresas. IV - 1(um) membro escolhido pela PATROCINADORA-INSTITUIDORA entre os contribuintes assistidos aposentados. Parágrafo 1o - Os membros efetivos do Conselho de Curadores terão mandato de 03 (três) anos, respeitado o disposto no parágrafo 2o do artigo 54, e cada um terá um suplente com igual mandato, que o substituirá em seus impedimentos eventuais. Parágrafo 2o - Perderá o mandato o membro do Conselho de Curadores que deixar de comparecer a 02 (duas) reuniões ordinárias consecutivas, sem motivo justificado, a critério do Conselho. Parágrafo 3o - Embora findo o mandato, o membro do Conselho de Curadores permanecerá em pleno exercício do cargo até a posse do substituto. ART. 57 - O Conselho de Curadores se reunirá ordinariamente na última quinzena dos trimestres do ano civil e, extraordinariamente, quando convocado por seu Presidente, ou pela maioria dos seus membros. Parágrafo 1o - As deliberações serão tomadas por maioria de votos, fixado em 5 (cinco) o quorum mínimo para a realização das reuniões. Parágrafo 2o -A convocação do suplente será feita pelo Presidente, no caso de impedimento ocasional ou temporário do membro efetivo, e pelo restante do prazo do mandato, no caso de vacância. Parágrafo 3o -O Presidente do Conselho de Curadores terá também voto de desempate. ART. 58 - A Diretoria Executiva é o órgão de administração geral da FUNDAÇÃO, cabendo-lhe precipuamente fazer executar as diretrizes fundamentais e cumprir as normas gerais baixadas pelo Conselho de Curadores, dentro dos objetivos por ele estabelecidos. ART. 59 - A Diretoria Executiva compor-se-á de 4 (quatro) membros: I - Diretor Superintendente; II - Diretor de Seguridade; III - Diretor Financeiro; IV - Diretor de Contabilidade e o Controle. Parágrafo 1 - Os membros da Diretoria Executiva terão mandato de 3 (três) anos, permitida a recondução. Parágrafo 2o - Os Diretores da FUNDAÇÃO deverão apresentar declaração de bens ao assumir e ao deixar o cargo. Parágrafo 3o - Os mandatos dos membros da Diretoria Executiva serão prorrogados, automaticamente, até a posse dos seus sucessores, a qual deverá ocorrer no prazo de 120 (cento e vinte) dias subsequentes ao dos términos dos mandatos extintos. Parágrafo 4o - O Diretor Superintendente representará a FUNDAÇÃO, ativa, passiva, judicial e extrajudicialmente, podendo nomear procuradores com poderes "ad judicia" e "ad negotia", prepostos ou delegados, mediante aprovação da Diretoria Executiva, especificados nos respectivos instrumentos os atos e as operações que poderão praticar. ART. 60 - A Diretoria Executiva não será lícito gravar de quaisquer ônus, hipotecar ou alienar bens patrimoniais imobilizados da FUNDAÇÃO, sem expressa autorização do Conselho de Curadores. Parágrafo Único - Em casos de urgência ou especiais, a Diretoria Executiva, devidamente autorizada pelo Presidente do Conselho de Curadores e "ad referendum" do mesmo, poderá realizar os atos previstos neste artigo. ART. 61 - A aprovação sem restrições do balanço e das contas da Diretoria Executiva, com parecer favorável do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes, exonerará os Diretores de responsabilidade, salvo os casos de erro, dolo, fraude ou simulação apurados pelo órgão fiscalizador referido no artigo 51 da Lei 6.435, de 15 de julho de 1977. ART. 62 - A Diretoria Executiva reunir-se-á mediante convocação do Diretor Superintendente, e suas deliberações serão tomadas por maioria de votos. Parágrafo Único - O Diretor Superintendente, além do voto pessoal, terá o de desempate. ART. 63 - O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização da FUNDAÇÃO, cabendo-lhe precipuamente zelar pela sua gestão econômico-financeira, reunindo-se, pelo menos, 4 (quatro) vezes ao ano. ART. 64 - O Conselho Fiscal compor-se-á de 3 (três) membros efetivos, devendo, pelo menos um, ser escolhido entre os contribuintes da FUNDAÇÃO. Parágrafo 1o - Os membros efetivos do Conselho Fiscal terão o mandato de 01 (um) ano, permitida a recondução. Parágrafo 2o - Cada membro efetivo terá um suplente com igual mandato, que o substituirá nos casos de vacância, renúncia, impedimento ou ausência. Parágrafo 3o - Perderá o mandato o membro efetivo do Conselho Fiscal que deixar de comparecer a 2 (duas) reuniões ordinárias consecutivas, sem motivo justificado, a critério do mesmo Conselho. Parágrafo 4o - Os mandatos dos membros do Conselho Fiscal serão prorrogados automaticamente até a posse dos seus

sucessores, a qual deverá ocorrer no prazo de 120 (cento e vinte) dias subsequentes aos términos dos mandatos extintos. ART. 65 - Os Diretores, os membros do Conselho de Curadores e os do Conselho Fiscal responderão solidariamente com a FUNDAÇÃO pelos prejuízos causados a terceiros em consequência do descumprimento de leis, normas e instruções referentes às operações previstas na Lei 6.435, de 15 de julho de 1977 e, em especial, pela falta de constituição das reservas obrigatórias.

CAPITULO XV - DA COMPETENCIA DOS ORGÃOS ESTATUTARIOS - SEÇÃO I - Da Competência do Conselho de Curadores - ART. 66 - Compete ao Conselho de Curadores deliberar sobre as seguintes matérias: I - reforma deste Estatuto; II -orçamento e suas eventuais alterações; III -planos de custeio e de aplicação do patrimônio; IV -novas prestações e programas previdenciais; V -relatório anual e prestação de contas do exercício, após a devida apreciação do Conselho Fiscal; VI -admissão de novas patrocinadoras; VII -alienação de bens imóveis, constituição de ônus ou direitos reais sobre eles e operações financeiras não previstas neste Estatuto; VIII -aceitação de doações com ou sem encargos; IX -normas básicas sobre administração de pessoal; X -planos e programas, anuais e plurianuais, normas e critérios gerais e outros atos julgados necessários à administração da FUNDAÇÃO; XI -extinção da FUNDAÇÃO e destinação do seu patrimônio, observado o disposto no parágrafo único do artigo 4o. ART. 67 Compete, ainda, ao Conselho de Curadores: I julgar em instância superior os recursos interpostos dos atos da Diretoria Executiva ou dos Diretores, sobre matéria administrativa; II reformar o Regulamento Básico, por proposta da Diretoria Executiva ou de pelo menos 2/3 (dois terços) de seus membros; III deliberar sobre os casos omissos neste Estatuto e no Regulamento Básico. ART. 68 A iniciativa das proposições ao Conselho de Curadores será do Diretor Superintendente, da Diretoria Executiva ou dos membros do Conselho de Curadores. Parágrafo Único As proposições de iniciativa dos membros do Conselho de Curadores, antes de constituirem objeto de deliberação, serão instruídas pela Diretoria Executiva. ART. 69 O Conselho de Curadores poderá determinar a realização de inspeções, auditorias ou tomadas de contas, sendo-lhe facultado confiá-las a peritos estranhos à FUNDAÇÃO. SEÇÃO II - Da Competência da Diretoria - ART. 70 Compete à Diretoria Executiva apresentar ao Conselho de Curadores: I o orçamento anual e suas eventuais alterações; II o balanço geral e o relatório anual das atividades; III os planos de custeio e de aplicação do patrimônio; IV propostas sobre a aceitação de doações, a alienação de imóveis e a constituição de ônus ou direitos reais sobre eles; V propostas de criação de novas prestações e programas previdenciais; VI propostas sobre a admissão de novas patrocinadoras; VII propostas sobre abertura de créditos adicionais, desde que haja recursos disponíveis; VIII - propostas sobre reforma deste Estatuto e do Regulamento Básico. ART. 71 Compete, ainda, à Diretoria Executiva: I aprovar os quadros e a lotação do pessoal da FUNDAÇÃO, bem como o respectivo plano salarial; II aprovar o manual dos direitos e deveres do pessoal; III aprovar a designação dos chefes dos órgãos técnicos e administrativos da FUNDAÇÃO, assim como de seus agentes e representantes; IV aprovar a criação, transformação ou extinção de órgãos locais; V aprovar a celebração de contratos, acordos e convênios que não importem na constituição de ônus reais sobre bens da FUNDAÇÃO; VI autorizar a aplicação de disponibilidades eventuais, respeitadas as condições regulamentares pertinentes; VII autorizar alterações orçamentárias de acordo com as diretrizes fixadas pelo Conselho de Curadores; VIII - orientar e acompanhar a execução das atividades técnicas e administrativas, baixando os atos necessários; IX aprovar a aquisição de bens imóveis, desde que prevista no plano de aplicação do patrimônio; X - aprovar o plano de contas da FUNDAÇÃO e suas alterações. ART. 72 - O Regulamento Básico da FUNDAÇÃO fixará as atribuições dos seus Diretores. SEÇÃO III - Da Competência do Conselho Fiscal - ART. 73 - Compete ao Conselho Fiscal: I - examinar e aprovar os balancetes da FUNDAÇÃO; II -emitir parecer sobre o balanço anual da FUNDAÇÃO, bem como sobre as contas e os demais aspectos econômico-financeiros dos atos da Diretoria Executiva; III -examinar, a qualquer época, os livros e documentos da FUNDAÇÃO; IV -lavrar em livro de atas e pareceres o resultado dos exames procedidos; V - apresentar, ao Conselho de Curadores, pareceres sobre os negócios e as operações sociais do exercício, tomados por base o balanço, o inventário e as contas da Diretoria Executiva; VI -acusar as irregularidades verificadas, sugerindo medidas saneadoras. Parágrafo Único - O Conselho Fiscal poderá requerer ao Conselho de Curadores, mediante justificativa escrita, o assessoramento de perito contador ou de firma especializada de sua confiança, sem prejuízo das auditorias externas, de caráter obrigatório.

CAPITULO XVI - DO PESSOAL - ART. 74 - Os empregados da FUNDAÇÃO estarão sujeitos à legislação trabalhista, com tabelas de remuneração aprovadas pela Diretoria Executiva. ART. 75 - Os direitos, deveres e regime de trabalho dos empregados da FUNDAÇÃO serão objeto de regulamento próprio. ART. 76 - A admissão de empregados na FUNDAÇÃO far-se-á através de processo seletivo, inspirado em sistema de mérito, a ser estabelecido em ato regulamentar. Parágrafo Único - Poderá a FUNDAÇÃO contratar serviços especializados com pessoas físicas ou jurídicas.

CAPITULO XVII - DAS ALTERAÇÕES DO ESTATUTO - ART. 77 - Este Estatuto só poderá ser alterado por deliberação da maioria absoluta dos membros do Conselho de Curadores e da Diretoria Executiva, em reunião conjunta, sujeita à homologação da PATROCINADORA-INSTITUIDORA e à autorização do Ministro da Previdência e Assistência Social. ART. 78 - As alterações do Estatuto da FUNDAÇÃO não poderão: I - contrariar os objetivos referidos no artigo 1o; II -reduzir benefícios já iniciados; III -prejudicar direitos de qualquer natureza, adquiridos pelos contribuintes-assistidos e beneficiários; IV - modificar as condições previstas nos artigos 16 a 38, e seus parágrafos, deste Estatuto para os contribuintes-ativos na data da referida alteração, a não ser para aumentar os benefícios de suplementação e pecúlio por morte ou para reduzir os prazos de carência ou o mínimo etário. Parágrafo Único - O disposto no item anterior não se aplica aos contribuintes inscritos na FUNDAÇÃO após a data da alteração referida.

CAPITULO XVIII - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS - ART. 79 - Caberá interposição de recursos dentro de 30 (trinta) dias, contados da ciência oficial, com efeito suspensivo sempre que houver risco imediato de consequências graves para a FUNDAÇÃO ou para o recorrente: I - para o Diretor Superintendente da FUNDAÇÃO, dos atos dos prepostos ou empregados; II -para o Conselho de Curadores, dos atos da Diretoria Executiva ou dos Diretores da FUNDAÇÃO.

CAPITULO XIX - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS - ART. 80 - O direito às suplementações não prescreverá, mas prescreverão as mensalidades respectivas não reclamadas no prazo de 5 (cinco) anos, contados da data em que forem devidas. Parágrafo Único - Não correm prescrições contra menores, incapazes e ausentes na forma da lei. ART. 81 - Sem prejuízo da apresentação de documentos hábeis, comprobatórios das condições exigidas para a continuidade das prestações, a FUNDAÇÃO manterá serviços de inspeção, destinados a investigar a preservação de tais condições. ART. 82 - Ressalvados os casos de morte, detenção ou reclusão, o contribuinte-ativo que tiver sua inscrição cancelada após a rescisão do vínculo empregatício com a patrocinadora fará jus a reserva de poupança, que lhe será paga na forma disciplinada pelo Regulamento Básico. Parágrafo 1o - O direito à restituição da reserva de poupança prescreverá em 5 (cinco) anos, após o cancelamento da inscrição. Parágrafo 2o - Quando o cancelamento se der sem a cessação do vínculo empregatício com a patrocinadora, o contribuinte perderá, de imediato, o direito à restituição da reserva de poupança. Parágrafo 3o - Não serão computados no cálculo da reserva de poupança as contribuições pagas pelo contribuinte-ativo em substituição às da patrocinadora, nos casos de manutenção salarial. ART. 83 - Os contribuintes que não requererem as suplementações no prazo dos 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias subsequentes ao término do mês em que tiverem direito à aposentadoria pelo INPS e as suplementações se tornarem possíveis nos termos do CAPITULO V, farão juz à suplementação devida calculada na forma dos parágrafos 1o e 2o. Parágrafo 1o - Após os mencionados 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias as suplementações devidas e previstas no artigo 15 serão calculadas como se tivessem sido requeridas ao término do citado prazo, não se aplicando os reajustes das alíneas "a" e "b" deste parágrafo, relativos ao período em que o contribuinte ainda se mantiver em atividade: a) acréscimos salariais de qualquer natureza havidos na patrocinadora; b) reajustes concedidos pelo INPS no período entre o vencimento do prazo previsto neste artigo e a data em que a suplementação devida for requerida. Parágrafo 2o -As contribuições pertinentes aos contribuintes de que trata este artigo cessarão enquanto se mantiverem em atividade nas patrocinadoras a que estiverem vinculados, passando a ser devidas quando os citados contribuintes adquirirem a condição de contribuintes-assistidos, na forma estabelecida no Regulamento Básico, sem prejuízo das prestações previstas no artigo 15, calculadas as suplementações na forma do parágrafo 1o deste artigo. Parágrafo 3o - É facultado ao contribuinte-ativo optar antes do término do prazo de que trata este artigo por assumir a parte relativa à contribuição da Patrocinadora nos termos deste Estatuto, hipótese em que para este contribuinte ficarão suspensos os efeitos dos parágrafos anteriores. ART. 84 - As prestações asseguradas por força deste Estatuto, serão reajustadas nas épocas e proporções em que forem reajustados os valores dos benefícios concedidos pelo INPS. Parágrafo 1o - Sem prejuízo dos reajustes mencionados neste artigo, as prestações asseguradas por força deste Estatuto terão um reajuste inicial no término do mês de concessão, sempre que a suplementação inicial da SISTEL somada ao benefício de previdência social no mesmo mês, for inferior ao último salário na atividade. Parágrafo 2o - O disposto no parágrafo anterior não se aplica nos casos em que a suplementação de pensão for calculada com base em aposentadoria supletiva efetivamente concedida, nem aqueles em que a suplementação de aposentadoria resultar de conversão de outro benefício já garantido pela SISTEL. Parágrafo 3o - O reajuste referido no parágrafo 1o será calculado aplicando-se à suplementação o "fator de reajuste inicial (FRI)" obtido pela fórmula:

$$FRI = \max\left\{1, \frac{1{,}483163\ k^2}{1 + k}\right\} - 1$$

sendo:

$$k = \frac{1}{2R - .1}$$

R, a razão entre a média aritmética dos 12 (doze) últimos salários-de-participação e a dos 6 (seis) últimos, excluindo-se do cômputo dessas médias as parcelas relativas ao 13o salário e quaisquer outras que não sejam pagas com periodicidade mensal. Parágrafo 4o - O valor reajustado da suplementação pela aplicação do FRI, adicionado ao valor do benefício concedido pelo INPS, não poderá exceder o valor do salário que teria em atividade. ART. 85 - Nos casos de participantes que venham requerer a suplementação em época diferente da de concessão do benefício pela previdência oficial ou dos que, a qualquer momento, no curso dos últimos 36 (trinta e seis) meses que antecedem a data de direito à suplementação, tenham mantido o salário-de-participação, nos termos do parágrafo 1o do artigo 12 deste Estatuto, a referência a qualsquer aposentadorias, pensões, auxílio-doença e auxílio-reclusão concedidos pela previdência oficial será entendida como se fossem tais benefícios calculados de acordo com as condições estabelecidas no parágrafo primeiro deste artigo. Parágrafo 1o - O valor hipotético dos benefícios supracitados será calculado segundo a sistemática utilizada pela previdência oficial, considerando-se porém, como valores dos salários-de-contribuição, importâncias iguais aos salários-de-participação do interessado nos meses correspondentes, observados os limites estabelecidos pela legislação previdencial, para aqueles valores. Parágrafo 2o - Nos casos de concessão, pelo INPS de benefícios em espécies diferentes daquelas previstas nos incisos II e III do artigo 15 deste Estatuto, a referência a qualquer suplementação será entendida como aquela a que o participante primeiro preencher os requisitos exigidos no capítulo V, seções II, III e IV deste Estatuto. Parágrafo 3o - Aos contribuintes que não fizerem jus a concessão de aposentadoria ou auxílio-doença pelo INPS e que se encontrarem a juízo da FUNDAÇÃO, incapacitados para o exercício da profissão, serão concedidas as suplementações de aposentadoria por invalidez ou auxílio-doença calculadas hipoteticamente no pressuposto da concessão dos correspondentes benefícios básicos pela previdência oficial. ART. 86 - Os atuais empregados das patrocinadoras que requererem a inscrição no regime da FUNDAÇÃO estarão optando automaticamente, no mesmo ato, pelos benefícios e serviços previstos neste Estatuto e renunciando a todos os benefícios e serviços similares que lhes tenham sido anteriormente assegurados por força de regimentos ou quaisquer outros atos das patrocinadoras. ART. 87 - A FUNDAÇÃO poderá administrar e supervisionar, através de convênios com as patrocinadoras, o pagamento de suplementações previdenciais que vem sendo por elas proporcionado aos seus empregados, desde que não

prejudique a economia da FUNDAÇÃO e que seja custeado pelas patrocinadoras convenentes e contabilizado em separado. ART. 88 - A FUNDAÇÃO, a qualquer tempo e sempre que for julgado conveniente pela maioria absoluta dos membros do Conselho de Curadores e da Diretoria Executiva, em reunião conjunta, sujeita à homologação da PATROCINADORA-INSTITUIDORA e aprovação do Ministro da Previdência e Assistência Social, poderá incorporar outras FUNDAÇOES de empresas do Sistema TELEBRAS, respeitados todos os direitos e vantagens assegurados pelos respectivos Estatutos e na forma a ser estabelecida em convênio de adesão específico. ART. 89 - Por ocasião de incorporação de empresa por uma patrocinadora, o Conselho de Curadores, após a realização dos respectivos estudos atuariais, fixará a dotação a ser recolhida pela patrocinadora incorporadora aos cofres da FUNDAÇÃO, assegurando sua estabilidade para compensar a elevação do risco médio adveniente das novas inscrições. ART. 90 - O contribuinte da FUNDAÇÃO que for eleito Diretor ou, por interesse do Setor de Telecomunicações, firmar contrato de trabalho com outra empresa do Sistema TELEBRAS, que ainda não seja patrocinadora, rescindindo o vínculo anterior com uma das patrocinadoras, poderá continuar na qualidade de contribuinte da FUNDAÇÃO, sem as restrições previstas no parágrafo 1o do artigo 12 desde que a outra empresa assuma os encargos de patrocinadora em relação ao contribuinte. Parágrafo Único - Para o efeito previsto neste artigo, o contribuinte deverá requerer a manutenção da inscrição na FUNDAÇÃO, no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da data de sua investidura ou da rescisão de contrato de trabalho com a primeira empresa, comprovando a aquiescência da empresa a que se vincular. ART. 91 - É vedada a inscrição na FUNDAÇÃO de empregados de patrocinadoras que tenham iniciado a contribuição para o INPS com 60 (sessenta) ou mais anos de idade. Parágrafo Único - Não se aplica o disposto neste artigo para aqueles que se tenham inscrito na FUNDAÇÃO durante o ano de 1978, calculando-se para este as suplementações estatutárias, na forma estabelecida no parágrafo 2o do artigo 94.

CAPÍTULO XX - DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS - ART. 92 - A restrição do artigo 10 deste Estatuto não se aplica aos empregados das patrocinadoras que se encontravam em auxílio-doença no período de 09/11/77 até 31/01/78, aos quais será assegurado o direito de se inscrever na FUNDAÇÃO sem o pagamento de jóia mencionada no artigo 40 e ter a carência de 5 (cinco) anos de vinculação a empresas do Sistema TELEBRAS, para fazer jus à suplementação de aposentadoria por tempo de serviço ou velhice, desde que requeiram no prazo de 20 (vinte) dias após a respectiva alta e sejam julgados aptos em inspeção de saúde, na forma estabelecida no Regulamento Básico. Parágrafo Único - No caso dos empregados de uma empresa que vier a ser admitida como patrocinadora, será observado o que ficar estabelecido no respectivo convênio de adesão. ART. 93 - Até o dia 8 de novembro de 1979, inclusive, a FUNDAÇÃO não concederá suplementação de aposentadoria a contribuintes válidos, a menos que sejam recolhidos a seus cofres os respectivos fundos a serem atuarialmente determinados para cada caso. ART. 94 - Os atuais empregados das patrocinadoras que se tenham aposentado pelo INPS em data anterior a 31 de maio de 1975, e que naquela data prestavam serviços efetivos às patrocinadoras, e não percebam qualquer outra suplementação previdencial, poderão inscrever-se como contribuinte-ativo da FUNDAÇÃO. Parágrafo 1o - O salário-de-participação do admitido na forma deste artigo, será igual à soma das parcelas de sua remuneração na empresa, que seriam objeto de desconto para o INPS, se não existisse limite de contribuição previdencial, obedecido o teto de 3 (três) vezes o maior salário-de-contribuição ao INPS. Parágrafo 2o - Para os contribuintes referidos neste artigo, as suplementações estatutárias serão concedidas, preenchidos os requisitos deste Estatuto, após o afastamento da atividade, conforme o caso, e corresponderão à diferença entre o salário-real-de-benefício a que se refere o parágrafo 1o do artigo 16 deste Estatuto, e o valor hipotético da aposentadoria mais benéfica para fins de maior nível de suplementação pela FUNDAÇÃO. ART. 95 - Dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da aprovação deste Estatuto, a PATROCINADORA-INSTITUIDORA aprovará o Regulamento Básico da FUNDAÇÃO e o primeiro plano de custeio a que se refere o CAPÍTULO XI deste Estatuto. ART. 96 - Este Estatuto, substitui os anteriores e entra em vigor após a autorização do Ministério da Previdência e Assistência Social e publicação no Diário Oficial da União.

FUNDAÇÃO TELEBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL - SISTEL

REGULAMENTO BÁSICO, APROVADO PELO MPAS OFÍCIO Nr.177-SPC/GAB, DE 03/05/88.

CAPÍTULO I - DA FUNDAÇÃO E SEUS FINS - ART. 1º - A FUNDAÇÃO TELEBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL - SISTEL, doravante designada FUNDAÇÃO, constituída pela TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A., doravante designada PATROCINADORA-INSTITUIDORA é pessoa jurídica de direito privado, de fins previdenciais, assistenciais e não lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, sede e foro em Brasília, Distrito Federal, que tem por objetivos primordiais: I - suplementar as prestações previdenciais asseguradas pela previdência oficial aos grupos familiares dos empregados vinculados sob o regime da CLT às patrocinadoras da FUNDAÇÃO; II - promover o bem-estar social este consistente, precípuamente, em prestações previdenciais e em programas outros instituídos pela FUNDAÇÃO com esta finalidade. § 1º - O patrimônio da FUNDAÇÃO é autônomo, livre e desvinculado de qualquer outro órgão ou entidade. § 2º - A FUNDAÇÃO não distribuirá lucros de qualquer espécie, nem os seus participantes responderão por obrigações por ela contraídas. § 3º - Nenhuma prestação de caráter previdencial e assistencial poderá ser criada, majorada ou estendida na FUNDAÇÃO, sem que, em contrapartida, seja estabelecida a respectiva receita de cobertura. § 4º - A FUNDAÇÃO é uma entidade fechada de previdência privada. ART. 2º - A FUNDAÇÃO reger-se-á pelo seu Estatuto, pelo presente Regulamento, bem como pelas instruções, planos de ação e demais atos que forem aprovados pelos órgãos competentes de sua administração, respeitados os dispositivos legais, regulamentares e normativos emanados do poder público. ART. 3º - A natureza da FUNDAÇÃO não poderá ser alterada, nem suprimidos seus objetivos primordiais. ART. 4º - O prazo de duração da FUNDAÇÃO é indeterminado. Parágrafo Único - A FUNDAÇÃO não poderá solicitar concordata, nem está sujeita a falência, mas, tão somente ao regime de liquidação extrajudicial, previsto em lei.

CAPÍTULO II - DOS MEMBROS DA FUNDAÇÃO - ART. 5º - São membros da FUNDAÇÃO: I - patrocinadoras; II - participantes, que abrangem: a) contribuintes; b) beneficiários. § 1º - Consideram-se patrocinadoras a própria FUNDAÇÃO, a PATROCINADORA-INSTITUIDORA referida no artigo 1º deste Regulamento, as empresas controladas ou coligadas, bem como as entidades do Sistema TELEBRÁS que, nas condições estabelecidas pelo Conselho de Curadores, para cada caso, firmarem o Convênio de Adesão previsto no § 2º do artigo 34 da Lei 6.435, de 15 de julho de 1977. § 2º - Consideram-se contribuintes as pessoas físicas inscritas na forma dos artigos 9º e 10 deste Regulamento. § 3º - Consideram-se beneficiários quaisquer pessoas que vivam, comprovada e justificadamente, sob a dependência econômica do contribuinte, nos termos dos artigos 7º e 8º. ART. 6º - Compõem a classe dos contribuintes da FUNDAÇÃO: I - os contribuintes-assistidos; II - os contribuintes-ativos. § 1º - Considera-se contribuinte-assistido o contribuinte que estiver em gozo de qualquer das suplementações referidas no item II do artigo 17. § 2º - Considera-se contribuinte-ativo o contribuinte que não se enquadre na condição do parágrafo precedente. ART. 7º - Para os efeitos do disposto no § 3º do artigo 5º, considera-se justificada a dependência econômica; I - de cônjuge; II - de filhos e enteados solteiros de qualquer condição, desde que de menoridade, ou inválidos não amparados por qualquer tipo de aposentadoria prevista em lei; III - pai e mãe, cujos rendimentos brutos mensais somados sejam inferiores a 2(dois) salários mínimos de referência, ou, quando separados, a 1 (um) salário mínimo de referência. IV - das pessoas de menoridade ou idade avançada, bem como das incapacitadas ou inválidas, que, sem recursos, vivam às expensas do contribuinte ou com ele coabitem por lapso de tempo superior a 2 (dois) anos consecutivos. § 1º - Para os efeitos deste Regulamento, são consideradas pessoas sem recurso aquelas cujos rendimentos brutos mensais sejam inferiores ao salário mínimo de referência vigente no País. § 2º - Para os efeitos deste Regulamento, são consideradas pessoas de menoridade: a) as de idade inferior a 21 (vinte e um) anos; b) as de idade inferior a 24 (vinte e quatro) anos que estejam cursando estabelecimento de ensino superior oficial ou reconhecido. § 3º - São consideradas pessoas de idade avançada as de mais de 55 (cinquenta e cinco) anos. ART. 8º - Considera-se ainda justificada a dependência econômica da companheira do contribuinte, ou do companheiro da contribuinte, desde que comprovada a coabitação, em regime marital, por lapso de tempo superior a 5(cinco) anos consecutivos. § 1º - Para os efeitos deste artigo, não será computado o tempo de coabitação simultânea no regime marital, mesmo em tetos distintos, entre contribuinte e mais de uma pessoa. § 2º - A existência de filho, resultante da associação marital, dispensa o período de carência referido neste artigo para a coabitação.

CAPÍTULO III - DA INSCRIÇÃO DOS MEMBROS - ART. 9º - Considera-se inscrição, para os efeitos deste Regulamento: I - em relação à patrocinadora, a celebração do convênio de adesão referido no § 1º do artigo 5º; II - em relação ao contribuinte, o deferimento do respectivo pedido de inscrição; III - em relação ao beneficiário, a sua qualificação nos termos deste Regulamento, declarada pelo contribuinte e comprovada por documentos hábeis. § 1º - A prova e inscrição como dependente do contribuinte para fins de aposentadoria e pensão junto ao órgão oficial de previdência social, dispensa qualquer outra documentação para a inscrição como beneficiário perante à FUNDAÇÃO. § 2º - A inscrição na FUNDAÇÃO, como contribuinte ou beneficiário, é condição essencial à obtenção de qualquer prestação ou vantagem por ela assegurada. § 3º - A inscrição da PATROCINADORA-INSTITUIDORA e da FUNDAÇÃO como patrocinadoras desta última é presumida. ART. 10 - A inscrição do contribuinte é facultada aos empregados das patrocinadoras, desde que não aposentados pelo INPS, ressalvado o disposto no artigo 131, paguem a jóia mencionada no artigo 54, e não estejam em gozo de auxílio-doença concedido pela previdência oficial, ressalvado o disposto no artigo 132. § 1º - São considerados fundadores os contribuintes inscritos na FUNDAÇÃO até o dia 31 de janeiro de 1978, os quais ficarão dispensados do pagamento da jóia referida no item IV do artigo 54. § 2º - O disposto no parágrafo precedente será comunicado, por escrito: a) até o 10º (décimo) dia de vigência deste Regulamento, aos admitidos como empregados da patrocinadora em data anterior à vigência deste Regulamento; b) no ato de admissão, aos empregados das patrocinadoras que adquirirem tais condições no prazo especificado no § 1º. § 3º - Os contribuintes que solicitarem inscrição na FUNDAÇÃO após o prazo referido no § 1º deverão pagar a jóia mencionada no item IV do artigo 54, ressalvado o disposto no convênio de adesão referido no § 1º do artigo 5º. § 4º - Ao contribuinte-assistido será vedada nova inscrição como contribuinte-ativo. ART. 11 - O pedido de inscrição dos admitidos como empregados de patrocinadora na vigência deste Regulamento se fará concomitantemente com a assinatura dos contratos de trabalho, ficando o deferimento condicionado à aprovação em exame médico a critério da FUNDAÇÃO. ART. 12 - No ato da inscrição, o contribuinte deverá preencher impresso próprio a ser fornecido pela FUNDAÇÃO. § 1º - O contribuinte apresentará os documentos exigidos pela FUNDAÇÃO recebendo desta a identificação comprobatória de sua condição de contribuinte. § 2º - Sem prejuízo de outros que venham a ser solicitados pela FUNDAÇÃO, são os seguintes os documentos referidos no parágrafo precedente: I - contrato de vinculação empregatícia à patrocinadora; II - certidão de nascimento ou casamento; III - preenchimento da ficha de beneficiários. § 3º - O contribuinte é obrigado a comunicar à FUNDAÇÃO, dentro do prazo de 30 (trinta) dias de sua ocorrência e juntando os documentos exigidos, qualquer modificação ulterior às informações prestadas na sua inscrição. ART. 13 - Dar-se-á o cancelamento da inscrição da patrocinadora: I - que o requerer; II - que se extinguir, inclusive através de fusão ou incorporação a empresa não patrocinadora; III - que descumprir qualquer das cláusulas do convênio referido no § 1º do artigo 5º. § 1º - Nos casos previstos neste artigo, a patrocinadora ou suas sucessoras ficarão obrigadas a prestar garantia à FUNDAÇÃO dos seguintes recolhimentos: a) valores das reservas de poupança pagas a ex-empregados da patrocinadora que dela se tenham funcionalmente desligado nos últimos 5 (cinco) anos anteriores à data do cancelamento da inscrição da patrocinadora, acrescidos aos referidos valores os correspondentes juros e taxas de manutenção atuarialmente previstos neste Regulamento para os investimentos patrimoniais da FUNDAÇÃO; b) fundos atuarialmente determinados no regime de capitalização individual, necessários à cobertura dos benefícios assegurados por este Regulamento aos empregados da patrocinadora, inscritos na FUNDAÇÃO em data anterior à do cancelamento da inscrição desta última, bem como aos ex-empregados da mesma patrocinadora que

dela se tenham funcionalmente desligado no curso dos últimos 5 (cinco) anos anteriores ao referido cancelamento e tenham mantido suas inscrições como contribuinte da FUNDAÇÃO. § 2º - A patrocinadora que tiver sua inscrição cancelada ficará exonerada das obrigações previstas no § 1º, se elas forem integralmente assumidas por alguma sucessora inscrita como patrocinadora. ART. 14 - Será cancelada a inscrição do contribuinte que: I - vier a falecer; II - requerer o cancelamento de sua inscrição; III - atrasar por 3 (três) meses seguidos o pagamento de suas contribuições, desde que não consignadas em folha; IV - deixar de ser empregado de qualquer patrocinadora, ressalvados os casos de aposentadoria e os daqueles que, de acordo com § 1º deste artigo e nas condições estabelecidas neste Regulamento, tiverem assegurado o direito de manter a inscrição mediante recolhimento de contribuição especial; V - por ação ou omissão, erro ou dolo, deixar de suprir quaisquer das condições básicas, descritas neste Regulamento, necessárias à habilitação como participante da FUNDAÇÃO. § 1º - A perda do vínculo funcional com a patrocinadora não importará o cancelamento de inscrição do contribuinte que se manifestar até 5 (cinco) dias úteis após o comunicado do desligamento ou da entrega do pedido de demissão, requerer a manutenção da mesma inscrição desde que já tenha, no mínimo, 5 (cinco) anos de vinculação funcional à patrocinadora ou a outras empresas do Sistema TELEBRÁS e 12 (doze) meses de contribuição ininterruptos à FUNDAÇÃO, e se responsabilize pela parte relativa à contribuição da patrocinadora, nos termos deste Regulamento Básico. § 2º - O cancelamento de que trata o item III deverá ser precedido de notificação ao contribuinte, que lhe estabelecerá o prazo de 30 (trinta) dias para liquidação do seu débito. ART. 15 - Para a inscrição do beneficiário é indispensável a do contribuinte a que esteja vinculado por dependência econômica, nos termos do § 3º do artigo 5º. § 1º - Ressalvados os casos de morte, detenção ou reclusão do contribuinte, o cancelamento de sua inscrição importará o cancelamento da inscrição dos respectivos beneficiários. § 2º - A libertação do detento ou recluso cuja inscrição tenha sido cancelada importará o cancelamento da inscrição dos seus beneficiários. § 3º - Ocorrendo o falecimento, detenção ou reclusão do contribuinte, sem que tenha sido feita a inscrição de beneficiários que dele dependiam, a estes será lícito promovê-la, não lhes assistindo direito a pagamentos vencidos em datas anteriores à da inscrição. ART. 16 - Será cancelada a inscrição, como beneficiário: I - do cônjuge, após a anulação do casamento, ou após a separação legal, em que se torne expressa a perda ou a dispensa, mesmo tácita, da percepção de alimentos; II - do cônjuge, companheira ou companheiro que, por tempo superior a 2 (dois) anos abandonar sem justo motivo a habitação comum; III - da companheira ou companheiro que, mesmo com justo motivo, tenha deixado a habitação comum, por tempo superior a 2 (dois) anos e, no fim desse prazo, esteja válido e com idade inferior a 55 (cinquenta e cinco) anos; IV - da companheira ou companheiro que, tendo deixado a habitação comum, venha a perceber, de outras fontes, rendimento bruto mensal não inferior à metade do maior salário mínimo de referência vigente no País; V - dos filhos e enteados que perderem a condição justificadora da dependência econômica a que alude o item II do artigo 7º; VI - das pessoas inscritas como beneficiários na forma do item III do artigo 7º, para as quais for comprovado haverem deixado de atender à condição justificadora da dependência econômica referida naquele dispositivo. Parágrafo Único - O casamento de quaisquer beneficiários do contribuinte importará o cancelamento de sua inscrição.

CAPÍTULO IV - DAS PRESTAÇÕES - ART. 17 - As prestações de previdência e crédito, asseguradas pela FUNDAÇÃO, abrangem: I - quanto aos contribuintes-ativos: a) crédito mútuo; II - quanto aos contribuintes-assistidos: a) crédito mútuo; b) suplementação da aposentadoria por invalidez; c) suplementação da aposentadoria por velhice; d) suplementação da aposentadoria por tempo de serviço; e) suplementação da aposentadoria especial; f) suplementação do auxílio-doença; g) suplementação do abono anual; III - quanto aos beneficiários: a) suplementação da pensão; b) suplementação do auxílio-reclusão; c) pecúlio por morte; d) suplementação do abono anual. § 1º - A FUNDAÇÃO poderá promover em caráter facultativo, novas modalidades de prestações mediante contribuição dos seus membros. § 2º - Este Regulamento Básico estabelecerá a forma de concessão do crédito mútuo referido neste artigo e de novas modalidades de prestações que a ele serão incorporadas, estas mediante aprovação do MPAS. § 3º - A FUNDAÇÃO poderá promover novas modalidades dos serviços e planos assistenciais, em caráter facultativo mediante contribuição dos participantes, e, integrarão este Regulamento. ART. 18 - O cálculo das suplementações referidas nos itens II e III do artigo 17 far-se-á com base no salário-real-de-benefício do contribuinte, observado o disposto na Lei 6.462, de 09 de novembro de 1977. § 1º - Entende-se por salário-real-de-benefício o valor que teria o salário-de-benefício do interessado, se fosse calculado segundo os critérios de médias e reajustes estabelecido pelo INPS, com a substituição prévia do salário-de-contribuição definido pelas normas regulamentares desse Instituto pelo salário-de-participação referido no § 2º deste artigo. § 2º - Entende-se por salário-de-participação: I - no caso de contribuinte-ativo, o total das parcelas de sua remuneração, pagas pelas patrocinadoras, que seriam objeto de desconto para o INPS, caso não existisse qualquer limite superior de contribuição para esse Instituto; II - no caso de contribuinte-assistido, o provento da aposentadoria previdencial ou auxílio-doença, concedido pelo INPS, acrescido de todas as rendas que lhe forem asseguradas por força deste Regulamento. § 3º - Ressalvados os casos de pensão ou aposentadoria por invalidez concedidos em decorrência de acidente pessoal involuntário, não serão considerados no cálculo do salário-real-de-benefício quaisquer aumentos do salário-de-participação, verificados no curso dos últimos 60 (sessenta) meses anteriores ao da concessão do benefício, que não provenham de reajustes aplicados em caráter geral para corrigir a distorção inflacionária, ou de promoções e adicionais previstos no manual de pessoal das patrocinadoras. § 4º - O salário-de-participação não poderá ultrapassar 3 (três) vezes o maior valor-teto do salário de benefício da previdência social básica, fixado pelo MPAS. § 5º - Nos casos de perda parcial ou total da remuneração paga pelas patrocinadoras, o contribuinte-ativo poderá manter o salário-de-participação para efeito de desconto e determinação de salário-real-de-benefício, de conformidade com o disposto no § 1º deste artigo, desde que apresente à FUNDAÇÃO o correspondente requerimento no prazo de 5 (cinco) dias úteis subsequentes ao da perda salarial. § 6º - O salário-de-participação mantido, total ou parcialmente, na forma do parágrafo precedente, será atualizado nas épocas e proporções em que forem concedidos os reajustes gerais dos salários dos empregados da patrocinadora. § 7º - O 13º salário é considerado salário-de-participação isolado, referente ao mês do seu pagamento, não integrando as parcelas remuneratórias normais. § 8º - A suplementação não será reduzida nos casos em que a aposentadoria tenha resultado de conversão de auxílio-doença ou de aposentadoria por invalidez. § 9º - Quando no período básico de cálculo de qualquer suplementação assegurada por este Regulamento, ocorrer percepção de benefício por incapacidade, "o salário-de-participação desse período será o salário nominal que o contribuinte teria caso estivessse ativo na patrocinadora, devendo ser adotado o cálculo hipotético do benefício concedido pelo INPS, naquele período, utilizando os mesmos procedimentos." § 10 - Quando for concedida pelo INPS a aposentadoria do ex-combatente, será concedida ao contribuinte a suplementação da aposentadoria especial por insalubridade desde que observado o preenchimento das carências estatutárias, e será calculado o benefício hipotético do INPS como se fosse decorrente da concessão da aposentadoria especial pelo referido Instituto. § 11 - Para efeito da renda mensal inicial das suplementações, prevista nos capítulos próprios deste Regulamento, o valor a ser considerado não poderá ser inferior a 10% (dez por cento) do salário-real-de-benefício. § 12 - No caso em que o contribuinte não possua todos os salários-de-participação necessários ao cálculo das suplementações e pecúlio previstos neste Regulamento, o período básico de cálculo será completado com o salário-de-participação que seria correspondente ao seu nível salarial por ocasião da admissão do contribuinte na patrocinadora, nos meses anteriores.

CAPÍTULO V - DOS BENEFÍCIOS DE APOSENTADORIA - SEÇÃO I - DA SUPLEMENTAÇÃO DA APOSENTADORIA POR INVALIDEZ - ART. 19 - A suplementação da aposentadoria por invalidez será concedida ao contribuinte que a requerer e será mantida durante o período em que lhe for garantida a aposentadoria por invalidez pelo INPS, ressalvado o disposto no parágrafo único deste artigo. Parágrafo Único - A suplementação da aposentadoria por invalidez será suspensa quando, a juízo da FUNDAÇÃO, for verificado que o contribuinte está capacitado para o exercício da profissão, ficando ele obrigado a submeter-se a exames médicos periciais indicados pela FUNDAÇÃO. ART. 20 - A suplementação da aposentadoria por invalidez consistirá numa renda mensal correspondente ao excesso do salário-real-de-benefício, referido no § 1º do artigo 18, sobre o valor da aposentadoria por invalidez concedida pelo INPS. Parágrafo Único - Quando a aposentadoria por invalidez for concedida após 30 (trinta) anos de vinculação ao regime do INPS, a respectiva suplementação será acrescida de um abono de aposentadoria equivalente ao abono de permanência em serviço de 20% (vinte por cento) que seria concedido nos termos da legislação previdencial brasileira se o interessado o requeresse após haver completado aquele tempo de vinculação previdencial. SEÇÃO II - DA SUPLEMENTAÇÃO DA APOSENTADORIA POR VELHICE - ART. 21 - A suplementação da aposentadoria por velhice será paga ao contribuinte que a requerer com pelo menos 10 (dez) anos de vinculação ininterrupta à FUNDAÇÃO, desde que lhe tenha sido concedida a aposentadoria por velhice pelo INPS. § 1º - Quando se tratar de contribuinte fundador, a vinculação mínima de que trata este artigo será reduzida para 5 (cinco) anos. § 2º - O período de vinculação funcional mínimo previsto neste artigo não se aplica ao caso em que a aposentadoria por velhice tenha resultado de conversão da aposentadoria por invalidez. ART. 22 - A suplementação da aposentadoria por velhice consistirá numa renda mensal vitalícia correspondente ao excesso do salário-real-de-benefício, referido no § 1º do artigo 18, sobre o valor da aposentadoria por velhice concedida pelo INPS. Parágrafo Único - Quando a aposentadoria por velhice for concedida após 30 (trinta) anos de vinculação ao regime do INPS, a respectiva suplementação será acrescida de um abono de aposentadoria equivalente ao abono de permanência em serviço de 20% (vinte por cento) que seria concedido nos termos da legislação previdencial brasileira se o interessado o requeresse após haver completado aquele tempo de vinculação previdencial. - SEÇÃO III - DA SUPLEMENTAÇÃO DA APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO - ART. 23 - A suplementação de aposentadoria por tempo de serviço será concedida ao contribuinte que a requerer com pelo menos 57 (cinquenta e sete) anos de idade, 10 (dez) anos de vinculação ininterrupta à FUNDAÇÃO, e 35 (trinta e cinco) anos de vinculação ao regime do INPS, desde que lhe tenha sido concedido a aposentadoria por tempo de serviço pelo mesmo Instituto. (alterado) § 1º - Quando se tratar de contribuinte fundador, a vinculação mínima de que trata este artigo será reduzida para 5 (cinco) anos. § 2º - A suplementação da aposentadoria por tempo de serviço será paga a partir do primeiro mês em que ocorrerem as condições referidas neste artigo. ART. 24 - A suplementação da aposentadoria por tempo de serviço consistirá numa renda mensal vitalícia constituída das seguintes parcelas: I - excesso do salário-real-de-benefício, referido no § 1º do artigo 18 sobre o valor da aposentadoria por tempo de serviço concedida pelo INPS; II - abono de aposentadoria equivalente ao abono de permanência em serviço de 20% (vinte por cento) que seria concedido nos termos da legislação previdencial brasileira se o interessado o requeresse logo após haver completado 34 (trinta e quatro) anos de vinculação previdencial. ART. 25 - Mantidas as demais condições previstas nos artigos 23 e 24 e mediante recolhimento aos cofres da FUNDAÇÃO de fundos atuarialmente calculados, a suplementação de aposentadoria por tempo de serviço poderá ser concedida ao contribuinte que a requerer com: I - menos de 57 (cinquenta e sete) anos de idade, ou, II - 30 (trinta) anos ou mais de vinculação ao regime do INPS. Parágrafo Único - O contribuinte de que trata este artigo poderá optar por uma suplementação de aposentadoria reduzida, mediante aposição de fatores atuarialmente calculados, fixados em função das condições biométricas do contribuinte-requerente, em lugar do recolhimento do fundo de cobertura, de forma a não onerar o plano de custeio da FUNDAÇÃO. SEÇÃO IV - DA SUPLEMENTAÇÃO DA APOSENTADORIA ESPECIAL - ART. 26 - A suplementação da aposentadoria especial será concedida ao contribuinte que a requerer com pelo menos 53 (cinquenta e três) anos de idade, 10 (dez) anos de vinculação ininterrupta à FUNDAÇÃO, e 25 (vinte e cinco) anos de vinculação ao regime do INPS, desde que lhe tenha sido concedida a aposentadoria especial pelo mesmo Instituto. Parágrafo Único - A suplementação da aposentadoria especial será paga a partir do primeiro mês em que ocorrerem as condições referidas neste artigo. ART. 27 - A suplementação da aposentadoria especial consistirá numa renda mensal vitalícia correspondente ao excesso do salário-real-de-benefício sobre o valor da aposentadoria especial concedida pelo INPS, acrescido do abono referido no item II do artigo 24. ART. 28 - Mantidas as demais condições previstas nos artigos 26 e 27 e mediante recolhimento aos cofres da FUNDAÇÃO de fundos atuarialmente calculados, a suplementação de aposentadoria especial poderá ser concedida ao contribuinte que a requerer com menos de 53 (cinquenta e

três) anos de idade. Parágrafo Único - O contribuinte de que trata este artigo poderá optar por uma suplementação de aposentadoria reduzida, mediante aposição de fatores atuarialmente calculados, fixados em função das condições biométricas do contribuinte-requerente em lugar do recolhimento do fundo de cobertura de forma a não onerar o plano de custeio da FUNDAÇÃO.

CAPÍTULO VI - DO PECÚLIO POR MORTE - ART. 29 - O pecúlio por morte consistirá no pagamento de uma importância em dinheiro igual ao décuplo do salário-real-de-benefício do contribuinte relativo ao mês precedente ao de sua morte. ART. 30 - Observado o disposto no parágrafo único deste artigo, o participante, por ocasião de sua aposentadoria supletiva decorrente de invalidez, poderá requerer, a título de "pecúlio de aposentadoria", o pagamento antecipado de um percentual não superior a 50% (cinquenta por cento) do benefício previsto no artigo 29. Parágrafo Único - A importância calculada na forma deste artigo será reduzida, conforme cálculos atuariais, de modo a neutralizar o aumento de encargos da FUNDAÇÃO decorrente da antecipação do pagamento do pecúlio por morte. ART. 31 - Da importância calculada na forma do artigo 29, serão descontados os débitos do contribuinte para com a FUNDAÇÃO, pagando-se o saldo em partes iguais aos beneficiários inscritos na época da morte. § 1º - No caso de inexistirem beneficiários o contribuinte poderá designar, exclusivamente para o fim de recebimento do pecúlio por morte, quaisquer pessoas, independentemente de vínculo de dependência econômica. § 2º - A inscrição de quaisquer pessoas designadas para o recebimento do pecúlio por morte, na forma do parágrafo anterior, será cancelada, em qualquer época, automaticamente, no caso da existência de beneficiários nas condições previstas no CAPÍTULO III do Estatuto e Regulamento Básico, comprovada em até 60 (sessenta) dias após o falecimento do contribuinte.

CAPÍTULO VII - DA SUPLEMENTAÇÃO DO AUXÍLIO-DOENÇA - ART. 32 - A suplementação do auxílio-doença será paga ao contribuinte que a requerer, durante o período em que lhe for garantido o auxílio-doença pelo INPS, ressalvado o parágrafo único deste artigo. Parágrafo Único - A suplementação do auxílio-doença será suspensa, quando, a juízo da FUNDAÇÃO, for verificado que o contribuinte está capacitado para o exercício da profissão, ficando ele obrigado a submeter-se a exames médicos periciais indicados pela FUNDAÇÃO. ART. 33 - A suplementação do auxílio-doença consistirá numa renda correspondente ao excesso do salário-real-de-benefício sobre o valor do auxílio-doença concedido pelo INPS.

CAPÍTULO VIII - DA SUPLEMENTAÇÃO DA PENSÃO - ART. 34 - A suplementação da pensão será concedida, sob forma de renda mensal, ao conjunto de beneficiários do contribuinte que vier a falecer. Parágrafo Único - A suplementação da pensão será devida a partir do dia seguinte ao da morte do contribuinte. ART. 35 - A suplementação da pensão será constituída de uma cota familiar e de tantas cotas individuais quantos forem os beneficiários, até o máximo de 5 (cinco). § 1º - A cota familiar será igual a 50% (cinquenta por cento) do valor da suplementação da aposentadoria que o contribuinte percebia, por força deste Regulamento, ou daquela a que teria direito se entrasse em aposentadoria por invalidez na data do falecimento. § 2º - A cota individual será igual à quinta parte da cota familiar. ART. 36 - A suplementação da pensão será rateada em parcelas iguais entre os beneficiários inscritos, não se adiando a concessão do benefício por falta de inscrição de outros possíveis beneficiários. ART. 37 - A parcela de suplementação de pensão será extinta pelo casamento ou morte do beneficiário ou pela ocorrência de qualquer evento que motivaria o cancelamento da inscrição do beneficiário como dependente do contribuinte se este estivesse vivo, nos termos do itens V e VI do artigo 16. ART. 38 - Toda vez que se extinguir uma parcela de suplementação, processar-se-á novo cálculo e novo rateio do benefício na forma dos artigos 35 e 36, considerados, porém, apenas os beneficiários remanescentes e sem prejuízo dos reajustes concedidos nos termos do artigo 115. Parágrafo Único - Com a extinção da parcela do último beneficiário, extinguir-se-á também a suplementação da pensão.

CAPÍTULO IX - DA SUPLEMENTAÇÃO DO AUXÍLIO-RECLUSÃO - ART. 39 - A suplementação do auxílio-reclusão será concedida ao conjunto de beneficiários do contribuinte detento ou recluso. § 1º - A suplementação do auxílio-reclusão terá início a contar da data do efetivo recolhimento do contribuinte à prisão e mantida enquanto durar sua reclusão ou detenção. § 2º - Falecendo o contribuinte detento ou recluso, será automaticamente convertida em suplementação de pensão a suplementação de auxílio-reclusão que estiver sendo paga aos seus beneficiários. § 3º - A suplementação do auxílio-reclusão consistirá numa renda mensal, calculada nos termos dos artigos 35 e 36, aplicando-se a ela no que couber, o disposto no CAPÍTULO VIII deste Regulamento. ART. 40 - A suplementação do auxílio-reclusão será requerida pela pessoa que comprovar encontrar-se na chefia da família do contribuinte detento ou recluso e apresentar documento comprobatório da detenção ou reclusão, firmado pela autoridade competente. Parágrafo Único - O requerimento será deferido somente se a patrocinadora não estiver efetuando o pagamento da remuneração do contribuinte.

CAPÍTULO X - DA SUPLEMENTAÇÃO DO ABONO ANUAL - ART. 41 - A suplementação do abono anual será paga aos contribuintes-assistidos ou beneficiários no mês de dezembro de cada ano, e seu valor corresponderá a 1/12 (um doze avos) do valor total percebido pelo participante no curso do mesmo ano, a título de suplementação de aposentadoria, auxílio-doença, pensão ou auxílio-reclusão.

CAPÍTULO XI - DO CRÉDITO MÚTUO - ART. 42 - O crédito mútuo ao contribuinte compreenderá: I - o empréstimo-funeral, de concessão obrigatória; II - como empréstimo de concessão não obrigatória: a) empréstimo-saúde; b) empréstimo-nupcial; c) empréstimo-educação; d) empréstimo de emergência; e) empréstimo simples; f) empréstimo imobiliário. § 1º - Além dos juros que não poderão ser inferiores aos de mercado, e da cota de abatimento do débito, as prestações amortizantes dos empréstimos referidos neste artigo incluirão a cota de quitação por morte do mutuário e a taxa de manutenção a que alude o artigo 63, ressalvado o disposto no § 2º. § 2º - A cota de quitação por morte a que se refere o parágrafo precedente não será incluída nas prestações amortizantes dos empréstimos-saúde concedidos por motivos de doença de que seja acometido o próprio contribuinte. § 3º - Os empréstimos imobiliários serão concedidos em condições a serem estabelecidas em normas regulares. § 4º - As bases técnicas referidas no § 1º deste artigo, bem como as características gerais dos planos de amortização e condições de concessão do empréstimo imobiliário, e os limites dos diversos empréstimos serão fixados em normas próprias a serem baixadas pelo Conselho de Curadores. ART. 43 - O empréstimo-funeral será concedido ao contribuinte por morte de qualquer dos seus beneficiários inscritos. § 1º - O empréstimo-funeral será concedido mediante requerimento do contribuinte acompanhado de certidão de óbito, processando-se sua amortização em parcelas mensais de número não superior a 24 (vinte e quatro), nem inferior a 6 (seis). § 2º - O direito ao empréstimo-funeral prescreverá depois de 90 (noventa) dias a contar do óbito. ART. 44 - O empréstimo-funeral não poderá ser reformado. ART. 45 - O empréstimo-saúde será concedido ao contribuinte sempre que ele próprio, ou qualquer dos seus beneficiários inscritos necessitar de serviços médicos e odontológicos, cujas despesas ultrapassem às da assistência normalmente prestada pelo INPS ou para a aquisição de aparelhos e instrumentos de correção. § 1º - O empréstimo-saúde, será concedido mediante requerimento do contribuinte, até o valor estipulado pela FUNDAÇÃO em face do custo provável do tratamento. § 2º - O direito ao empréstimo-saúde prescreverá depois de 30 (trinta) dias a contar da data do exame médico ou odontológico comprobatório da necessidade dos serviços referidos neste artigo. § 3º - A amortização do empréstimo-saúde processar-se-á em parcelas mensais de número não superior a 48 (quarenta e oito), nem inferior a 6 (seis). ART. 46 - O empréstimo-saúde poderá ser reformado, caso o órgão técnico da FUNDAÇÃO julgue necessário. ART. 47 - O requerimento do contribuinte, a que se refere o § 1º do artigo 45 deverá ser acompanhado de atestado médico ou odontológico comprobatório da necessidade do tratamento e sua especificação. ART. 48 - O pagamento do empréstimo-saúde far-se-á diretamente à casa de saúde, na qual o contribuinte ou beneficiário se tenha hospitalizado, ou ao contribuinte mediante apresentação, por um ou por outro, dos comprovantes das despesas efetuadas, inclusive com relação a honorários médicos ou odontológicos. Parágrafo Único - Como comprovante das despesas, será admitido o recibo assinado e com firma reconhecida, passado por médicos ou odontólogos referentes a honorários não incluídos em contas de casas de saúde, caso em que o contribuinte poderá ser reembolsado. ART. 49 - O empréstimo-nupcial será concedido ao contribuinte que vier a contrair casamento, mediante prova de publicação de edital de habilitação no órgão oficial. § 1º - O direito ao empréstimo-nupcial prescreverá depois de 90 (noventa) dias, a contar do casamento processando-se sua amortização em parcelas mensais de número não superior a 24 (vinte e quatro), nem inferior a 6 (seis). § 2º - No caso de não se realizar o casamento, no prazo de 90 (noventa) dias da concessão, deverá o empréstimo recebido ser resgatado em prazo mínimo, compatível com o limite de consignação em folha de vencimento, ficando o interessado impedido de obter novo empréstimo-nupcial. ART. 50 - O empréstimo-educação será concedido ao contribuinte que o requerer, mediante comprovação de sua matrícula ou de qualquer dos seus beneficiários em curso de nível fundamental ou superior. § 1º - É vedada a concessão do empréstimo-educação em casos de matrícula de repetentes, quando não justificados por doença atestada por médico credenciado pela FUNDAÇÃO. § 2º - Em caso de duplicação de matrícula do beneficiário no decurso de um mesmo ano civil, é vedada a duplicação do empréstimo. § 3º - A amortização do empréstimo-educação far-se-á em parcelas mensais, não excedendo o seu prazo o término do ano civil. ART. 51 - O empréstimo de emergência será concedido para atender as dificuldades imprevistas do contribuinte, devidamente comprovadas e justificadas. Parágrafo Único - O empréstimo de emergência será amortizado em parcelas mensais de número não inferior a 3 (três). ART. 52 - O empréstimo simples será concedido ao contribuinte para atender a objetivos socialmente justificados, a critério da FUNDAÇÃO. Parágrafo Único - O empréstimo simples será amortizado em parcelas mensais de número não inferior a 6 (seis), nem superior a 36 (trinta e seis).

CAPÍTULO XII - DO PLANO DE CUSTEIO DA FUNDAÇÃO - ART. 53 - O plano de custeio da FUNDAÇÃO será aprovado anualmente pelo Conselho de Curadores, dele devendo obrigatoriamente constar o regime financeiro e os respectivos cálculos atuariais. Parágrafo Único - Independentemente do disposto neste artigo, o plano de custeio será revisto sempre que ocorrerem eventos determinantes de alterações nos encargos da FUNDAÇÃO. ART. 54 - O custeio do plano de suplementação será atendido pelas seguintes fontes de receitas: I - contribuição mensal dos contribuintes-ativos, mediante o recolhimento de um percentual do salário-de-participação, referido no item I do parágrafo 2º e no parágrafo 7º do artigo 18, a ser anualmente fixado no plano de custeio referido no artigo 53; II - contribuição mensal dos contribuintes-assistidos, mediante recolhimento, a partir de janeiro de 1982, do percentual de 10% (dez por cento) sobre a suplementação global paga pela FUNDAÇÃO e não será exigida dos contribuintes-assistidos que não estejam recebendo o abono referido nos parágrafos dos artigos 20 e 22, no item II do artigo 24 e no artigo 27; III - contribuição mensal das patrocinadoras, a ser fixada anualmente no plano de custeio; IV - jóias dos contribuintes-ativos, determinadas atuarialmente em face da idade, remuneração, tempo de serviço prestado à patrocinadora, tempo de vinculação à previdência social e tempo de afastamento voluntário da FUNDAÇÃO; V - dotações iniciais das patrocinadoras no valor de Cr$ 92.774.000 (noventa e dois milhões, setecentos e setenta e quatro mil cruzeiros); VI - receitas de aplicações do patrimônio; VII - doações, subvenções, legados e rendas extraordinárias, não previstas nos itens precedentes. § 1º - A contribuição referida no item II não poderá ultrapassar o valor do abono de aposentadoria. § 2º - A jóia nunca será inferior ao resultado da multiplicação do valor da contribuição mensal, prevista no item I para o mês da entrada do requerimento de inscrição, pelo dobro do número de meses durante os quais o interessado, apesar de empregado da patrocinadora, se tenha conservado voluntariamente desligado do regime da FUNDAÇÃO. § 3º - Em qualquer caso, a jóia poderá ser paga em forma de contribuição mensal adicional determinada atuarialmente e aprovada em ato regulamentar. § 4º - As despesas administrativas de atendimento das prestações referidas no artigo 17, com exceção do crédito mútuo, não poderão ultrapassar o produto da taxa de 15% (quinze por cento) sobre os recursos previstos nos itens de I a IV deste artigo. ART. 55 - Os custos administrativos dos investimentos patrimoniais, bem como os das prestações de crédito mútuo ou de quaisquer outras que venham a ser criadas na FUNDAÇÃO, poderão ser cobertos por receitas específicas contabilizadas em rubricas próprias, mediante autorização do Conselho de Curadores. ART. 56 - As contribuições referidas no item III do artigo 54 serão recolhidas, aos cofres da FUNDAÇÃO, até o 10º (décimo) dia útil do mês seguinte àquele a que corresponderem. Parágrafo Único - As contribuições descontadas "ex officio" nas folhas de pagamento das patrocinadoras e demais consignações, incluídas as previstas nos itens I, IV e VI do artigo 54, serão recolhidas, aos cofres da FUNDAÇÃO, até o 1º (primeiro) dia útil do mês seguinte àquele a

que corresponderem. ART. 57 - Em caso de inobservância, por parte das patrocinadoras, do prazo estabelecido no artigo 56, pagarão elas à FUNDAÇÃO os juros 1/30% (um trinta avos por cento) por dia de atraso nos recolhimentos devidos, acrescidos da taxa de manutenção referida no artigo 63, pro rata dia. ART. 58 - As contribuições referidas no item II do artigo 54 serão diretamente recolhidas à FUNDAÇÃO pelo contribuinte-assistido no ato do pagamento da suplementação que lhe estiver sendo paga nos termos das letras "b" até "e" e na letra "g" do item II do artigo 17. ART. 59 - No caso de não ser descontada do salário do contribuinte-ativo a contribuição ou outras importâncias consignadas a favor da FUNDAÇÃO ficará o interessado obrigado a recolhê-la diretamente à FUNDAÇÃO no prazo estabelecido no artigo 56. ART. 60 - A obrigação de recolhimento direto de que trata o artigo 59 caberá também ao contribuinte-ativo que deixar de receber remuneração, em virtude de licença ou outra causa de caráter temporário, e obtiver a manutenção do salário-de-participação nos termos do § 5º do artigo 18. § 1º - Na hipótese de perda parcial da remuneração, o contribuinte-ativo só fará jus à remuneração do salário-de-participação, enquanto pagar a contribuição sobre o salário reduzido e recolher diretamente à FUNDAÇÃO a diferença entre essa contribuição e a que vinha pagando antes da redução, bem como a correspondente diferença de contribuição da patrocinadora. § 2º - Nos casos de perda total da remuneração, o contribuinte-ativo só fará jus à manutenção do salário-de-participação, enquanto recolher diretamente à FUNDAÇÃO a contribuição a que estiver sujeito na data em que deixou de perceber a remuneração bem como a correspondente contribuição da patrocinadora. § 3º - As importâncias diretamente recolhidas à FUNDAÇÃO por força do disposto nos parágrafos 1º e 2º deste artigo, serão atualizadas nas épocas e proporções em que forem concedidos reajustes gerais dos salários dos empregados da patrocinadora. ART. 61 - Não se verificando o recolhimento direto nos casos previstos neste Regulamento, ficará o inadimplente sujeito ao juro de 1% (um por cento) ao mês, além da taxa de manutenção, a que se refere o artigo 63. Parágrafo Único - O atraso por 3 (três) meses seguidos no pagamento de contribuições, mantidas nos termos do artigo 60, importará o cancelamento da manutenção do salário-de-participação do interessado, se, após notificado, não liquidar o débito em 30 (trinta) dias.

CAPÍTULO XIII - DA APLICAÇÃO DO PATRIMÔNIO - ART. 62 - A FUNDAÇÃO aplicará seu patrimônio, conforme diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, em planos que tenham em vista: I - rentabilidade compatível com os imperativos atuariais do plano de custeio; II - segurança dos investimentos; III - manutenção do poder aquisitivo dos capitais aplicados § 1º - O plano de aplicação do patrimônio, estruturado dentro das técnicas atuariais, integrará o plano de custeio. § 2º - Os bens imóveis da FUNDAÇÃO só poderão ser alienados ou gravados por proposta do seu Diretor Superintendente, aprovada pelo Conselho de Curadores e de acordo com o plano de aplicação do patrimônio. ART. 63 - Toda transação a prazo entre a FUNDAÇÃO e quaisquer pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado, participantes ou não, pela qual se torne a FUNDAÇÃO credora de pagamentos exigíveis em datas posteriores à da celebração do respectivo contrato, só poderá ser realizada com a garantia do recolhimento aos cofres da FUNDAÇÃO da taxa de manutenção para a cobertura dos serviços adicionais oriundos da transação e ainda para compensar a desvalorização da moeda. Parágrafo Único - As taxas de manutenção serão cobradas nas datas de assinatura dos contratos, se a curto prazo, ou parceladamente, nos vencimentos dos pagamentos creditados à FUNDAÇÃO pelos contratos a médio e a longo prazo, cabendo à análise atuarial determinar a forma de cobrança mais adequada a cada caso, assim como as fórmulas dimensionadoras do valor dessas taxas, em face da avaliação dos custos administrativos, depreciação monetária e demais parâmetros intervenientes na solvabilidade econômico-financeira da FUNDAÇÃO. ART. 64 - Serão nulos de pleno direito os atos que violarem os preceitos deste CAPÍTULO, sujeitos os autores às sanções estabelecidas em lei.

CAPÍTULO XIV - DO REGIME FINANCEIRO - ART. 65 - O exercício financeiro da FUNDAÇÃO coincidirá com o ano civil. ART. 66 - A Diretoria Executiva da FUNDAÇÃO apresentará ao Conselho de Curadores, até 20 (vinte) de outubro de cada ano, o orçamento para o ano seguinte, justificado com a indicação dos correspondentes planos de trabalho. ART. 67 - Dentro de 30 (trinta) dias após a apresentação, o Conselho de Curadores discutirá e aprovará o orçamento. ART. 68 - Para realização de planos cuja execução possa exceder um exercício, as despesas previstas serão aprovadas globalmente, consignando-se nos orçamentos seguintes as respectivas previsões. ART. 69 - Durante o exercício financeiro, por proposta da Diretoria Executiva da FUNDAÇÃO, poderão ser autorizados pelo Conselho de Curadores créditos adicionais, desde que os interesses da entidade o exijam e existam recursos disponíveis. ART. 70 - A FUNDAÇÃO deverá levantar balancetes ao final de cada mês. ART. 71 - Até 28 de fevereiro, o balanço geral, o relatório anual e os atos e contas da Diretoria Executiva, instruídos com os pareceres contábil e atuarial, elaborados por profissionais habilitados, serão submetidos à apreciação do Conselho de Curadores, que sobre eles deverá deliberar até o dia 31 de março. ART. 72 - A FUNDAÇÃO divulgará entre os participantes, até o dia 31 de maio, o balanço geral, a demonstração de resultados do exercício, bem como os pareceres contábil e atuarial referidos no artigo 71. ART. 73 - O balanço geral e os balancetes mensais consignarão: I - a reserva matemática de benefícios concedidos; II - a reserva matemática de benefícios a conceder; III - a reserva de contingência ou o déficit técnico; IV - fundos especiais e provisões previstas no artigo 40 da Lei 6.435/77. § 1º - Reserva matemática de benefícios concedidos é a diferença entre o valor atual dos encargos assumidos pela FUNDAÇÃO em relação aos participantes em gozo de rendas iniciadas de aposentadorias ou pensões complementares e o valor atual das contribuições que por eles, ou pelas patrocinadoras, venham a ser recolhidas aos cofres da FUNDAÇÃO para a sustentação dos referidos encargos de acordo com o plano de custeio vigente. § 2º - Reserva matemática de benefícios a conceder é a diferença entre o valor atual dos encargos a serem assumidos pela FUNDAÇÃO em relação aos contribuintes e respectivos beneficiários, que ainda não estejam em gozo de rendas iniciadas de aposentadorias ou pensões complementares, e o valor atual das contribuições que por eles, ou pelas patrocinadoras, venham a ser recolhidas aos cofres da FUNDAÇÃO para a sustentação dos referidos encargos, de acordo com o plano de custeio vigente. § 3º - Reserva de contingência é a diferença entre o total dos bens do ATIVO e o total das obrigações do PASSIVO, no caso de ser positiva essa diferença. § 4º - Déficit técnico é a diferença entre o total das obrigações do PASSIVO e o total dos bens do ATIVO, no caso de ser positiva essa diferença. § 5º - No caso de ser a diferença referida no § 3º superior aos 25% (vinte e cinco por cento) da soma dos valores das reservas referidas nos parágrafos 1º e 2º, a reserva de contingência será consignada com o valor equivalente ao daquele limite percentual, e o excesso, sob o título de Reserva de Reajuste de Benefícios, observado o disposto no parágrafo único do artigo 34 do Decreto nº 81.240, de 20 de janeiro de 1978.

CAPÍTULO XV - DOS ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS - ART. 74 - São responsáveis pela administração e fiscalização da FUNDAÇÃO: I - o Conselho de Curadores; II - a Diretoria Executiva; III - o Conselho Fiscal. § 1º - A inscrição como contribuinte da FUNDAÇÃO é condição essencial para o exercício de mandato de membro dos órgãos referidos nos itens I, II e III deste artigo, observados, ainda, o prazo de 6 anos de vinculação à FUNDAÇÃO. § 2º - Caberá à PATROCINADORA-INSTITUIDORA a nomeação ou a destituição dos membros dos órgãos referidos neste artigo, a qualquer tempo. § 3º - Os membros dos órgãos referidos nos itens I e II deste artigo não serão responsáveis pelas obrigações que contraírem em nome da FUNDAÇÃO, em virtude de ato regular de gestão, respondendo, porém, civil e penalmente, por violação da lei ou deste Regulamento. § 4º - Os Diretores e Conselheiros da FUNDAÇÃO não poderão com ela efetuar operações financeiras de qualquer natureza, direta ou indiretamente, excetuadas as que se enquadrem entre as prestações referidas no CAPÍTULO IV. § 5º - São vedadas relações comerciais entre a FUNDAÇÃO e os Diretores e Conselheiros da FUNDAÇÃO, como pessoa física ou com empresas privadas em que funcione qualquer Diretor ou Conselheiro da FUNDAÇÃO como Diretor, gerente, cotista, acionista majoritário, empregado ou procurador, não se aplicando estas disposições às relações comerciais entre a FUNDAÇÃO e suas patrocinadoras. § 6º - O exercício das funções de membros dos órgãos referidos neste artigo, observado o disposto no artigo 50 da Lei 6.435/77, não será remunerado pela FUNDAÇÃO a qualquer título, mas para todos os efeitos, considerado como serviço efetivo e relevante para as patrocinadoras. ART. 75 - O Conselho de Curadores é o órgão de deliberação e orientação superior da FUNDAÇÃO, cabendo-lhe precipuamente fixar os objetivos e políticas previdenciais, e sua ação se exercerá pelo estabelecimento de diretrizes fundamentais e normas gerais de organização, operação e administração. ART. 76 - O Conselho de Curadores compor-se-á de 9 (nove) membros efetivos, escolhidos da seguinte forma: I - 1 (um) membro, que será o seu Presidente, escolhido pela PATROCINADORA-INSTITUIDORA; II - 4 (quatro) membros escolhidos pela PATROCINADORA-INSTITUIDORA; III - 3 (três) membros indicados pelas demais patrocinadoras, observado o critério de rodízio entre empresas; IV - 1 (um) membro escolhido pela PATROCINADORA-INSTITUIDORA entre os contribuintes assistidos aposentados. § 1º - Os membros efetivos do Conselho de Curadores terão mandato de 3 (três) anos, respeitado o disposto no parágrafo 2º do artigo 74 e cada um terá um suplente com igual mandato, que o substituirá em seus impedimentos eventuais. § 2º - Perderá o mandato o membro do Conselho de Curadores que deixar de comparecer a 2 (duas) reuniões ordinárias consecutivas, sem motivo justificado, a critério do Conselho. § 3º - Embora findo o mandato, o membro do Conselho de Curadores permanecerá em pleno exercício do cargo até a posse do substituto. ART. 77 - O Conselho de Curadores se reunirá ordinariamente na última quinzena dos trimestres do ano civil e, extraordinariamente, quando convocado por seu Presidente, ou pela maioria dos seus membros. § 1º - As deliberações serão tomadas por maioria de votos fixado em 5 (cinco) o quorum mínimo para a realização das reuniões. § 2º - A convocação do suplente será feita pelo Presidente, no caso de impedimento ocasional ou temporário do membro efetivo, e pelo restante do prazo do mandato, no caso de vacância. § 3º - O Presidente do Conselho de Curadores terá também o voto de desempate. ART. 78 - A Diretoria Executiva é o órgão de administração geral da FUNDAÇÃO, cabendo-lhe precipuamente fazer executar as diretrizes fundamentais e cumprir as normas gerais baixadas pelo Conselho de Curadores, dentro dos objetivos por ele estabelecidos. ART. 79 - A Diretoria Executiva compor-se-á de 4 (quatro) membros: I - Diretor Superintendente; II - Diretor de Seguridade; III - Diretor Financeiro; IV - Diretor de Contabilidade e Controle. § 1º - Os membros da Diretoria Executiva terão mandato de 3 (três) anos, permitida a recondução. § 2º - Os Diretores da FUNDAÇÃO deverão apresentar declaração de bens ao assumir e ao deixar o cargo. § 3º - Os mandatos dos membros da Diretoria Executiva serão prorrogados, automaticamente, até a posse dos seus sucessores, a qual deverá ocorrer no prazo dos 120 (cento e vinte) dias subsequentes aos dos términos dos mandatos extintos. § 4º - O Diretor Superintendente representará a FUNDAÇÃO, ativa, passiva, judicial e extrajudicialmente, podendo nomear procuradores com poderes "ad judicia" e "ad negotia", prepostos ou delegados, mediante aprovação da Diretoria Executiva, especificados nos respectivos instrumentos os atos e as operações que poderão praticar. ART. 80 - A Diretoria Executiva não será lícito gravar de quaisquer ônus, hipotecar ou alienar bens patrimoniais imobilizados da FUNDAÇÃO, sem expressa autorização do Conselho de Curadores. Parágrafo Único - Em casos de urgência ou especiais, a Diretoria Executiva, devidamente autorizada pelo Presidente do Conselho de Curadores e "ad referendum" do mesmo, poderá realizar os atos previstos neste artigo. ART. 81 - A aprovação sem restrições do balanço e das contas da Diretoria Executiva, com parecer favorável do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes, exonerará os Diretores de responsabilidade, salvo os casos de erro, dolo, fraude ou simulação apurados pelo órgão fiscalizador referido no artigo 51 da Lei 6.435, de 15 de julho de 1977. ART. 82 - A Diretoria Executiva reunir-se-á mediante convocação do Diretor Superintendente, e suas deliberações serão tomadas por maioria de votos. Parágrafo Único - O Diretor Superintendente, além do voto pessoal, terá o de desempate. ART. 83 - O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização da FUNDAÇÃO, cabendo-lhe precipuamente zelar pela sua gestão econômico-financeira, reunindo-se, pelo menos, 4 (quatro) vezes ao ano. ART. 84 - O Conselho Fiscal compor-se-á de 3 (três) membros efetivos, devendo, pelo menos um, ser escolhido entre os contribuintes da FUNDAÇÃO. § 1º - Os membros efetivos do Conselho Fiscal terão o mandato de 1 (um) ano, permitida a recondução. § 2º - Cada membro efetivo terá um suplente com igual mandato, que o substituirá nos casos de vacância, renúncia, impedimento ou ausência. § 3º - Perderá o mandato o membro efetivo do Conselho Fiscal que deixar de comparecer a 2 (duas) reuniões ordinárias consecutivas, sem motivo justificado, a critério do mesmo Conselho. § 4º - Os mandatos dos membros do Conselho Fiscal serão prorrogados automaticamente até a posse dos seus sucessores, a qual deverá ocorrer no prazo dos 120 (cento e vinte) dias subsequentes aos términos dos mandatos extintos. § 5º - O Conselho Fiscal reunir-se-á mediante convocação da PATROCI-

NADORA-INSTITUIDORA, da FUNDAÇÃO ou da maioria dos seus membros, e suas deliberações serão tomadas por maioria de votos. ART. 85 - Os Diretores, os membros do Conselho de Curadores e os do Conselho Fiscal responderão solidariamente com a FUNDAÇÃO pelos prejuízos causados a terceiros em consequência do descumprimento de leis, normas e instruções referentes às operações previstas na Lei 6.435, de 15 de julho de 1977 e, em especial, pela falta de constituição das reservas obrigatórias.

CAPÍTULO XVI - DA COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS - SEÇÃO I - DA COMPETÊNCIA DO CONSELHO DE CURADORES - ART. 86 - Compete ao Conselho de Curadores deliberar sobre as seguintes matérias: I - reforma do Estatuto; II - orçamento e suas eventuais alterações; III - planos de custeio e de aplicação do patrimônio; IV - novas prestações e programas previdenciais; V - relatório anual e prestação de contas do exercício, após a devida apreciação do Conselho Fiscal; VI - admissão de novas patrocinadoras; VII - alienação de bens imóveis, constituição de ônus ou direitos reais sobre eles e operações financeiras não previstas neste Regulamento; VIII - aceitação de doações com ou sem encargos; IX - normas básicas sobre administração de pessoal; X - planos e programas, anuais e plurianuais, normas e critérios gerais e outros atos julgados necessários à administração da FUNDAÇÃO; XI - Extinção da FUNDAÇÃO e destinação do seu patrimônio, observado o disposto no parágrafo único do artigo 4º.. ART. 87 - Compete, ainda, ao Conselho de Curadores: I - julgar em instância superior os recursos interpostos dos atos da Diretoria Executiva ou dos Diretores, sobre matéria administrativa; II - reformar este Regulamento por proposta da Diretoria Executiva ou de pelo menos 2/3 (dois terços) de seus membros; III - deliberar sobre os casos omissos no Estatuto e neste Regulamento. ART. 88 - A iniciativa das proposições ao Conselho de Curadores será do Diretor Superintendente, da Diretoria Executiva ou dos membros do Conselho de Curadores. Parágrafo Único - As proposições de iniciativa dos membros do Conselho de Curadores, antes de constituírem objeto de deliberação, serão instruídas pela Diretoria Executiva. ART. 89 - O Conselho de Curadores poderá determinar a realização de inspeções, auditorias ou tomadas de contas, sendo-lhe facultado confiá-las a peritos estranhos à FUNDAÇÃO. SEÇÃO II - DA COMPETÊNCIA DA DIRETORIA ART. 90 - Compete à Diretoria Executiva apresentar ao Conselho de Curadores: I - o orçamento anual e suas eventuais alterações; II - o balanço e o relatório anual das atividades; III - os planos de custeio e de aplicação do patrimônio; IV - propostas sobre a aceitação de doações, a alienação de imóveis e a constituição de ônus ou direitos reais sobre eles; V - propostas de criação de novas prestações e programas previdenciais; VI - propostas sobre a admissão de novas patrocinadoras; VII - propostas sobre abertura de créditos adicionais, desde que haja recursos disponíveis; VIII - propostas sobre reforma do Estatuto e deste Regulamento. ART. 91 - Compete, ainda, à Diretoria Executiva: I - aprovar os quadros e a lotação do pessoal da FUNDAÇÃO, bem como o respectivo plano salarial; II - aprovar o manual dos direitos e deveres do pessoal; III - aprovar a designação dos chefes dos órgãos técnicos e administrativos da FUNDAÇÃO, assim como de seus agentes e representantes; IV - aprovar a criação, transformação ou extinção de órgãos locais; V - aprovar a celebração de contratos, acordos e convênios que não importem na constituição de ônus reais sobre bens da FUNDAÇÃO; VI - autorizar a aplicação de disponibilidades eventuais, respeitadas as condições regulamentares pertinentes, VII - autorizar alterações orçamentárias de acordo com as diretrizes fixadas pelo Conselho de Curadores; VIII - orientar e acompanhar a execução das atividades técnicas e administrativas baixando os atos necessários; IX - aprovar a aquisição de bens imóveis, desde que prevista no plano de aplicação do patrimônio; X - aprovar o plano de contas da FUNDAÇÃO e suas alterações. SEÇÃO III - DA COMPETÊNCIA DO DIRETOR SUPERINTENDENTE - ART. 92 - Cabem ao Diretor Superintendente a direção e a coordenação dos trabalhos da Diretoria Executiva, bem como o planejamento e a responsabilidade pela execução das atividades relacionadas com a administração de pessoal, material, comunicação e serviços gerais. ART. 93 - Compete ao Diretor Superintendente, observadas as disposições legais e estatutárias e as diretrizes e normas baixadas pelo Conselho de Curadores e pela Diretoria Executiva: I - representar a FUNDAÇÃO, ativa, passiva, judicial e extrajudicialmente, podendo nomear procuradores, prepostos ou delegado, mediante aprovação da Diretoria Executiva, especificados nos respectivos instrumentos os atos e as operações que poderão praticar; II - representar a FUNDAÇÃO em convênios, contratos, acordos e demais documentos, firmando-os em nome dela, e movimentar, juntamente com outro Diretor, os dinheiros da FUNDAÇÃO, podendo tais faculdades ser outorgadas por mandato, mediante aprovação da Diretoria Executiva, a outros Diretores, a procuradores ou empregados da FUNDAÇÃO. III - convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva e, extraordinariamente, convocar o Conselho de Curadores; IV - admitir, promover, transferir, licenciar, requisitar, punir e dispensar empregados, contratar prestação de serviços, dentro das normas aprovadas, sendo-lhe facultada a outorga de tais poderes a Diretores e titulares de órgãos da FUNDAÇÃO V - designar, dentre os Diretores da FUNDAÇÃO, seu substituto eventual; VI - propor à Diretoria Executiva a designação dos chefes dos órgãos técnicos e administrativos da FUNDAÇÃO, assim como dos seus agentes e representantes; VII - fiscalizar e supervisionar a administração da FUNDAÇÃO na execução das atividades estatutárias e das medidas tomadas pelo Conselho de Curadores e pela Diretoria Executiva; VIII - fornecer às autoridades competentes as informações sobre os assuntos da FUNDAÇÃO que lhe forem solicitadas; IX - fornecer ao Conselho de Curadores e ao Conselho Fiscal os elementos que lhe forem solicitados, pertinentes ao exercício regular de seus encargos, e os meios necessários ao desempenho de suas atribuições; X - ordenar, quando julgar conveniente, exames e verificação do cumprimento dos atos normativos ou programas de atividades por parte dos órgãos administrativos ou técnicos; XI - comparecer, sem direito a voto, às reuniões do Conselho de Curadores; XII - promover o registro e o controle dos cargos e funções pertencentes ao quadro de pessoal, bem como dos respectivos ocupantes e suas lotações; XIII - fazer cumprir as normas estabelecidas no manual dos direitos e deveres do pessoal; XIV - promover a organização das folhas de pagamento dos empregados; XV - promover a lavratura e publicação dos atos relativos ao pessoal; XVI - promover a apuração da produtividade dos empregados; XVII - elaborar e fazer cumprir os planos de compras e de estoques de materiais da FUNDAÇÃO; XVIII - elaborar e fazer cumprir o plano de levantamento de estatística e consumo; XIX - promover o bom funcionamento das atividades de expediente, protocolo, arquivo, portaria, zeladoria e transportes. § 1º - Compete, ainda, ao Diretor Superintendente propor à Diretoria Executiva: I - os planos de organização e funcionamento da FUNDAÇÃO e suas eventuais alterações; II - os quadros e a lotação do pessoal, bem como suas alterações; III - o plano salarial do pessoal; IV - o manual de direitos e deveres do pessoal. § 2º - As atribuições previstas nos itens XII a XIX deste artigo e no seu § 1º poderão ser delegadas a um dos Diretores da FUNDAÇÃO. SEÇÃO IV - DA COMPETÊNCIA DO DIRETOR DE SEGURIDADE - ART. 94 - Cabem ao Diretor de Seguridade o planejamento e a responsabilidade pela execução das atividades da FUNDAÇÃO nos setores previdencial e assitencial. ART. 95 - Compete ao Diretor de Seguridade propor à Diretoria Executiva: I - normas regulamentares do processo de inscrição dos contribuintes e beneficiários, consoante o disposto nos CAPÍTULOS II e III deste Regulamento; II - normas regulamentadoras do processo de cálculo e concessão das prestações referidas no CAPÍTULO IV deste Regulamento, excetuado o crédito mútuo; III - normas regulamentadoras do pagamento da reserva de poupança, referida no artigo 112; IV - planos de ampliação do programa previdencial e assistencial da FUNDAÇÃO; V - planos de pecúlio e outros programas referidos no parágrafo único do artigo 17; VI - planos para a prestação de serviços assistenciais e pagamentos de suplementações, através de convênios com as patrocinadoras conforme o previsto no artigo 124. ART. 96 - Compete, ainda, ao Diretor de Seguridade: I - aprovar a inscrição de contribuintes e beneficiários e promover a organização e a atualização dos respectivos cadastros; II - promover o controle de autenticidade das condições de inscrição e concessão de prestações; III - divulgar informações referentes ao plano de seguridade e respectivo desenvolvimento; IV - promover o bem-estar social da população contribuinte e beneficiária; V - providenciar as medidas que lhe forem solicitadas pela Diretoria Executiva, pertinentes aos objetivos primordiais da FUNDAÇÃO, referidos nos itens I e II do artigo 1º.. - SEÇÃO V - DA COMPETÊNCIA DO DIRETOR FINANCEIRO - ART. 97 - Cabem ao Diretor Financeiro o planejamento e a responsabilidade pela execução das atividades financeiras da FUNDAÇÃO. ART. 98 - Compete ao Diretor Financeiro propor à Diretoria Executiva: I - os planos de custeio e de aplicação financeira; II - os planos de operações atuariais e financeiras; III - as normas de concessão do crédito mútuo. ART. 99 - Compete, ainda, ao Diretor Financeiro: I - promover o funcionamento das carteiras de empréstimos; II - promover o funcionamento dos sistemas de investimentos, de acordo com o plano de aplicação do patrimônio; III - promover as investigações econométricas indispensáveis à elaboração dos planos de custeio e de aplicação do patrimônio; IV - divulgar informações referentes à evolução financeira da FUNDAÇÃO; V - providenciar as medidas que lhe forem solicitadas pela Diretoria Executiva, pertinentes à aplicação do patrimônio da FUNDAÇÃO. - SEÇÃO VI - DA COMPETÊNCIA DO DIRETOR DE CONTABILIDADE E CONTROLE - ART. 100 - Cabem ao Diretor de Contabilidade e Controle o planejamento e a responsabilidade pela execução das atividades contábeis e patrimoniais da FUNDAÇÃO. ART. 101 - Compete ao Diretor de Contabilidade e Controle propor à Diretoria Executiva: I - o plano de contas da FUNDAÇÃO e suas alterações; II - o orçamento anual e suas eventuais alterações; III - os balanços, balancetes e demais elementos contábeis; IV - os planos de controle de todas as atividades da FUNDAÇÃO. ART. 102 - Compete, ainda, ao Diretor de Contabilidade e Controle: I - organizar e manter atualizados os registros e a escrituração contábil da FUNDAÇÃO; II - promover a execução e controle orçamentário; III - zelar pelos valores patrimoniais da FUNDAÇÃO; IV - divulgar informações referentes à evolução econômica e patrimonial da FUNDAÇÃO; V - providenciar as medidas que lhe forem solicitadas pela Diretoria Executiva, pertinentes à formação, conservação, mutação e produtividade do patrimônio da FUNDAÇÃO. - SEÇÃO VII - DA COMPETÊNCIA DO CONSELHO FISCAL - ART. 103 - Compete ao Conselho Fiscal: I - examinar e aprovar os balancetes da FUNDAÇÃO; II - emitir parecer sobre o balanço anual da FUNDAÇÃO, bem como sobre as contas e os demais aspectos econômico-financeiros dos atos da Diretoria Executiva; III - examinar, a qualquer época, os livros e documentos da FUNDAÇÃO; IV - lavrar em livro de atas e pareceres os resultados dos exames procedidos; V - apresentar, ao Conselho de Curadores pareceres sobre os negócios e as operações sociais do exercício, tomadas por base o balanço, o inventário e as contas da Diretoria Executiva; VI - acusar as irregularidades verificadas, sugerindo medidas saneadoras. Parágrafo Único - O Conselho Fiscal poderá requerer ao Conselho de Curadores, mediante justificativa escrita, o assessoramento de perito contador ou de firma especializada de sua confiança, sem prejuízo das auditorias externas, de caráter obrigatório.

CAPÍTULO XVII - DO PESSOAL - ART. 104 - Os empregados da FUNDAÇÃO estarão sujeitos à legislação trabalhista, com tabelas de remuneração aprovadas pela Diretoria Executiva. ART. 105 - Os direitos, deveres e regime de trabalho dos empregados da FUNDAÇÃO serão objeto de regulamento próprio. ART. 106 - A admissão de empregados na FUNDAÇÃO far-se-á através de processo seletivo, inspirado em sistema de mérito, a ser estabelecido em ato regulamentar. Parágrafo Único - Poderá a FUNDAÇÃO contratar serviços especializados com pessoas físicas ou jurídicas.

CAPÍTULO XVIII - DAS ALTERAÇÕES DO REGULAMENTO - ART. 107 - Este Regulamento só poderá ser alterado por deliberação da maioria absoluta dos membros do Conselho de Curadores e da Diretoria Executiva, em reunião conjunta, sujeita à homologação da PATROCINADORA-INSTITUIDORA e autorização do MPAS. ART. 108 - As alterações deste Regulamento não poderão: I - Contrariar os objetivos referidos no artigo 1º.; II - Reduzir benefícios já iniciados; III - Prejudicar direitos de qualquer natureza, adquiridos pelos contibuintes-assistidos e beneficiários; IV - Modificar as condições previstas nos artigos 17 a 41, para os contribuintes-ativos na data da referida alteração, a não ser para aumentar os benefícios de suplementação e pecúlio por morte, reduzir os prazos de carência ou o mínimo etário. Parágrafo Único - O disposto no item anterior não se aplica aos contribuintes inscritos na FUNDAÇÃO após a data da alteração referida.

CAPÍTULO XIX - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS - ART. 109 - Caberá interposição de recursos dentro de 30 (trinta) dias, contados da ciência oficial, com efeito suspensivo sempre que houver risco imediato de consequências graves para a FUNDAÇÃO, ou para o recorrente: I - para o Diretor Superintendente da FUNDAÇÃO, dos atos dos prepostos ou empregados; II - para o Conselho de Curadores, dos atos da Diretoria Executiva ou dos Diretores da FUNDAÇÃO.

CAPÍTULO XX - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS - ART. 110 - O direito às suplementações não prescreverá, mas prescreverão as mensalidades respectivas não reclamadas no prazo de 5 (cinco) anos, contados da data em que forem devidas. Parágrafo Único - Não correm prescrições con-

tra menores, incapazes e ausentes na forma da lei. ART. 111 - Sem prejuízo da apresentação de documentos hábeis, comprobatórios das condições exigidas para a continuidade das prestações, a FUNDAÇÃO manterá serviços de inspeção, destinados a investigar a preservação de tais condições. ART. 112 - Ressalvados os casos de morte, detenção ou reclusão, o contribuinte-ativo que tiver sua inscrição cancelada após a rescisão do vínculo empregatício com a patrocinadora fará jus à reserva de poupança, que lhe será paga no máximo em 6 (seis) parcelas mensais, na forma dos parágrafos 1º e 2º deste artigo. § 1º - O valor da reserva de poupança equivalerá à soma das importâncias recolhidas pelo contribuinte-ativo aos cofres da FUNDAÇÃO, a título de jóia ou de contribuições mensais mencionadas no plano de custeio, com as respectivas correções monetárias avaliadas de acordo com a variação mensal do valor atualizado das Obrigações do Tesouro Nacional entre as datas dos respectivos recolhimentos e a data da rescisão do vínculo funcional entre o contribuinte-ativo e a patrocinadora, apurada a correção monetária trimestralmente na forma das instruções baixadas pela Diretoria Executiva. § 2º - Não serão computados no cálculo da reserva de poupança as contribuições pagas pelo contribuinte-ativo em substituição às da patrocinadora, nos casos de manutenção salarial previstas neste Regulamento Básico. § 3º - Será suspenso o pagamento das parcelas não vencidas da reserva de poupança a partir do momento em que como contribuinte-ativo vier a se vincular novamente a qualquer patrocinadora da FUNDAÇÃO. § 4º - Quando o cancelamento da inscrição se der sem a cessação do contrato de trabalho, o contribuinte perderá, de imediato, o direito à restituição da reserva de poupança. § 5º - O direito à restituição da reserva de poupança prescreverá em 5 (cinco) anos após o cancelamento da inscrição. ART. 113 - É vedada a inscrição na FUNDAÇÃO de empregados de patrocinadoras que tenham iniciado a contribuição para o INPS com 60 (sessenta) ou mais anos de idade. Parágrafo Único - Não se aplica o disposto neste artigo para aqueles que se tenham inscrito na FUNDAÇÃO durante o ano de 1978, calculando-se para estes as suplementações estatutárias, na forma estabecida no § 2º do artigo 131. ART. 114 - Os contribuintes que não requererem as suplementações no prazo dos 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias subsequentes ao término do mês em que tiverem direito à aposentadoria pelo INPS e as suplementações se tornarem possíveis nos termos do CAPÍTULO V, farão jus à suplementação devida calculada na forma dos parágrafos 1º e 2º. § 1º - Após os mencionados 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias as suplementações devidas e previstas no artigo 17 serão calculadas como se tivessem sido requeridas ao término do citado prazo, não se aplicando os reajustes das alíneas "a" e "b" deste parágrafo, relativos ao período em que o contribuinte ainda se mantiver em atividade: a) acréscimos salariais de qualquer natureza havidos na patrocinadora; b) reajustes concedidos pelo INPS no período entre o vencimento do prazo previsto neste artigo e a data em que a suplementação devida for requerida. § 2º - As contribuições pertinentes aos contribuintes de que trata este artigo cessarão enquanto se mantiverem em atividade nas patrocinadoras a que estiverem vinculados, sem prejuízo das prestações previstas no artigo 17, calculadas as suplementações na forma do § 1º deste artigo. § 3º - Os contribuintes de que trata este artigo quando vierem a adquirir a condição de assistido passarão a contribuir com uma contribuição calculada sobre o valor hipotético dos proventos como se tivessem requerido a suplementação ao término do prazo dos mencionados 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias. contribuição essa que passará a ser reajustada na forma deste Regulamento. § 4º - É facultado ao contribuinte ativo optar antes do término do prazo de que trata este artigo por assumir a parte relativa à contribuição da Patrocinadora nos termos deste Regulamento. hipótese em que para este contribuinte ficarão suspensos os efeitos dos parágrafos anteriores. ART. 115 - As prestações asseguradas por força deste Regulamento. serão reajustadas nas épocas e proporções em que forem reajustados os valores dos benefícios concedidos pelo INPS. § 1º - Sem prejuízo dos reajustes mencionados neste artigo. as prestações asseguradas por força deste Regulamento terão um reajuste inicial ao término do mês de concessão. sempre que a suplementação inicial da FUNDAÇÃO somada ao benefício de previdência social no mesmo mês. for inferior ao último salário na atividade. § 2º - O disposto no parágrafo anterior não se aplica nos casos em que a suplementação de pensão for calculada com base em aposentadoria supletiva efetivamente concedida. nem aqueles em que a suplementação de aposentadoria resultar de conversão do outro benefício já garantido pela FUNDAÇÃO. § 3º - O reajuste referido no parágrafo 1º será calculado aplicando-se à suplementação o "fator de reajuste inicial (FRI)" obtido pela fórmula.

$$FRI = \max \left\{ 1, -\frac{1,483163\ k^2}{1 + k} \right\} - 1,$$

sendo:

$$k = \frac{1}{2R - 1}$$

R. a razão entre a média aritmética dos 12 (doze) últimos salários-de-participação e a dos 6 (seis) últimos. excluindo-se do cômputo dessas médias as parcelas relativas ao 13º salário e quaisquer outras que não sejam pagas com periodicidade mensal. § 4º - O valor reajustado da suplementação pela aplicação do FRI. adicionado ao valor do benefício concedido pelo INPS. não poderá exceder o valor do salário que teria em atividade. ART. 116 - Para os efeitos deste Regulamento. no caso de contribuinte mencionado no § 1º do artigo 14. o período de manutenção da inscrição será computado como tempo de vinculação funcional à patrocinadora. ART. 117 - Nos casos de participantes que venham requerer a suplementação em época diferente da de concessão do benefício da previdência oficial ou dos que. a qualquer momento. no curso dos últimos 36 (trinta e seis) meses. que antecedem a data de direito à suplementação. tenham mantido o salário-de-participação. nos termos do § 1º do artigo 14 deste Regulamento. a referência a quaisquer aposentadorias. pensões. auxílio-doença e auxílio-reclusão concedidos pela previdência oficial será entendida como se fossem tais benefícios calculados de acordo com as condições estabelecidas no parágrafo primeiro deste artigo. § 1º - O valor hipotético dos benefícios supracitados será calculado segundo a sistemática utilizada pela previdência oficial. considerando-se. porém. como valores dos salários-de-contribuição. importâncias iguais aos salários-de-participação do interessado nos meses correspondentes. observados os limites estabelecidos pela legislação previdencial. para aqueles valores. § 2º - Nos casos de concessão, pelo INPS de benefícios em espécies diferentes daquelas previstas nos incisos II e III do artigo 17 deste Regulamento, a referência a qualquer suplementação será entendida como aquela a que o participante primeiro preencher os requisitos exigidos no CAPÍTULO V. Seções II, III e IV deste Regulamento. § 3º - Aos contribuintes que não fizerem jus a concessão de aposentadoria ou auxílio-doença pelo INPS e que se encontrarem a juízo da FUNDAÇÃO, incapacitados para o exercício da profissão, serão concedidas as suplementações de aposentadoria por invalidez ou auxílio-doença calculadas hipoteticamente no pressuposto da concessão dos correspondentes benefícios básicos pela previdência oficial. ART. 118 - As importâncias não recebidas em vida pelo contribuinte assistido, relativas às prestações vencidas e não prescritas, serão pagas aos beneficiários inscritos ou habilitados à suplementação de pensão, qualquer que seja o seu valor e na proporção das respectivas cotas, revertendo essas importâncias à FUNDAÇÃO, no caso de não haver beneficiários. ART. 119 - Mediante acordo com o instituto de previdência oficial poderá a FUNDAÇÃO, encarregar-se do pagamento dos benefícios previdenciais, concedidos aos seus contribuintes-assistidos e beneficiários. ART. 120 - A FUNDAÇÃO poderá assumir progressivamente os encargos dos planos assistenciais diretamente executados pelas patrocinadoras em favor de seus empregados e respectivos beneficiários. Parágrafo Único - O custeio dos planos assistenciais referidos neste artigo, será proporcionado pelas patrocinadoras mediante convênios especialmente firmados para tal fim, em que sejam previstas a fixação de atualização das receitas necessárias de acordo com as avaliações atuariais. ART. 121 - Ao contribuinte-assistido, optante do regime da Lei 5.107, de 13 de setembro de 1966, que tenha rescindindo o vínculo empregatício com a patrocinadora, pela entrada em aposentadoria, será facultado recolher aos cofres da FUNDAÇÃO, total ou parcialmente o saldo de sua conta do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) liberado na época do afastamento da atividade, caso em que o mencionado recolhimento será convertido em acréscimo da suplementação da aposentadoria do interesssado, a ele ficando incorporado para todos os efeitos deste Regulamento Básico. Parágrafo Único - O acréscimo da suplementação referido neste artigo será calculado atuarialmente em face das condições biométricas e salariais do interessado e seus beneficiários. ART. 122 - Os atuais empregados das patrocinadoras que requererem a inscrição no regime da FUNDAÇÃO estarão optando automaticamente, no mesmo ato, pelos benefícios e serviços previstos neste Regulamento e renunciando a todos os benefícios e serviços similares que lhes tenham sido anteriormente assegurados por força de regimentos ou quaisquer outros atos das patrocinadoras. ART. 123 - Em caso de extinção, as caixas beneficientes e entidades similares das empresas, que prestam benefícios previstos no item I do artigo 1º deste Regulamento, poderão transferir para FUNDAÇÃO o acervo e obrigações dos órgãos extintos. ART. 124 - A FUNDAÇÃO poderá administrar e supervisionar, através de convênios com as patrocinadoras, o pagamento de suplementações previdenciais que vem sendo por elas proporcionados aos seus empregados, desde que não prejudique a economia da FUNDAÇÃO e que seja custeado pelas patrocinadoras convenentes e contabilizado em separado. ART. 125 - A FUNDAÇÃO, a qualquer tempo e sempre que for julgado conveniente pela maioria absoluta dos membros do Conselho de Curadores e da Diretoria Executiva, em reunião conjunta, sujeita à homologação da PATROCINADORA-INSTITUIDORA e aprovação do Ministério da Previdência e Assistência Social. poderá incorporar outras FUNDAÇÕES de empresas do Sistema TELEBRAS. respeitados todos os direitos e vantagens assegurados pelos respectivos Estatutos e na forma a ser estabelecida em convênio de adesão específico. ART. 126 - Por ocasião de incorporação de uma empresa por uma patrocinadora. o Conselho de Curadores. após a realização dos respectivos estudos atuariais, fixará a dotação a ser recolhida pela patrocinadora incorporadora aos cofres da FUNDAÇÃO. assegurando sua estabilidade para compensar a elevação do risco médio adveniente das novas inscrições. ART. 127 - O contribuinte da FUNDAÇÃO que for eleito Diretor ou por interesse do Setor de Telecomunicações firmar contrato de trabalho com outra empresa do Sistema TELEBRAS que ainda não seja patrocinadora. rescindindo o vínculo anterior com uma das patrocinadoras. poderá continuar na qualidade de contribuinte da FUNDAÇÃO. sem as restrições previstas no § 1º do artigo 14 desde que a outra empresa assuma os encargos de patrocinadora em relação ao contribuinte. Parágrafo Único - Para o efeito previsto neste artigo. o contribuinte deverá requerer a manutenção da inscrição na FUNDAÇÃO. no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da data de sua investidura ou da rescisão de contrato de trabalho com a primeira empresa. comprovando a aquiescência da empresa a que se vincular.

CAPÍTULO XXI - DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS - ART. 128 - As restrições previstas neste Regulamento. quanto a valor. limites etários. prazos de carência ou quaisquer outras condições ou características do plano de benefícios. que possam prejudicar os contribuintes inscritos em data anterior à vigência da Lei 6.435. de 15 de julho de 1977. serão aplicados de acordo com os critérios de exceção. exclusão ou de proporcionalidade fixados na legislação pertinente. ART. 129 - Em decorrência da reavaliação atuarial de março de 1988 são fixadas as seguintes taxas de contribuição mensal de contribuintes e patrocinadoras. I - os contribuintes-ativos recolherão à FUNDAÇÃO uma importância mensal equivalente ao produto da aplicação das taxas de participação relacionadas na tabela a seguir:

IDADE DO CONTRIBUINTE NA DATA DE INSCRIÇÃO	SOBRE O SALARIO-DE-PARTICIPAÇÃO %	SOBRE O EXCESSO DO SALARIO - DE - PARTICIPAÇÃO	
		EM RELAÇÃO A METADE DO VALOR - TETO DO SALARIO DE BENEFICIO DO INPS %	EM RELAÇÃO AO VALOR TETO DO SALARIO -DE - BENEFICIO DO INPS %
18	0.5000	1.0	3.25
19	0.5333	1.0	3.25
20	0.5667	1.0	3.25
21	0.6000	1.0	3.25
22	0.6333	1.0	3.25
23	0.6667	1.0	3.25
24	0.7000	1.0	3.25
25	0.7333	1.0	3.25
26	0.7667	1.0	3.25
27	0.8000	1.0	3.25

IDADE DO CONTRIBUINTE NA DATA DE INSCRIÇÃO	SOBRE O SALÁRIO-DE-PARTICIPAÇÃO %	SOBRE O EXCESSO DO SALÁRIO - DE - PARTICIPAÇÃO EM RELAÇÃO À METADE DO VALOR - TETO DO SALÁRIO DE BENEFÍCIO DO INPS %	SOBRE O EXCESSO DO SALÁRIO - DE - PARTICIPAÇÃO EM RELAÇÃO AO VALOR TETO DO SALÁRIO -DE - BENEFÍCIO DO INPS %
28	0.8333	1.0	3.25
29	0.8667	1.0	3.25
30	0.9000	1.0	3.25
31	0.9333	1.0	3.25
32	0.9667	1.0	3.25
33	1.0000	1.0	3.25
34	1.0333	1.0	3.25
35	1.0667	1.0	3.25
36	1.1000	1.0	3.25
37	1.1333	1.0	3.25
38	1.1667	1.0	3.25
39	1.2000	1.0	3.25
40	1.2333	1.0	3.25
41	1.2667	1.0	3.25
42	1.3000	1.0	3.25
43	1.3333	1.0	3.25
44	1.3667	1.0	3.25
45	1.4000	1.0	3.25
46	1.4333	1.0	3.25
47	1.4667	1.0	3.25
48 e mais	1.5000	1.0	3.25

II - os contribuinte-assistidos recolherão à FUNDAÇÃO uma contribuição mensal calculada na forma do disposto no item II do artigo 54 e seu § 1º. III - as patrocinadoras recolherão uma importância mensal equivalente ao produto da taxa de 14.815% (quatorze inteiros. oitocentos e quinze milésimos por cento) sobre a folha mensal dos salários-de-participação de todos os seus empregados. ART. 130 - Até o dia 8 de novembro de 1979. inclusive. a FUNDAÇÃO não concederá suplementação de aposentadoria a contribuintes válidos. a menos que sejam recolhidos a seus cofres os respectivos fundos a serem atuarialmente determinados para cada caso. ART. 131 - Os atuais empregados das patrocinadoras que se tenham aposentado pelo INPS em data anterior a 31 de maio de 1975 e que naquela data prestavam serviços efetivos às patrocinadoras, e não percebam qualquer outra suplementação previdencial. poderão inscrever-se como contribuinte-ativo da FUNDAÇÃO. § 1º - O salário-de-participação do admitido na forma deste artigo. será igual à soma das parcelas de sua remuneração.que seriam objeto de desconto para o INPS. se não existisse limite de contribuição previdencial. obedecido o teto de 3(três) vezes o maior salário-de-contribuição ao INPS. § 2º - Para os contribuintes referidos neste artigo. as suplementações estatutárias serão concedidas preenchidos os requisitos deste Regulamento. após o afastamento da atividade, conforme o caso e corresponderão a diferença entre o salário-real-de-benefício. a que se refere o § 1º do artigo 18 deste Regulamento. e o valor hipotético da aposentadoria pelo INPS. mais benéfica para fins de maior nível de suplementação pela FUNDAÇÃO. ART. 132 - A restrição do artigo 10 não se aplica aos empregados das Patrocinadoras que se encontravam em auxílio-doença no período de 09/11/77 até 31/01/78. aos quais será assegurado o direito de se inscrever na FUNDAÇÃO sem o pagamento da jóia mencionada no artigo 54. e de ter a carência de 5 (cinco) anos de vinculação a empresas do Sistema TELEBRAS. para fazer jus à suplementação de aposentadoria por tempo de serviço ou velhice. desde que a requeiram no prazo de 20 (vinte) dias após a respectiva alta e sejam julgados aptos em inspeção de saúde. ART. 133 - A TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S/A - TELEBRAS e as demais empresas patrocinadoras. facilitarão meios. condições materiais e pessoal para a implantação da FUNDAÇÃO. até 31 de março de 1978. ART. 134 - Este Regulamento. que foi revisto de acordo com o artigo 81 da Lei 6.435. de 15 de julho de 1977 e substituirá o regulamento em vigor. a partir da sua publicação.

TERMO PADRAO

DER DF

01 CONTRATO Nº 009/88 DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

CONTRATANTES

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL - DER - DF

02 LUDIPLÁS ENGENHARIA, COMÉRCIO E IMPERMEABILIZAÇÕES LTDA.

03 PROCESSO	04 DATA ASSINATURA	05 PRAZO DA OBRA	06 VALOR Cz$
113000588/88	11.07.88	30 DIAS	2.472.184,00

07 OBJETO E CONDIÇÕES ESPECIAIS

1. Os serviços a serem executados consistem de impermeabilização de calhas e furos da cobertura do Edifício Sede do DER-DF e da caixa d'água de abastecimento do Parque Rodoviário, sob o regime de empreitada por preço global.
2. Responsável Técnico: Engº OSVALDO DE OLIVEIRA SILVA.
3. Fica designado executor do presente Contrato a Divisão de Estudos e Projetos do DER-DF.

08 VALOR POR EXTENSO (Dois milhões, quatrocentos e setenta e dois mil, cento e oitenta e quatro cruzados). 09 VISTO PARA PUBLICAÇÃO

DADOS SOBRE A DESPESA

10 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: DER-DF

11 PROJETO / ATIVIDADE: DER - 2.049 - Reparos e Conservação de Imóveis.

12 ELEMENTO DE DESPESA: 3.1.3.2 - 50 | 13 FONTE DE RECURSOS: FT - 004

NOTA DE EMPENHO

14 NÚMERO	15 VALOR Cz$	18 MODALIDADE DE LICITAÇÃO
420/88	2.472.184,00	CONVITE Nº 040/88

16	17	19 CAUÇÃO INICIAL	20 REFORÇO DE CAUÇÃO
		GUIA Nº 064/88 Cz$ 123.609,20	

ASSINATURA DOS REPRESENTANTES DOS CONTRATANTES

21 PELO DER-DF

Engº JOSÉ MASCARENHAS FILHO
Diretor Geral do DER-DF

22 PELA EMPREITEIRA

DINO GIACOMETTI

TESTEMUNHAS

23 Maria dos Reis C. Pereira 24 Aparecida [illegible] Lima

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS E DEFICIENTES DA CANDANGOLÂNDIA E NÚCLEO BANDEIRANTE — DISTRITO FEDERAL (APAEDC)

EXTRATO DO ESTATUTO

Uma sociedade civil, sem fins lucrativos com sede na Candangolândia e Núcleo Bandeirante, com tempo indeterminado e Estatuto APROVADO em assembléia geral e ordinária. Compete à Presidente representá-la em juízo ou fora dela, compete à assembléia geral reformar o Estatuto. Caso venha a dissolução desta, será doado seus bens a outra instituição com registro na Fundação do Serviço Social.

(DAR — Cz$2.256,00)

EDITAIS, AVISOS E DECLARAÇÕES

SERPRO

SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Tomada de Preços

NÚMERO: 057/88

OBJETO: Aquisição de distintivo comemorativo 10/20 anos.

DATA/HORA RECEBIMENTO DOCUMENTOS PARA CADASTRO/ 26.07.88,10:00 horas.

DATA/HORA RECEBIMENTO E ABERTURA DE PROPOSTAS: 02.08.88,às 10:00 horas.

LOCAL: SGAN — Quadra 601 — Módulo "V" — SS — Setor de Compras — Brasília-DF.

O Edital poderá ser obtido no endereço acima, no horário comercial.

Brasília, 14 de julho de 1988

COMISSÃO PARA LICITAÇÃO DE MATERIAIS

LUIZ CARLOS ALBERTO DE ARAÚJO SILVA

Chefe — SEC0P/DISUP

TELECOMUNICAÇÕES DE BRASÍLIA S/A — TELEBRASÍLIA

AVISO DE LICITAÇÃO

SELEÇÃO RESTRITA Nº 058/88-320.0

SR: 058/88.320.0

OBJETIVO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MICROFILMAGEM

DATA DE ABERTURA: 28.07.88
HORA: 15:00 horas

Editais completos e demais esclarecimentos poderão ser obtidos no local da Licitação no SIA/SUL — Área de Serviços Públicos, Conjunto "D" —

Brasília-DF, no horário das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00 horas — Fone: (061) 105-2618/2249. Regulamento de Licitações e Contratos das Empresas do Sistema Telebrás, complementado pelo Manual de Licitação, Contratação e Alienação da Telebrasília.

Brasília-DF, 14 de julho de 1988

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

(DAR - Cz$ 11.844,00)

(Dias 14, 15 e 18)

BRB — BANCO DE BRASÍLIA S.A.

DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS E SERVIÇOS GERAIS

DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS GERAIS

AVISO

(EDITAL — 88/001)

O BRB—BANCO DE BRASÍLIA S.A., por sua Comissão de Licitação, torna público que, por conveniência administrativa, resolve adiar para 11.08.88 a data de realização da CONCORRÊNCIA PÚBLICA constante do Edital nº 88/001, prevista inicialmente para 22.07.88, permanecendo inalteradas as demais informações veiculadas na publicação original.

Brasília-DF, 13 de julho de 1988

A COMISSÃO DE LICITAÇÃO

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL — NOVACAP

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO

TOMADA DE PREÇOS Nº 039/88-CPL, PARA EXECUÇÃO TOTAL SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL; DAS CERCAS EM TORNO DO TERRENO DO NOVO NÚCLEO DE CUSTÓDIA; NA FAZENDA PAPUDA; EM BRASÍLIA — DISTRITO FEDERAL, NO VALOR DE APROXIMADAMENTE CZ$ 165.289.250,00 (CENTO E SESSENTA E CINCO MILHÕES, DUZENTOS E OITENTA E NOVE MIL DUZENTOS E CINQUENTA CRUZADOS), COM RECURSOS PROVENIENTES DO CONVÊNIO COM A SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA.

Comunicamos às empresas inscritas no Registro Cadastral da NOVACAP, Grupo 3 — Subgrupo 3.18 — CERCAS, MUROS E ALAMBRADOS, que a licitação em epígrafe será realizada às 9:00 horas do dia 28 de julho de 1988, na sala de licitações da CPL, localizada no 1º andar do Bloco "A" do Conjunto Sede da NOVACAP, situado no Setor de Áreas Públicas — Lote "B".

O custo do Edital é de Cz$ 48.853,00 (quarenta e oito mil, oitocentos e cinquenta e três cruzados), e as interessadas, poderão lê-lo, obtê-lo e colher todas as informações necessárias no endereço supra, até às 16:00 horas do dia 25 de julho de 1988.

Brasília-DF, 12 de julho de 1988

SEBASTIÃO DE CASTRO BICHUETTE
Presidente da CPL

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL

NOVACAP

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 012/88-CPL, PARA EXECUÇÃO TOTAL SOB O REGIME DE EMPREITADA POR ADMINISTRAÇÃO CONTRATADA; DE EDIFICAÇÕES; URBANIZAÇÃO E SANEAMENTO BÁSICO; NO TERRITÓRIO DE FERNANDO DE NORONHA, NO VALOR DE Cz$ 2.000.000.000,00 (DOIS BILHÕES DE CRUZADOS), COM RECURSOS PROVENIENTES DO CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE A COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL — NOVACAP E O GOVERNO DO TERRITÓRIO FEDERAL DE FERNANDO DE NORONHA.

Chamamos a atenção das empresas interessadas na licitação em tela, para o fato de que a mesma será realizada às 9:00 horas do dia 12 de agosto de 1988, na Sala de Licitações da CPL/NOVACAP, localizada no 1º andar do Bloco "A" do Conjunto Sede da Companhia.

O Edital encontra-se à disposição das interessadas, no endereço supra ao preço de Cz$ 407.106,00 (quatrocentos e sete mil, cento e seis cruzados), e poderá ser adquirido até às 16:00 horas do dia 09 de agosto de 1988.

Brasília-DF., 12 de julho de 1988

Engº SEBASTIÃO DE CASTRO BICHUETTE
Presidente da CPL

EMPRESA DE PORTOS DO BRASIL S.A. — PORTOBRÁS
AVISO DE LICITAÇÃO — TOMADA DE PREÇOS Nº 026/88

1. OBJETO:

Aquisição de 1 (um) aparelho de arcondicionado modelo SIVA 150 2SH, com CRCA 150 — 2SH, ou similar.

Aquisição de 1 (um) aparelho de arcondicionado, modelo SIVA 20 — 2SH, com CRCA 20 — 2SH, ou similar.

2. FORNECIMENTO DO EDITAL

À disposição dos interessados, mediante o pagamento de Cz$ 1.000,00 (hum mil cruzados), na Seção de Compras, localizada no 1º andar do Ed. Sede da Empresa de Portos do Brasil S.A — PORTOBRÁS, localizada no S.A.S. - Quadra 01 — Blocos "D" e "F", em Brasília — DF., no horário de 8:30 às 11:00 e das 14:30 às 17:30 h.

3. RECEBIMENTO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

Às 10:00 horas do dia 28 de julho de 1988, a Comissão de Recebimento e Julgamento, receberá e procederá a abertura das propostas na Sala de Licitações, localizadas no 1º subsolo do Ed. Sede da PORTOBRÁS.

4. CONDIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO:
— Ser cadastrada na PORTOBRÁS.

Brasília, 12 de julho de 1988

SEBASTIÃO MOURÃO DA ROCHA

Chefe do Departamento de Administração Geral
DEPAGE

EMPRESA DE PORTOS DO BRASIL S.A. — PORTOBRÁS
AVISO DE LICITAÇÃO — TOMADA DE PREÇOS Nº 027/88

1. OBJETO:

Aquisição de 1 (uma) máquina processadora para microfilmes, de 16 ou 35mm, com sistema interno de aquecimento dos químicos, modelo JKS, ou similar.

Aquisição de 1 (uma) máquina duplicadora para filmes diaso em rolos de 16 ou 35mm, com sistema de neutralização de amônia, modelo JKL 60, ou similar.

Aquisição de uma máquina microfilmadora planetária para filmes em rolo de 16mm x 30,5 ou 65 metros, com reduções variáveis de 21x 27x 29x, referência Micro-Grafix, ou similar.

2. FORNECIMENTO DO EDITAL:

À disposição dos interessados, mediante o pagamento de Cz$ 1.000,00 (hum mil cruzados), na Seção de Compras, localizada no 1º andar do Ed. Sede da Empresa de Portos do Brasil S.A. — PORTOBRÁS, localizada no S.A.S.

Quadra 01 — Blocos "D" e "F", em Brasília - DF, no horário de 8:30 às 11:00 e das 14:30 às 17:30 h.

3. RECEBIMENTO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

Às 11:00 horas do dia 28 de julho de 1988, a Comissão de Recebimento e Julgamento, receberá e procederá a abertura das propostas na Sala de Licitações, localizada no 1º subsolo do Ed. Sede da PORTOBRÁS.

4. CONDIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO:
— Ser cadastrada na PORTOBRÁS.

Brasília, 12 de julho de 1988

SEBASTIÃO MOURÃO DA ROCHA

Chefe do Departamento de Administração Geral
DEPAGE

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO E SOCIAL
TOMADA DE PREÇOS Nº 006/88

A COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO INSTITUTO DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO E SOCIAL — IPEA

torna público, para conhecimento dos interessados, que às 10:00 horas do dia 01 de agosto de 1988, estará reunida com a finalidade de receber propostas para contratação de serviços de limpeza e conservação das dependências ocupadas pelo IPEA no Edifício do BNDES — SBS.

Os interessados que desejarem cópia do Edital e maiores informações deverão dirigir-se à SEÇÃO DE COMPRAS do IPEA, no horário normal de expediente, no Edifício do BNDES, 6º andar, sala 618, Brasília-DF.

MARLON FERREIRA RAMOS
Comissão de Licitação
Presidente

(Dias 13, 14 e 15)